

ORGANIZADORAS
GIZELE ZANOTTO
IRONITA POLICARPO MACHADO

MOMENTO PATRIMÔNIO

COLEÇÃO
MEMÓRIA
e
CULTURA



MOMENTO
PATRIMÔNIO

MOMENTO PATRIMÔNIO

ORGANIZAÇÃO

Gizele Zanotto e Ironita Policarpo Machado

Berthier
Passo Fundo, 2012

CAPA

UPF | AGECOM - NEXPP

IMAGENS

Paulo Rogério Magro

TÍTULO

Momento Patrimônio

ORGANIZADORAS DO VOLUME

Gizele Zanotto e Ironita Policarpo Machado

AUTORES

Adelar Heinsfeld

Alessandro Batistella

Alex Necker

Álison Cardozo Farias

Camila Guidolin

Eduardo Roberto Jordão Knack

Flávia Biondo da Silva

Gizele Zanotto

Ironita Policarpo Machado

Luiza Santos

Tânia Aimi

M732 Momento Patrimônio / Adelar Heinsfeld ... [et al.] ;
organização Gizele Zanotto, Ironita Policarpo
Machado. – Passo Fundo : Berthier, 2012.
120 p. : il. ; 23 cm.

1. Patrimônio cultural – Passo Fundo (RS).
2. Passo Fundo (RS) – História. 3. Patrimônio
histórico – Passo Fundo (RS). I. Heinsfeld, Adelar.
II. Zanotto, Gizele, coord. III. Machado, Ironita
Policarpo, coord.

ISBN 978-85-7912-090-9

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 7

Alex Necker

INTRODUÇÃO | 9

Ironita Policarpo Machado

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO “PATRIMÔNIO” | 13

Eduardo Roberto Jordão Knack

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | 23

Ironita Policarpo Machado

METODOLOGIA, PATRIMÔNIO E ENSINO | 35

Ironita Policarpo Machado

POLÍTICAS PÚBLICAS | 59

Alessandro Batistella

PATRIMÔNIO MATERIAL | 69

Álisson Cardozo Farias e Adelar Heinsfeld

PATRIMÔNIO IMATERIAL | 79

Camila Guidolin e Gizele Zanotto

PATRIMÔNIO NATURAL | 89

Camila Guidolin, Flávia Biondo da Silva e Luiza Santos

NA TRILHA DO PATRIMÔNIO | 99

Eduardo Roberto Jordão Knack e Tânia Aimi

CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVAS PERSPECTIVAS: VISÕES SOBRE O PATRIMÔNIO | 111

Eduardo Roberto Jordão Knack

REFERÊNCIAS | 115

LISTA DE ABREVIATURAS

ACISA - Associação Comercial, Industrial de Serviços e Agronegócios
CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas
FAPLAN - Faculdades do Planalto Médio
FLONA - Floresta Nacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAVRS - Museu de Artes Visuais Ruth Schneider
MHC - Museu Histórico-Cultural
MHR - Museu Histórico Regional
MinC - Ministério da Cultura
ONU - Organização das Nações Unidas
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PNÜMA - Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente
PREMER - Pólo de Resgate da Memória Regional
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEDEC - Secretaria de Desporto e Cultura
SETUR - Secretaria Municipal de Turismo de Passo Fundo
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPF - Universidade de Passo Fundo

APRESENTAÇÃO

Um livro sempre nasce a partir de uma ideia. O **Momento Patrimônio** - que primeiramente surgiu como um esforço acadêmico que reuniu alunos, professores e funcionários dos cursos de História, Jornalismo e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo -, sendo este uma série com oito episódios televisivos, se debruça sobre os aspectos de tudo aquilo que está ligado ao Patrimônio Histórico e Cultural de uma cidade. Desta forma é algo inovador e extremamente importante para o momento que vivemos.

O livro que chega às suas mãos representa um esforço muito grande de um grupo de pessoas, entidades e instituições que buscam, através da sua ação (e este livro é uma delas), alertar e garantir que o patrimônio histórico e cultural de Passo Fundo seja preservado; mas não só preservado como também valorizado e parte da vida da nossa gente. Este importante material deverá contribuir em muito para que possamos despertar nas mais variadas mentes o interesse por algo que é extremamente importante para a vida em sociedade.

Esperamos que este instrumento seja amplamente utilizado, se transforme numa importante ferramenta para professores, estudantes, enfim, para todos aqueles que quiserem estender seus conhecimentos bem como se somarem a este importante movimento de resgate do nosso patrimônio histórico e cultural.

Desejo uma boa leitura a todos!

ALEX NECKER
Secretário Municipal de
Desporto e Cultura de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

Ironita Policarpo Machado¹

Em uma sociedade em que os interesses consumistas, a pobreza de determinados grupos sociais se banalizou, o trabalho infantil se otimizou, a violência social e cultural tornaram-se práticas de homens comuns e de líderes políticos, cabe aos professores-pesquisadores perguntarem-se: qual é o sentido de discutir e ensinar patrimônio, história, história da cidade? Pois sabemos que os homens, desde sua mais remota existência, mantêm a busca de dois elementos primordiais à sobrevivência, que é o domínio da natureza para dela retirar o que for necessário e a busca de identidade que lhe viabiliza responder sobre quem é.

No entanto, ao longo dos séculos, com intensidade no último, o domínio da natureza se sobressaiu, forjou identidades, manipulou e justificou ações. Por quê? Porque lhe foi permitido. Como permitido? Muito simples: sociedade sem memória, sem direito e práticas de pensar seu patrimônio, sem ensino de história (entre outras áreas das Ciências Sociais e Humanas) é facilmente manejada. Não, não a fome, a falta de teto, a falta de assistência, essas não devem ser as causas da inércia, ao contrário, quanto mais conhecimentos uma sociedade tiver, saberá quem é, portanto, reconhecerá e reivindicará por seus direitos da mesma forma que cumprirá com seus deveres.

O leitor deve estar se perguntando: não havia outra forma de introduzir os temas desta coletânea? Sim! Poderíamos iniciar fazendo a definição de patrimônio, memória, história, educação, ensino, metodologia, etc.. Isso, os capítulos que compõem o livro que ora lhes entregamos o fazem. Por isso, falar da didática do conhecimento é imprescindível numa sociedade em que o maior instrumento de poder é o conhecimento. Não vivemos mais num ocidente em que as armas eram o paradigma possível de revolução. Se quisermos mudanças, das mais diversas ordens, é preciso investir na educação, e aqui, especificamente na educação patrimonial e no ensino de história.

¹ Doutora em História pela PUCRS. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UPF. Membro do Núcleo de Estudos de História Regional e das Relações Internacionais (NEHRRRI/PPGH-UPF). E-mail: iropm@upf.br

A memória e o patrimônio histórico cultural constituem-se nos mecanismos psicológicos, cognitivos e políticos de manter homens, mulheres e crianças vivos, de lhes dar sentido e instrumental social e referencial aos projetos individuais e sociais que, por sua vez, configuram o que chamamos de sociedade e de história. O desconhecimento desse processo constitutivo de identidade e instrumental intelectual, além de nos imobilizar, é o protagonista dos preconceitos e das violências culturais, sociais e econômicas.

Diante desse quadro, sente-se que, cada vez mais, cresce a busca por uma identidade particular, a reivindicação pela autonomia, o desejo de afirmação da singularidade de cada região ou local. Isso não significa ilhar-se em comunidade espacialmente com escala menor, ao contrário, reconhecer-se parte de uma comunidade capaz de pensar-se, planejar-se e posicionar-se dentro de uma totalidade social. Nesse sentido, pensamos que os municípios que desejam um desenvolvimento sustentável, adequado a seus recursos e necessidades de seus munícipes, devem pensar num *projeto de cidade* baseado na realidade em que vivemos hoje, na pluralidade cultural que constitui a sociedade local e nacional, produto de sua historicidade, daí a importância de educação patrimonial, de uma revisão historiográfica, de novas pesquisas sobre a história regional e a local, inserindo-as nas escolas através da ressignificação curricular.

Pensando e acreditando nessas concepções e principalmente visando contribuir com sua exequibilidade, um grupo de estudo, de pesquisa e extensão composto por professores e alunos do Curso de História, do Curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo (UPF), do Museu Histórico Regional (MHR) e com apoio técnico da UPFTV potencializou o Projeto Televisivo *Momento Patrimônio* em 2011.

O projeto constituiu-se em planejar, organizar e apresentar programas de rádio e TV mensais para discutir e divulgar temas de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental e propor políticas de reconhecimento, restauração e tombamento de patrimônios da(s) cidade(s); os programas foram coordenados pelo Curso de História da UPF, com a parceria do Curso de Jornalismo e MHR; os programas propostos envolveram as lideranças políticas e comunitárias e representantes das diversas áreas de conhecimento/pesquisa da UPF (história, artes, arquitetura, biologia, geografia, engenharias, entre outras), professores e alunos, para compor mesa de debates; o desenvolvimento desse projeto de extensão - *Momento Patrimônio* - é voltado às comunidades escolares, com o objetivo de conscientizar sobre a importância do patrimônio histórico, cultural e ambiental, bem como aos poderes públicos municipais (Executivo e Legislativo), às

lideranças empresariais, aos diversos segmentos intelectuais e de formação educacional profissional do município de Passo Fundo e região.

Para a produção dos programas *Momento Patrimônio*, diversas reuniões e leituras foram realizadas com o objetivo de conhecer as problemáticas e propostas de cada temática, entre elas, o conceito de patrimônio, políticas públicas, educação patrimonial, patrimônio imaterial e natural, que neste momento compõem os capítulos deste livro. Feita a fundamentação sobre as temáticas de cada programa, eram definidos os debatedores da questão, buscando sempre estudiosos ou gestores, educadores ou líderes da comunidade capazes de apresentar respostas para as provocações levantadas pelos mediadores de cada programa. O grupo dos jornalistas definia formato, fontes e locações para as gravações. Cada episódio² tinha e tem como função situar o telespectador em torno da temática e instigá-lo, assim como promover o debate inicial entre os participantes da mesa redonda apresentada no programa de TV.

Durante a realização do projeto, foi possível perceber a construção de um conhecimento diferenciado entre os estudantes de jornalismo e de história, já que esses se envolviam diretamente nas produções e leituras em torno das temáticas de cada programa. Além desse conhecimento, o projeto permitiu aos acadêmicos uma aproximação com as exigências do mercado de trabalho, visto que todo o material produzido foi ao ar na emissora de TV da Fundação Universidade de Passo Fundo – UPFTV (Canal 4, Rádios 99UPF Passo Fundo, 90UPF Carazinho). Ainda, o Projeto Programa Televisivo *Momento Patrimônio* promove, através do MHR, oficinas de Educação Patrimonial aos professores das redes de ensino de Passo Fundo e região em três edições durante o ano.

E neste momento, o Projeto Programa Televisivo *Momento Patrimônio* efetiva mais uma ação: entrega à comunidade e, principalmente, aos professores e alunos das redes de ensino básico, os debates, os conhecimentos, as imagens e as reflexões realizadas e agora registradas neste livro. O presente livro é estruturado em oito capítulos entrelaçados pela temática do patrimônio, memória e história, educação e metodologias de ensino, incluindo sugestões de atividades pedagógicas.

No primeiro capítulo, a questão conceitual de patrimônio é discutida à luz dos depoimentos da comunidade e de vasta e significativa revisão bibliográfica. O segundo

² Os programas *Momento Patrimônio*, bem como as chamadas de cada episódio, podem ser visualizados acessando o site www.historiaupf.blogspot.com

e terceiro capítulo tratam da educação patrimonial e das metodologias plausíveis ao ensino-aprendizagem do patrimônio histórico – cultural – natural e da história local e regional, assim, dando suporte didático aos demais capítulos.

A temática das políticas públicas é problematizada e exemplificada no quarto capítulo, permitindo discutir e visualizar os bens patrimoniais tombados e não-tombados em Passo Fundo. Os quinto e sexto capítulos apresentam clara, profunda e ilustrada discussão referente ao que é patrimônio material e imaterial, contextualizando-os nos espaços da cidade de Passo Fundo, bem como sugerem excelentes proposta de atividades pedagógicas. Nessa mesma perspectiva, o sétimo capítulo trata do patrimônio natural. Por último, o oitavo capítulo descreve o último programa realizado pelo Projeto Momento Patrimônio, ou seja, “na trilha do patrimônio”, consiste num passeio na trajetória marcada por edificações que representam a história e o desenvolvimento urbano da cidade. Esse capítulo, além de dar o roteiro de uma trajetória patrimonial e histórica da cidade, viabiliza pressupostos orientadores ao ensino-aprendizagem da história local e regional.

Finalizando, em nome dos integrantes do Projeto *Programa Momento Patrimônio* e dos autores entregamos às comunidades escolares e a comunidade em geral, esta coletânea. Que ela possa efetivamente contribuir para as práticas educativas e políticas, vislumbrando um projeto de cidade mais justa e equitativa, capaz de instrumentalizar seus munícipes para que se tornem cidadãos capazes de dizerem quem são.

Passo Fundo, verão de 2012.

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO “PATRIMÔNIO”

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

No primeiro programa da série *Momento Patrimônio*², várias pessoas foram entrevistadas e questionadas sobre o significado da palavra patrimônio. É importante iniciar essa discussão prestando atenção nas respostas dos munícipes: “patrimônio é o que a gente adquire”, “patrimônio é toda a propriedade que pertence ao cidadão, ou a um conjunto, ou a uma entidade, é um bem”, “patrimônio é uma casa, ou um carro, ou terras”, “os nossos bens, todos os bens”.

Para compreendermos bem o que é patrimônio, é necessário ter em mente que os bens que possuímos constituem nosso patrimônio, desde os pequenos objetos, como nossos instrumentos de trabalhos, nossos móveis, nossas roupas, eletrodomésticos, enfim, tudo aquilo de que somos proprietários, bem como nossa própria casa, automóveis, etc. Mas o conceito “patrimônio” é amplo e não está restrito apenas aos bens que uma única pessoa possui.

As respostas dos cidadãos entrevistados demonstram que a noção de patrimônio não está restrita apenas ao conjunto dos nossos bens, como podemos ver: “patrimônio eu entendo como algo que é próprio, comum de todos, como por exemplo, algo que pertence a uma cidade, que é dela, de todos que podem usufruir dela”, “um bem público, que é pertencente ao estado, ao município”, “é algo que a gente vai construindo ao longo do tempo e deixa pra posteridade, pros próximos da família”, “é algo de determinada pessoa, assim, tipo prefeitura”, “patrimônio eu acho que é tudo que pertence a você mesmo ou a uma comunidade em geral, por exemplo, as estátuas, os monumentos, é um patrimônio do município, já a tua casa é um patrimônio seu, próprio”, “patrimônio é a propriedade das pessoas, mas pode ser também patrimônio histórico, pode ser patrimônio cultural, depende do sentido que tu usa a palavra, mas o patrimônio é conseguido ao longo da vida de preferência com trabalho honesto”.

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Professor do Curso de Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Email: eduardorjk@upf.br

² Para ver os programas e chamadas acesse o blog do Curso de História da UPF pelo seguinte endereço <http://www.historiaupf.blogspot.com>

Os comentários não deixam dúvidas de que a palavra “patrimônio” pode estar sujeita a diferentes interpretações, mas todas apresentam uma semelhança – patrimônio é um bem que pertence a uma pessoa ou comunidade. Fora essa semelhança apresentada na fala dos entrevistados, que já dá um indício de definição do que é patrimônio, ainda é necessário realizar algumas reflexões para aprofundar nossa compreensão desse conceito.

Responder a essa questão não é uma tarefa fácil, pois vivemos em um momento em que a palavra patrimônio assume diferentes conotações com uma multiplicidade de implicações políticas, culturais, econômicas e sociais. Existem diferentes tipos de patrimônio hoje, como patrimônio histórico, artístico, material, imaterial, intelectual, financeiro, tecnológico, natural, e até mesmo patrimônio genético. Pensar nisso nos leva a outras questões fundamentais, como por que é importante definir o que é patrimônio, de quem é o patrimônio e de quem é a responsabilidade por sua conservação, preservação e difusão.

Patrimônio está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (GONÇALVES, 2003. p. 22)

Todas essas categorias de patrimônio remetem a determinados tipos de construção da sociedade. Todo o trabalho, o esforço e as relações políticas e econômicas envolvidas na produção material (a produção de uma variedade imensa de objetos) e imaterial (toda uma vasta gama de conhecimentos, tradições, símbolos, etc.) de uma sociedade podem ser entendidos como “bens”¹ (ver boxe abaixo). As pessoas desenvolvem ligações profundas com esses bens, que contribuem para a formação de suas identidades. O conjunto de bens de uma determinada comunidade acaba tornando-se referências espaciais e temporais dos sujeitos. É praticamente impossível pensarmos o homem despidido de qualquer objeto, de qualquer “bem”, material ou imaterial.

No momento em que nos identificamos como “indivíduos”, como pessoas únicas e diferentes uma das outras, nossa identidade começa a ser construída pelas nossas experiências singulares, mas que guardam traços comuns, indícios do coletivo.

As identidades são originadas pelas diferenças e pelas semelhanças entre pessoas e “bens”³. As coletividades também são marcadas pelas diferenças (Passo Fundo é uma cidade diferente de Porto Alegre, por exemplo), mas também pelas semelhanças entre seus habitantes (são passo-fundenses todos aqueles que nasceram em Passo Fundo, que compartilham suas tradições, sua cultura, seus símbolos e representações).

Ao longo do tempo construímos e conquistamos vários bens que guardamos e conservamos por razões óbvias. Cuidamos e conservamos a nossa casa, o nosso carro, os nossos materiais de trabalho, as nossas roupas, todos os objetos que constituem nosso patrimônio, pois tornam-se essenciais para nossa vida. Mas guardamos e conservamos muitos objetos que não são absolutamente essenciais para nossa sobrevivência, que são importantes “simbolicamente”, que simplesmente gostamos ou que são registros de lembranças importantes de nossas experiências, como roupas, brinquedos, fotos, etc. Não guardamos e conservamos apenas objetos materiais, também cultivamos o “imaterial”, as histórias que nossos pais, avós e bisavós nos contavam, participamos de festas em família, cada grupo acaba formando tradições particulares e muitas vezes restritas a seus membros.

“Recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o ‘patrimônio imaterial’ ou ‘intangível’. Opondo-se ao chamado ‘patrimônio *de pedra e cal*’, aquela concepção visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais”. (GONÇALVES, 2003. p. 24). Pensar em patrimônio imaterial possibilita representar e registrar a memória de grupos que não encontravam um espaço no patrimônio material, como descendentes de escravos, comunidades quilombolas e nativas.

Da mesma forma que uma única pessoa ou um pequeno grupo de indivíduos está ligado a vários bens, comunidades inteiras também desenvolvem essas relações com o seu conjunto de patrimônio(s). Halbwachs, estudando a memória coletiva, compreendeu que “cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas e, quando analisamos esse conjunto e lançamos nossa atenção a cada uma dessas partes, é como se dissecássemos um pensamento em

³ Podemos compreender o “patrimônio enquanto o conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter como perene. Nesse sentido, patrimônio supera a definição estreita de um conjunto estático de objetos, construções, documentos, obras, etc., sendo uma marca, um vestígio que individualiza os homens em momentos temporal e culturalmente distintos.” (MACHADO, 2004. p. 10)

que se confundem as contribuições de certa quantidade de grupos.” (HALBWACHS, 2006. p. 158). Uma sociedade também guarda e conserva vários bens importantes para sua manutenção e sobrevivência (o patrimônio ambiental, suas riquezas e recursos naturais, por exemplo), mas também para preservar a sua história, sua cultura e suas tradições. Isso vale para um país, um estado, uma cidade ou mesmo para toda a humanidade.

Figura 1 - Prensa Manual



Fonte: Museu Histórico Regional de Passo Fundo

Figuras 2 - Moeda Comemorativa do 1º Centenário de Passo Fundo e Broche do 1º Centenário de Passo Fundo



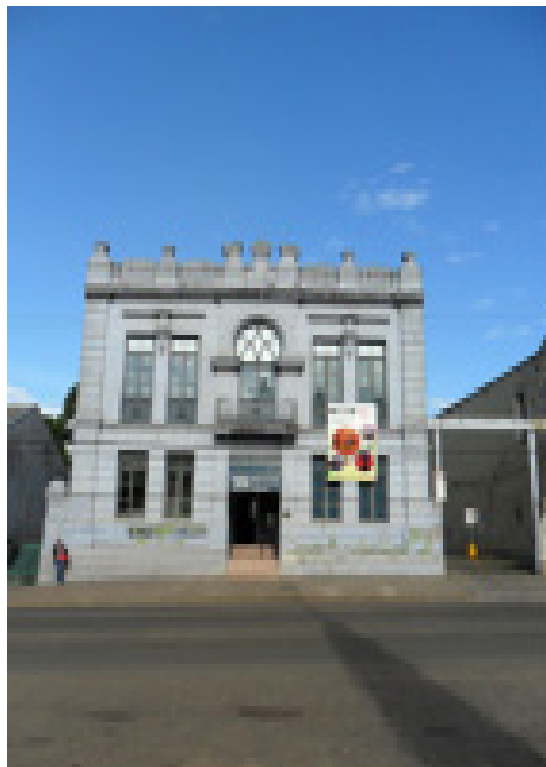
Fonte: Museu Histórico Regional de Passo Fundo

Alguns espaços tornam-se referências para a sociedade guardar, conservar e difundir seus bens culturais, como museus, arquivos e bibliotecas. As fotos acima são de objetos que fazem parte do acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo. O museu não apenas guarda objetos antigos, é responsável por sua preservação e por sua difusão através de exposições, oficinas e outras atividades educacionais. O acervo de um museu é o acervo de uma região, de uma comunidade. A Prensa Manual, utilizada na cidade para impressão desde o século XIX aponta para os primórdios da comunicação no município e proporciona uma reflexão sobre o desenvolvimento tecnológico que vivemos no presente. A Moeda Comemorativa e o Broche do 1º Centenário de Passo Fundo, celebrado sete de agosto de 1957, são objetos que formam uma ligação entre o presente e um acontecimento importante para a cidade, as comemorações dos seus cem anos.

Assim como existem objetos que constituem uma referência para a história de uma cidade, também existem espaços, edificações que, por diferentes razões, são referências para seus habitantes: prédios, ruas, praças, calçadas, monumentos, entre outros, que participam ativamente da vida de uma comunidade, tornam-se palco das experiências de seus habitantes, contribuem, portanto, de forma significativa para a construção da identidade dos indivíduos e dos diferentes grupos de uma sociedade. “Os lugares são expressões dos sentidos do vivido das pessoas; lugares e pessoas/grupos se marcam, identificam-se; por isso, são importantes e auxiliam pra recuperar algo do passado.” (TEDESCO, 2011. p. 194).

Por isso usamos o conceito “memória patrimonial” para fazer uma referência ao conjunto de bens patrimoniais de uma comunidade: “a memória patrimonial pode ter uma dimensão coletiva, no sentido de patrimônio cultural, artístico, linguístico e de normas de convivência.” (TEDESCO, 2004. p. 74). Nesse sentido, o patrimônio histórico-cultural está inserido em uma dimensão coletiva da sociedade. É muito difícil determinado patrimônio representar todos os segmentos de uma cidade, estado ou país, mas quando diferentes grupos começam a interagir, a ter experiências de vida com esse patrimônio (seja material ou imaterial), ele alcança sua dimensão coletiva abrangendo diferentes grupos sociais. As edificações que constituem o patrimônio histórico e cultural de uma sociedade geralmente são referências significativas de sua história e dos laços estabelecidos entre seus cidadãos e esses espaços. Torna-se difícil pensar na cidade sem fazer referência a esses espaços. Existem várias edificações consideradas patrimônio

Figura 3 - Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR) e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS)



Fonte: Acervo do autor

O prédio onde estão localizados hoje o MHR e o MAVRS faz parte do patrimônio histórico municipal. Edifício que já abrigou a sede do poder político municipal está ligado à afirmação política de Passo Fundo como uma importante cidade da região norte do estado. A história desse prédio está relacionada com as elites políticas e econômicas da cidade, mas em sua trajetória passou a ser uma referência para toda cidade, hoje, abrigando os museus, um espaço aberto à comunidade, com inúmeras atividades (além das exposições) direcionadas para as escolas públicas e particulares da região.

É comum ouvirmos a expressão “antiga prefeitura” para se referir ao prédio dos museus, mas com a constante visitação e participação da comunidade nas exposições e atividades, especialmente de crianças e jovens, certamente o referencial que esse prédio assume para a comunidade está se alterando, pois as experiências dos visitantes ocorrem no “museu” e não na “antiga prefeitura”. Esse é um exemplo da complexidade

da definição do conceito “patrimônio”. Outras edificações enfrentam a mesma situação na cidade, como o prédio da Estação Férrea da Gare (hoje feira do pequeno produtor), ou mesmo o prédio que abrigou as instalações de diferentes cervejarias em Passo Fundo, na justificativa apresentada para o seu tombamento (oficializando o prédio como patrimônio), ficam claras as referências que tal edificação assume para determinado grupo, responsável por seu tombamento:

É desta época que se tem notícia do nascimento da industrialização em Passo Fundo. Trata-se da história viva de Passo Fundo, que cresceu, desenvolveu-se, transformou-se sempre com a definitiva participação daquela indústria, inicialmente a cervejaria do “seu” Cora, depois Bade, Barbieux & Cia. e finalmente a Brahma. (PROCESSO Nº 414/97, 14/08/1997 - Câmara de Vereadores de Passo Fundo)

O tombamento do prédio, momento em que se tornou patrimônio oficial do município, está vinculado ao processo de industrialização de Passo Fundo e à participação da cervejaria nesse desenvolvimento. Essa edificação abriga, desde o início de 2001, um complexo educacional, primeiro com a FAPLAN (Faculdades do Planalto Médio) e depois, com a Anhanguera. As experiências dos sujeitos envolvidos com essa edificação transformaram-se, portanto, o significado atribuído por um determinado grupo de estudantes e profissionais ligados à área da educação a esse prédio também está se transformando. Esses exemplos nos mostram que além de ser complexo definir o conceito de patrimônio hoje, também é complexo diferenciar o patrimônio entre “material” e “imaterial”, pois é necessário registrar as mudanças nos significados atribuídos ao “patrimônio de pedra e cal”, assim como é necessário registrar as transformações nas tradições, costumes, festas, etc., considerados como patrimônio “imaterial”.

Também existem edificações que tornam-se referências para os munícipes, marcam suas experiências, que não fazem parte do patrimônio histórico cultural do município tombado, oficializado, mas nem por isso deixam de integrar a memória patrimonial de uma cidade. Em Passo Fundo, poderíamos citar as praças como um exemplo. Além de marcarem a história do município e de seus habitantes, são referências espaciais, temporais (fazem parte da nossa memória, coletiva e individual), são pontos de encontro para a população e espaços de lazer. Seus monumentos constituem símbolos que legitimam a cultura de determinados grupos.

As praças são um exemplo, mas existem vários outros, como as ruas – a própria

Avenida Brasil é um importante referencial para os passo-fundenses, sua história está intimamente relacionada com a história da cidade, da região e do país, como é tratado no capítulo Patrimônio Imaterial desta coletânea.

Um bem que se torna um patrimônio, tombado ou não, deve ser compreendido como a “ponta de um iceberg” de relações históricas. A Avenida Brasil é um exemplo, mas encontraríamos diferentes relações a serem exploradas em diferentes bens que fazem parte da memória de uma comunidade. Como já vimos, o significado atribuído a um bem por diferentes grupos de uma sociedade vão se transformando com o tempo, mas quando pensamos nesse bem como um patrimônio, seus diferentes significados passam a ser registrados como vestígios da história de uma região. Para estabelecer uma ampla compreensão sobre o que é patrimônio, precisamos entender que existem várias relações históricas em torno de um bem, como também a memória patrimonial pode tornar-se alvo de interesses e conflitos políticos.

Entendemos ser a memória patrimonial uma construção social, da qual se disputam seus enunciados discursivos, sua atribuição de valor, suas práticas, que assegurem sua preservação e inviolabilidade. Existe um campo de disputas por significados e pela legitimação e hegemonia do mesmo inserido num campo entre classes, etnias e grupos em luta material e simbólica. (TEDESCO, 2004. p. 75-76)

A própria ação política que é direcionada para escolha de bens a serem tombados, oficializados e protegidos por lei transforma-se em uma relação de poder entre diferentes grupos sociais. É muito difícil todos os grupos de uma sociedade atribuírem o mesmo significado a um determinado bem, o “valor” histórico, artístico, cultural, etc., varia, por isso, é preciso compreender a prática de preservação do patrimônio como um campo de disputas, conscientes ou inconscientes. Como Chagas aponta, o “caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável.” (CHAGAS, 2003. p. 141). Isso não significa que não é necessário preservar bens culturais, apenas que suas diferentes representações para diferentes grupos sociais devem ser levadas em consideração no momento de seu tombamento e na elaboração de práticas de educação patrimonial.

Pensar que um bem se torna patrimônio apenas pelo seu “valor” histórico, ar-

quitetônico, cultural, artístico, ambiental, etc., é uma definição muito simples. É preciso entender o patrimônio como uma categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003), como uma prática social e também como uma relação afetiva entre os sujeitos e determinado bem, pois as justificativas envolvendo seu tombamento atribuem ao bem uma espécie de “valor histórico”, que objetiva (intencionalmente ou não), legitimar/oficializar a memória de determinado grupo da sociedade. Obviamente, nem sempre o significado desse bem presente nas justificativas oficiais (contidas nos processos, decretos e leis) é o mesmo atribuído pela população (ou parte dela) a esse bem. Para investigar um determinado patrimônio, é fundamental perceber suas relações históricas, políticas, econômicas e culturais com a sociedade de que faz parte, bem como procurar outros documentos junto aos poderes públicos, arquivos e museus.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

1) Para trabalhar com os alunos o conceito de patrimônio, é importante partir das relações que as crianças e jovens estabelecem com os seus próprios bens e de sua família. Explorar a relação e o significado atribuído a determinados bens pela turma tem o objetivo de revelar a afetividade dos indivíduos com o bem e os significados a eles atribuídos. É claro que a turma irá apresentar diferentes objetos e com significados particulares, mas certamente vão existir semelhanças, isso pode elucidar o caráter coletivo da memória patrimonial. Partindo das experiências dos alunos, podemos entrar na discussão conceitual de memória e patrimônio. Da mesma forma que os bens apresentados pelos alunos são importantes para eles (objetos que definem suas singularidades mas que também estão relacionados com o coletivo, com a sociedade em que vivem), existem objetos e edificações importantes que são referências para uma cidade e região.

Segue alguns passos que podem orientar uma sequência de atividades:

a) Após breve reflexão sobre o que são e para que servem fontes de pesquisa em história, pedir para os alunos trazerem em aula três (ou mais) objetos para contar/escrever a sua história e de sua família a partir dessas fontes (o professor pode orientar quais os objetos/documentos, mas deixando um espaço para a escolha do aluno, por exemplo: uma foto, uma fonte escrita, um objeto, uma entrevista com um familiar, etc.). É importante investigar as noções que os alunos já possuem sobre fonte, documento, memória e patrimônio e partir das suas colocações (é fundamental anotar as noções que os alunos já possuem sobre o tema) para realizar um esclarecimento inicial sobre esses conceitos.

b) A partir da exposição dos alunos, pode ser feito um pequeno museu da turma com os objetos e a produção textual. O objetivo é mostrar que existem relações entre os objetos que constituíram o museu em aula, bem como a importância de preservar determinados objetos, pois a partir desse conjunto de bens, podemos preservar a história dos grupos sociais.

c) Depois dessas atividades, o professor pode introduzir uma breve exposição sobre o que é patrimônio, citando os exemplos da sua cidade, do país e do mundo, construindo uma explicação sobre o que é patrimônio. É importante a visita em espaços como museus ou arquivos, essas visitas devem ser orientadas em aula para a importância dos documentos/objetos para preservar/contar a história da cidade, semelhante ao trabalho realizado com os objetos trazidos pelos alunos. Além dos objetos dos acervos estudados (o museu da turma, os arquivos e/ou museus visitados), as edificações também devem ser visitadas, seguindo orientação prévia em aula sobre as relações que se quer alcançar – pode-se articular a história local com a história regional e do país, articulando uma série de conteúdos com o patrimônio local.

d) Como momento final dessa sequência de atividades, realizar uma aula retomando as exposições iniciais dos alunos, para que o professor e a turma em conjunto possam perceber as transformações nas noções prévias dos alunos sobre os conceitos sugeridos no item a. Esse é o momento de retorno às considerações iniciais, proporcionando um momento de avaliação da sequência de atividades.

e) Para aprofundar o conhecimento sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo, basta acessar o site da Prefeitura Municipal, procurar pelos Decretos e Leis que indicam ou tombam os bens. Com o número do Decreto, é possível buscar na Câmara de Vereadores de Passo Fundo os processos encaminhados e debatidos pelos vereadores, onde constam justificativas, históricos, alterações e pareceres sobre as edificações que constituem o conjunto de bens patrimoniais do município.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ironita Policarpo Machado¹

Figura 4 - E.E.E. Médio Protásio Alves, situada na Av. Brasil



Fonte: arquivo do Projeto Momento Patrimônio
Para ver os programas acesse <http://www.historiaupf.blogspot.com>

A memória funciona como âncora e plataforma para a identidade social e individual. Enquanto âncora possibilita que, diante das situações incontrolláveis de mudança social, a sociedade não se desmanche no ar. Sua função de plataforma permite a esses indivíduos que criem pela memória um laço comum, se sintam estáveis e desenvolvam um espaço de vivência privilegiado por eles.

¹ Doutora em História pela PUCRS. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UPF. Membro do Núcleo de Estudos de História Regional e das Relações Internacionais (NEHRR/PPGH-UPF). E-mail: iropm@upf.br

Dessa forma, o patrimônio não se resume apenas ao que é herdado, mas é também aquilo com que um grupo significativo da população se identifica. É o valor que os seres humanos, tanto no plano individual como coletivamente, atribuem ao legado do passado, que vai determinar o que se tornará importante para ser lembrado. Portanto, um dos elementos fundamentais do patrimônio é sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade social. Sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, é por meio deles que o indivíduo mantém os vínculos com o passado (MILDER, 2005).

Quando nos referimos à representação simbólica de uma identidade social, precisamos trazer ao palco outras definições e reflexões. É o caso do imaginário², pois se trata de um campo de representação e, como expressão do pensamento de uma determinada sociedade, manifesta-se por imagens e discursos que pretendem criar uma definição própria da realidade. Porém, as imagens e os discursos sobre o real não são exatamente o real, uma sociedade constrói sua história simbolicamente por meio de um sistema de ideias, imagens, símbolos, que constituem a sua representação da realidade dos fatos.

A estrutura que surge a partir da construção de um símbolo torna-se um guia, uma referência para compreender a realidade. Assim, é fundamental a existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada para que se possa construir uma identidade cultural, baseada nas representações que os indivíduos desenvolvem, identificadas com os objetos significativos que essa memória preservada se encarrega de manter vivos e atuantes na sociedade.

É importante lembrar que o passado não é um dado fornecido pela natureza, mas é sim, o resultado das representações que fazemos acerca do tempo transcorrido. Ele é o resultado de uma construção humana e sua recuperação resulta em representações variadas, que assumem seus papéis na sociedade conforme mudam os governos, as ideologias, as concepções históricas.

Por exemplo, o Patrimônio Histórico pode tratar da memória nacional, regional ou local (MACHADO In: HEINSFELD, 2010), enquanto representação humana sobre determinado passado é construído por meio da divulgação dos discursos sobre essa

² O imaginário é a capacidade que somente o ser humano possui de representar a si próprio, articulando as representações do mundo social com o próprio mundo social em que habita. Aí existe a potencialidade de constituição da consciência coletiva. A consciência coletiva, uma espécie de elo social, ajuda na base de referências dos indivíduos como pertencentes a essa sociedade.

história, já o Patrimônio Cultural poderá servir como fundamento para construção da tradição, recria na memória coletiva vínculos com o ambiente, um espaço, um tempo, que já passou, mas que, pela força da tradição, permanece vivo no comportamento da coletividade³.

Muitas questões surgem diante de todos nós quando começamos a pensar sobre as pluralidades da identidade de cada sociedade, de suas representações e significações. Dessa forma, o patrimônio, não importa o tipo, sempre serve para alguma forma de poder. Por ser construção de certa sociedade, representa o resgate de representações da cultura desse povo. Serve, antes de qualquer coisa, como identificação coletiva, criando uma consciência e um sentimento de grupo para os seus componentes, além de representar de maneira definida para essa sociedade no que ela é diferente das outras. Apresenta visões sobre o passado, que existe um vínculo entre ele e aquilo que está vendo, ouvindo ou vivendo, que esta é sua identidade social.

Diante desta reflexão inicial, podemos afirmar que o Patrimônio Histórico e Cultural, por si mesmo, faz parte do processo educativo das sociedades, seja ele formalizado ou não. Portanto, delimitaremos a problemática da Educação Patrimonial em duas variáveis: as possibilidades e os limites da Educação Patrimonial nos Projetos Políticos Pedagógicos e nas práticas escolares; e, simultaneamente, os referenciais teórico-metodológicos necessários à compreensão conceitual e proposição prática da Educação Patrimonial⁴.

O processo pelo qual se constrói, vivencia e reconhece identidades é a educação, sendo ela mesma uma construção de determinada sociedade. Portanto, a educação patrimonial efetiva-se de forma espontânea e formalizada. As formas espontâneas de

³ Considerando que o objetivo da presente obra é subsidiar as atividades de Educação Patrimonial na escola, os referenciais teóricos e bibliográficos não estão sendo referenciados e aprofundados no texto. No entanto, os colegas professores podem buscar aprofundamento em: BESSEGATTO, Mauri Luiz. **O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004; BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998; CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001. GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007; HORTA, M. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999. LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999; MANIQUE, Antônio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da História. Patrimônio e História Local**. Lisboa: Texto Editora, 1994; MACHADO, Ironita P.; SILVA, Adriana F. A cidade na história e a história na cidade. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007; MILDER, Saul Eduardo Seiguer; SOARES, Fernanda Codevilla (Coord.) **Educação patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

⁴ Ver *Programa Momento Patrimônio – Educação Patrimonial*, disponível em <http://www.historiaupf.blogspot.com>

educação patrimonial dão-se no dia a dia dos homens: ao aprender a falar; ao ouvir histórias infantis, lendas, cantigas, ao andar na rua, ao olhar um prédio antigo, ao ler ou pronunciar o nome da rua, ao observar uma máquina agrícola antiga, ao olhar galerias de fotos nos museus, etc. Queiramos ou não, a educação patrimonial se constitui na ação de absorver o legado da ação de quem nos antecedeu.

Trata-se de um aprendizado cultural que se desenvolve desde que o homem nasce até que ele morre como, por exemplo, a maneira como concebemos a morte também é resultado do patrimônio cultural do grupo social do qual ele faz parte. Por isso, os segmentos educacionais, em especial as secretarias de educação, os professores dos anos iniciais e os professores de história têm o compromisso de articular uma educação patrimonial aos planos pedagógicos, planos de trabalho e planos de aula, centrados no pluralismo cultural.

De acordo com Bittencourt, a Educação deve ultrapassar o mero evocar de fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, é necessário agir em prol da rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. Ainda, a autora enfatiza o fato de que a preservação do patrimônio histórico e cultural e a educação patrimonial devem pautar-se pelo compromisso de contribuir com a *identidade cultural* dos diversos grupos sociais que formam a sociedade nacional (BITTENCOURT, 2009).

Como se constata, de um lado tem-se as pesquisas, as bibliografias e as práticas em torno da educação patrimonial, e de outro, a legislação brasileira propõe diretrizes ao ensino pautado na pluralidade cultural da identidade nacional. Por exemplo, a Lei nº 9.424, de 14 de dezembro de 1996, no Título V Capítulo II Da Educação Básica Seção I, Das Disposições Gerais, no Art. 26 diz que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

E segue estabelecendo que

§ 4º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia [...] Art. 27 Os conteúdos da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e

deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.
(SARI, 1997)

A esse respeito, com relação às práticas educativas/ensino, é sabido que tanto os currículos formais quanto os reais não contemplam características e elementos de identidade histórica e cultural da localidade – regionalidades da comunidade em que se dá o ensino e em que se ensina. O enraizamento à história europeia e geral, aos grandes heróis e fatos, às noções de tempo e espaço longínquos e abstratos, técnicos e mecânicos, ainda predominam nas propostas e nas práticas de ensino. Assim justifica-se

Figura 5 - 15ª Feira do Livro em Passo Fundo



Fonte: Acervo da autora.

A Educação Patrimonial pode ser entendida como o estudo do patrimônio que, por sua vez, é uma construção social através do tempo. O estudo do patrimônio, material ou imaterial, histórico ou cultural, natural ou ambiental, entre outras possibilidades, é o processo que permite conhecer, compreender e respeitar uma dada realidade, portanto, constituído e construtor de identidades.

Nessa perspectiva, de acordo com Bittencourt, os processos educativos devem orientar-se por “objetivos associados à pluralidades de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino” (BITTENCOURT, 2009). Cotejando esse objetivo, entre as inúmeras possibilidades de efetivação, pode-se

destacar: conhecer as áreas tombadas pelo patrimônio e outros lugares de memória; reconhecer os marcos históricos fundamentais da cidade para além da memória das elites; o estudo de espaços urbanos e/ou rurais e os monumentos que os compõem. Essas perspectivas devem orientar as práticas desde a educação infantil até o ensino médio.

Assim entendemos que a vida humana em sociedade constitui e constrói a história, a cultura, a educação de uma sociedade e a forma de “transmissão” destes elementos está ligada à prática educativa. Aqui, em especial, nos referimos à educação patrimonial. Portanto, quando nos indagamos sobre quem somos, estamos perguntando de um determinado lugar a respeito de nossas identidades.

Nesse sentido, entendemos que identidades não são dadas, mas sim construídas e assimiladas por todos nós, através de nossas ações cotidianas no trabalho, nas relações sociais e nas formas de *lermos* e concebermos o mundo. Diante disso, é pertinente indagarmos sobre como temos construído, assimilado e/ou negado nossas identidades e, também, destacarmos que os municípios que desejam um desenvolvimento sustentável, democrático, justo, adequado a seus recursos e necessidades de seus munícipes, reconhecendo a pluralidade sociocultural dos seus grupos constitutivos, devem pensar num *projeto de cidade* baseado na realidade em que se vive, ou seja, na pluralidade histórica e cultural que constitui a sociedade local⁵.

Para isso, é necessário elucidar os conceitos de história, cultura e educação patrimonial. Assim, entendemos a história sob três perspectivas: a **história-experiência**, correspondendo às vivências do homem no tempo e inseridos no contexto de seus respectivos grupos socioculturais; a **história-disciplina**, pressupondo-a como sendo uma ciência humana que, por sua vez, tem por objeto de estudo a(s) memória(s) dos grupos sociais, seguindo a posição enunciada acima, podemos dizer que existem tantas *histórias* quantas memórias possam ser identificadas numa localidade; a **história-ensinada** correspondendo a todo conhecimento histórico assimilado pelos grupos socioculturais que constituem determinada sociedade localizada temporalmente e espacialmente. Entendendo que essa transita entre as duas anteriores.

Frente a essa concepção da história, é importante refletir e problematizar questões

⁵ As concepções, reflexões e proposições referentes às relações entre patrimônio, história, cultura e educação que ora apresentamos estão publicadas integralmente em: MACHADO, Ironita P. Patrimônio: história, cultura e educação. In: BATISTELLA (Org.). **Patrimônio, Memória e Poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011.

referentes ao patrimônio histórico-cultural. Para tal propósito nos utilizamos das palavras de Choay, que diz que a origem do termo patrimônio está ligada às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001). Portanto, é de suma importância reconhecer na história experiência e, também, no campo da história ciência, as diversas memórias frente à pluralidade de grupos sociais, a cultura como um processo vivido e como elementos de identidade.

A cultura significa um processo vivido, ou seja, *é a vida total de um povo, a herança social que um indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou* e, conseqüentemente, é constituída por elementos de identificação. Nessa perspectiva, a cultura é um estilo de vida próprio construído sob elementos - dialeto, alimentação, tradição, valores, normas, técnicas, instituições, construções, arquitetura, etc.- particulares de cada grupo e sociedade.

Desse modo, julgamos ser de fundamental importância a necessidade de se reconhecer a cultura *como prática educativa*; esse é o processo pelo qual, no geral, os indivíduos interagem com diversos e distintos grupos sociais, em tempos e lugares diferentes. No interior desse processo, ocorre a transmissão de elementos culturais – de ordem material e imaterial - aos membros mais jovens dos respectivos grupos, como forma de perpetuá-los. Este é o processo ao qual podemos referenciar como *educação patrimonial*.

O processo ao qual chamamos de *educação patrimonial* pode se dar de forma espontânea ou formalizada. Aqui, a educação patrimonial espontânea está sendo entendida como todas as manifestações memorialísticas atreladas à tradição ou ao senso comum, já a educação patrimonial formalizada corresponde às iniciativas de centros culturais, museus, escolas, entre outras instituições que se ocupam em preservar, *materializar*, interpretar e socializar memórias.

Portanto, entre história, cultura e educação patrimonial, há uma relação muito estreita, pois tratam de preservar, representar e refletir sobre memórias, ou seja, modos de vida. Enfim, reconhecer o patrimônio seja ele cultural, histórico, artístico, arquitetônico, ambiental, literário, entre outros, através de bens materiais e imateriais que compõem a memória de uma sociedade, cidade, região ou país, pensando-o e vislumbrando-o como prática educativa, representa uma forma de reconhecer e preservar a(s) identidade(s) de um povo.

Concluindo, esta ordem de reflexões, nós queremos destacar as seguintes questões: as cidades atualmente estão sendo tragadas pela modernização, e os municípios

estão perdendo seus referenciais de identidade. O que fazer? Há políticas públicas de preservação e educação patrimonial? De quem é o compromisso com educação patrimonial? Não nos atrevemos a responder, mas convidamos o leitor a refletir sobre essas questões referenciais que encerram este capítulo como fios condutores para a prática da educação patrimonial.

Nesse contexto, diante do desafio da educação patrimonial, a educação escolar é uma tarefa que exige um repertório teórico-prático e um projeto específico. Assim, ela deve começar discutindo sobre as concepções e as práticas curriculares, que trazem princípios teórico-metodológicos e conteúdos de ensino, fruto de uma seleção efetuada em determinada cultura. Para tal, faz-se necessário conhecer as diversidades contextuais, donde advêm as necessidades de orientação dos grupos sociais e os projetos pedagógicos já iniciados historicamente pelas comunidades envolvidas.

Portanto, o currículo se constitui em terreno central onde indivíduos se tornam sujeitos e encontram significações e sentido para a práxis da vida. Daí a importância dos professores assumirem seu papel de sujeitos pesquisadores e dinamizadores de suas áreas de conhecimento e de atuação docente. Segundo nosso entendimento, como professor-pesquisadora, *a função social* dos conhecimentos e das práticas políticas deveria tornar-se preocupação comum às instituições culturais e às instituições educacionais/ensino, e ser questionada no momento de pensar um projeto de cidade.

Assim, considerando que o conhecimento é um princípio geral de organização da sociedade e, portanto, configurando a nossa realidade com base no nosso conhecimento, é importante reconhecermos alguns desafios colocados pela sociedade moderna, tais como: o surgimento e o revisionismo de profissões que exigem um trabalho assentado no conhecimento; o domínio racional da fascinação pela globalização e/ou, ao contrário, dos localismos/xenofobismos, o que, no mínimo, implica uma atitude de reconhecimento de que vivemos numa época multicultural e de interesses pluriorientadores; a crítica do caráter sagrado do conhecimento científico e da técnica, em rever o seu determinismo totalizador, que busca efetivar princípios e práticas homogeneizadoras e *consensuais*; a descentralização do controle social do papel sociocultural do conhecimento traz certa fragilidade frente à diversidade, colocando, assim, a necessidade de uma política do conhecimento.

Seguindo essa perspectiva, pensar os saberes e os fazeres das práticas educativas - no projeto de cidade frente aos desafios colocados pela sociedade moderna - pressupõe refletir sobre a relação entre história x memória, cultura e educação, como tarefa da didática da história, pois pensamos que, conforme o seu desenvolvimento, é possível

teorizar e propor um currículo de história fundamentado numa dimensão social, política, técnica, cultural e prospectiva, ressignificando e correspondendo às necessidades e desafios da história-experiência. Isso implica uma escolha metodológica para a *transposição didática* e para as opções dos *espaços de aprendizagem*.

Essa questão nos conduz à reflexão de que didática e ensino implicam pensar num currículo interativo, ou seja, possível de ser vivido considerando-se a história-experiência. Em outras palavras, significa dizer que a didática e o ensino devem ser propostos e vivenciados em *espaços de aprendizagem* e sob metodologias para a *transposição didática* capazes de promover um processo de comunicação entre a realidade dos sujeitos envolvidos, o contexto e as especificidades dos conteúdos de ensino e a realidade sociocultural.

Considerando as situações didáticas numa perspectiva plural de recursos, de espaços, de instrumentos e de estratégias, parece-nos que se agregam ao *espaço escolar* outras possibilidades de se aprender história. Porém, a escola precisa reconhecer que há outras opções de situações/ recursos didáticos e *espaços de memória*, tais como: história oral; fontes iconográficas, estéticas, demográficas, meio ambiente, eleitorais, religiosas, festivas e oficiais; excursões arqueológicas; museus, teatros, arquivos, município – cidade, bairros, distritos, avenidas, ruas, parques/praças, pontes, monumentos, prédios “históricos”; cemitérios - imprensa, bibliotecas, centros culturais, etc.

Para tais práticas educativas, um dos pontos iniciais pode se circunscrever a demarcação da trajetória de situações didáticas. Assim, implicando, metodologicamente, numa situação didática, dois momentos, cada um com especificidades próprias e interligadas. O primeiro momento consiste em definir sobre que demarcação e concepção temporal, espacial e conceitual pretende-se enfocar o conhecimento histórico e, como segundo momento, sob que problematização-temática se efetivará a situação didática. Devemos considerar que a problematização-temática só adquirirá significado quando pautada na história-experiência e nas hipóteses postas pelos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, algumas das possibilidades seriam as propostas do ensino de história por eixos temáticos, história temática, projetos, entre outras, possibilitando a educação patrimonial, o estudo e o ensino da história local, regional e nacional.

Portanto, com essas perspectivas plurais de princípios teóricos e metodológicos, de *espaços*, estratégias, recursos e situações de saberes e fazeres da prática educativa (entendida aqui como o inter cruzamento prático da educação patrimonial e do ensino de história) pensadas no projeto de cidade, é oportunizado que no mundo cotidiano dos sujeitos, contextualizado social e culturalmente, a história seja intermediada de

forma significativa. É fundamental, então, identificar os procedimentos metodológicos possíveis ao desenvolvimento da educação patrimonial. Com objetivo de auxiliar nesta tarefa, elaboramos algumas sugestões, no capítulo Metodologia, Patrimônio e Ensino deste livro.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Para trabalhar com os alunos o conceito de patrimônio e desenvolver as sequências didáticas propostas nas Atividades Pedagógicas do capítulo Reflexões didáticas acerca do conceito de patrimônio (recolha de objetos de memória dos alunos, elaboração do conceito de patrimônio, montagem de museu e arquivo da turma ou da escola, pesquisa sobre os decretos leis municipais, etc.), e dos demais capítulos que compõem este livro, sugerimos:

1) Propor as atividades de Educação Patrimonial articuladas com Ensino de História, Geografia, Sociologia, Artes, etc. no planejamento de trabalho e planos de sequências didáticas (aulas); prevendo nas unidades temáticas os temas plausíveis de correspondência ao contexto social dos alunos, da escola e da cidade com conteúdos específicos das áreas das Ciências Sociais e Humanas;

2) Juntamente ao Planejamento de ensino, realizar o levantamento dos conceitos básicos do ensino de história (e de outras áreas), como por exemplo, tempo e espaço, pois os mesmo serão os articuladores entre a educação patrimonial e os conteúdos históricos;

3) Planejar de duas a quatro atividades ao ano de Educação Patrimonial de grande porte, como por exemplo: viagem de estudo; passeio histórico-cultural pela cidade; trilha nos espaços de patrimônio natural ou histórico da região (Reserva Maragato, Povinho Velho, Floresta Nacional de Passo Fundo, etc.) ou nacional (Ruínas Jesuíticas, Foz do Iguaçu, Pelotas, Rio Grande, Porto, Casarões e Museus de Porto Alegre) com posterior montagem de exposição demonstrando o conhecimento elaborado e as iconografias produzidas;

4) Nessa sequência de atividades, pode-se planejar e propor conteúdos com o patrimônio e a história local por ano e por nível, com os devidos aprofundamentos conceituais e procedimentais (alterando a escala/comunidade, cidade, município, região, nacional) e as perguntas-problema de estudo: industrialização, meios transporte e comunicação, a formação étnica, o trabalho, revoluções, etc.), em seguida, propõe-se as seguintes atividades:

5) Estudo do caminho percorrido de casa à escola ou ao trabalho ou campo de futebol, especificando as ruas, os prédios, os monumentos e praças, as pessoas e as atividades profissionais encontradas; comparar os caminhos dos diversos alunos encontrando semelhanças e diferenças em suas trajetórias;

6) Definir, mapear e caracterizar o bairro ou comunidade em que cada um dos alunos mora e onde se situa a escola: rural, industrial, residencial, comercial;

7) Pesquisa sobre o bairro onde se localiza a escola, reunindo fotos e documentos, realizando entrevista com os moradores mais antigos; o mesmo pode ser feito com uma empresa, fábrica, etc.

8) Realizar a pesquisa sobre os topônimos do bairro da escola, das principais avenidas da cidade e verificar a relação com a história local e nacional e os eventos históricos;

9) Realizar pesquisa sobre os grupos sociais que compuseram as comunidades em que moram os alunos, onde se localiza a escola e a cidade;

METODOLOGIA, PATRIMONIO E ENSINO

Ironita Policarpo Machado¹

Figura 6- E.M.E.F. Cohab Secchi – Feira das Nações (2010)



Fonte: Acervo da autora.

Frente às questões dos “porquês” da história em seu processo do fazer, ensinar e aprender, e tendo por pressuposto o objetivo e o objeto de estudo deste capítulo, as reflexões serão conduzidas em torno da Metodologia do Ensino da História e da Educação Patrimonial², direcionadas ao estudo da história regional, local e nacional e os significados e as possibilidades metodológicas de estudá-las e ensiná-las. Nas temáticas que apresentamos, procuramos referenciais numa metodologia do ensino de história baseada no “pensar dialético” – pensamento por contradições - tanto histórico quanto pedagógico, para tal estabelecemos uma relação entre alguns métodos para a proposição deste trabalho, isso para “escaparmos” dos formalismos e padronizações, sendo eles: *matriz disciplinar da história e metodologia da problematização*³.

¹ Doutora em História pela PUCRS. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UPF. Membro do Núcleo de Estudos de História Regional e das Relações Internacionais (NEHRR/PPGH-UPF). Email: iropm@upf.br

² Uma discussão sobre o tema foi realizado no *Programa momento Patrimônio – Educação Patrimonial* que está disponível no site <http://www.historiaupf.blogspot.com>

Assim, as proposições metodológicas referenciadas orientaram tanto a pesquisa e a elaboração do conteúdo histórico e as respectivas propostas didático-pedagógicas, quanto o conjunto dos temas que configuram este livro. Assim, a proposta deste livro é de que seus temas constituam-se em fonte de consulta, recurso didático, e, também, em uma possibilidade metodológica capaz de articular e problematizar outros conteúdos históricos e outras áreas de conhecimento, independentemente do ano do ensino de nível básico ou de nível superior/cursos de formação docente. O que propomos é uma perspectiva metodológica que busque motivar a “formação inicial e continuada” direcionada ao professor, ao estudante dos cursos de licenciatura, de magistério e, principalmente, na perspectiva da pesquisa e da educação patrimonial na difusão do conhecimento histórico ao ensino de nível básico.

Figura 7 - Educação Infantil da Rede Municipal de Passo Fundo em visita ao MHR



Foto Museu Histórico Regional de Passo Fundo

³ BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: Ed. UEL, 1999; RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.) **A nova historiografia alemã - Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ufrgs/Instituto Goethe, 1987.p. 37. DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. MACHADO, Ironita P. Perspectivas Passo Fundo rumo ao século XXI. In: DIEHL, Astor Antônio. **Passo Fundo uma história várias questões**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. P. 136-152. MENDONÇA, Domingues Mendonça. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1994. MOREIRA, Marcos Antônio; MASINI, Elcie F. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Morae4s, 1982.

A pesquisa histórica é o caminho para a produção de conhecimento, não só para professores do ensino superior, como também para os professores dos demais níveis de ensino, juntamente com seus alunos. Portanto, conhecermos a realidade regional e local, inserida numa totalidade social, significa interrogarmos sobre o lugar onde vivemos e atuamos e, assim, reconhecermos elementos de identidade. Para se colocar em prática essas diretrizes, é necessário incorporar-se as mudanças que estão se concretizando desde o final da década de 1990. Prova disso são as reformulações curriculares que reivindicam pela autonomia e demonstram contrariedade à uniformização. Nesse cenário, cresce o desejo e a necessidade de reconhecer e respeitar a singularidade de cada região e local, de cada língua, de cada dialeto.

Nas propostas curriculares de história no Brasil, predominou até as décadas de 1970 e 1980 o ideário nacional. Nesse sentido, estruturou-se o currículo sob uma base de História Geral e História do Brasil, objetivando formalmente a construção de uma identidade nacional, resultando numa história homogênea e uniforme, entre outras forjas, construiu o mito da democracia racial, do herói nacional. Entretanto, como alternativa a essa proposta tradicional e frente à conjuntura histórica – aceleração histórica, globalização das comunicações, imagem, fragmentação etc. - a tendência da década de 1990, tanto em termos de currículo quanto da produção historiográfica, centrou-se numa história do tempo presente e do imediato, da história temática, da história das mentalidades, assim, perdendo a perspectiva e a possibilidade de síntese histórica.

Em relação à produção didática, predominam os livros numa abordagem da história temática caracterizando-se pela fragmentação e, portanto, desfavorecendo a perspectiva de remeter a uma totalidade histórica e da história integrada que se caracteriza por uma abordagem sustentada na processualidade de longa duração das estruturas política e econômica, a periodização na qual se articula a história do Brasil é eurocêntrica. Assim, não se contempla o regional, o local, muito menos o patrimônio histórico-cultural, abordagens que dizem respeito às comunidades que usam esses recursos. O que é certo, infelizmente, é a inviabilidade de muitas propostas curriculares para o ensino de história regional pela ausência de recursos didáticos que as sustentem como fonte de informação. E, devemos reconhecer, existe uma diferença entre o conhecimento histórico resultante da pesquisada efetivada pelos historiadores na academia e o conhecimento histórico “narrado” nos livros didáticos – produzidos no centro do país e com “fins comerciais” - e do que é ensinado efetivamente nas escolas.

Diante do contexto das reformulações, devemos estar atentos para não

substituímos o *conhecimento histórico* dito “tradicional” por *nenhum conhecimento*, no ensino de história. Essa questão traz consigo o fato de que a maioria das novas propostas curriculares tende a uma história por eixos temáticos e/ou temas – tipologia Padrões Curriculares Nacionais – e tanto uma quanto a outra contemplam conhecimento histórico na perspectiva regional e local. Assim, a problemática reside na insipiente produção de conhecimento histórico sobre o regional de perspectiva didática e da prática metodológica. Sobre essa questão, iniciamos a reflexão sobre a *transposição didática*.

Nesse contexto, no que se refere à pesquisa histórico-historiográfica e didática da história, a questão é de ordem teórica e prática: a *transposição didática*, do fazer histórico para o fazer pedagógico, que, por sua vez, requer um *pensar* e uma *habilidade* metodológica, de estratégias e recursos específicos. Essa transposição didática requer procedimentos orientadores da *história disciplina*. Em outras palavras, ela precisa de uma articulação entre elementos do *pensar-fazer histórico* e do *pensar-fazer pedagógico* que é facilitada pelos recursos didáticos, auxiliando os professores no cotidiano do ensino de história.

Dessa forma, entendemos *transposição didática em história* como sendo a correspondência dos processos ativos e criativos de transformação do conhecimento acadêmico/*científico* em conhecimento escolar. Portanto, concebendo o processo de transposição didática como uma trajetória criadora e não reducionista, é pertinente discutir sobre a lógica da articulação entre o pensar-fazer histórico e o pensar-fazer pedagógico que se constitui num protocolo metodológico necessário ao ensino de história e da educação patrimonial. Para tal reflexão, propomos como método a *matriz disciplinar da história*⁴. Dentro dessa lógica, pensar e operacionalizar a transposição didática, tanto no que se refere à prática pedagógica quanto à escolha dos recursos didáticos, representa conceber a história sob três dimensões: 1) **história experiência**: conceber os sujeitos envolvidos contextualmente e situados geograficamente - alunos, professores, pais, etc.; contexto sócio-histórico em que o ensino/escola está inserido e os referenciais epistemológicos que estão lhe orientando; 2) **história ciência**: reconhecer os princípios teórico-metodológicos da pesquisa histórica e das linguagens historiográficas; 3) **didática**

⁴ A origem da matriz está em Rüsen, por nós discutida em outros trabalhos, e a questão da transposição circula nos escritos sobre ensino de história, apresentando-se das mais diversas formas, porém nenhum propõe um processo metodológico. Ver em: RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigmas na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, ^a B.; GERTZ, R. E. A nova historiografia alemã. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1987. P. 14-40.; MACHADO, Ironita P. Cultura historiográfica e identidade uma possibilidade de análise. Passo Fundo: Ediupf, 2001.; DIEHL, Astor Antônio. MACHADO, Ironita P. Apontamentos para uma didática da história. 2ª Reimpressão. Passo Fundo: Editora Clio, 2002.

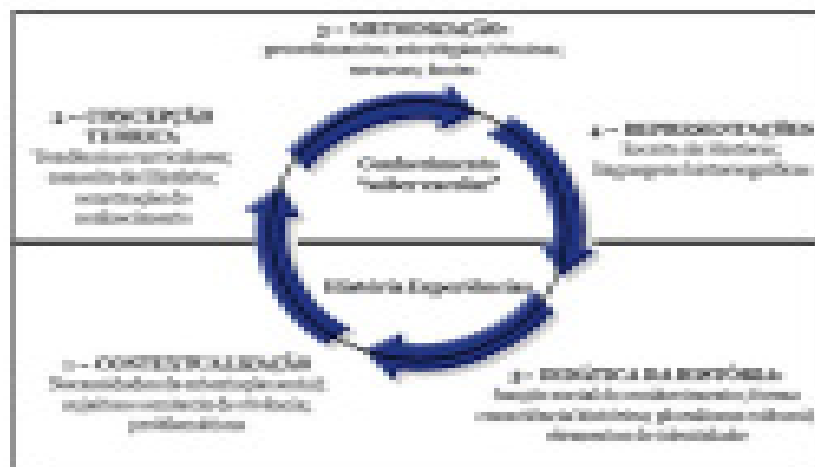
da história: papel político e sócio-cultural do conhecimento; aqui residindo o desafio em destituir o “sagrado” e os determinismos totalizantes, que buscam princípios e práticas homogeneizadoras e “consensuais”, em busca de conhecimentos potencializadores de procedimentos emancipatórios.

A *matriz disciplinar da história* (concebida por nós como uma metodologia capaz de mobilidade de tempo-espço e de tema-objeto, bastando pensá-la e operacionalizá-la orientada por um problema de investigação ou de ensino) tem por objeto de reflexão os princípios do conhecimento histórico, para fundamentar e garantir uma plausibilidade ao conhecimento histórico, os quais se constituem em metodologia para o ensino da história e para o estudo do patrimônio histórico cultural. A matriz constitui-se de cinco elementos (passos) para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo para a prática investigativa e, no caso do ensino, em três perspectivas, sendo elas:

- a reflexão, o planejamento e a operacionalização do ensino de história, através do conhecimento escolar e/ou da organização da proposta curricular;
- a indicação de critérios interpretativos orientadores da escolha do livro didático e/ou outros recursos;
- a escolha de estratégias e técnicas a reflexão teórico-metodológica e historiográfica em sala de aula e o estudo do meio – patrimônio.

Abaixo elaboramos a representação gráfica da matriz, indicando passo a passo as etapas da metodologia.

MATRIZ TRANSPOSTA | PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ORIENTADORES PARA O ENSINO



Os cinco fatores possíveis de análise - passos operativos ao ensino

1. Contexto social, histórico e educativo - interesse pelo conhecimento: correspondendo à transposição didática, esse vetor, por exemplo, ao questionamento e identificação de questões relacionadas às necessidades e interesses dos sujeitos sociais envolvidos, por exemplo: a questões sociais da comunidade a que pertence a escola; os problemas da cidade; os monumentos e edificações de memória da cidade e a questão da preservação; a história dos alunos e de suas comunidades; a realidade local e regional;

2. Perspectivas teóricas e fundamentos educacionais: dizendo respeito aos pressupostos teóricos que sustentam a organização do conhecimento *histórico* – através deste vetor, identificar e optar por concepções de tempo, sujeito, fatos e mudanças históricas, etc. - na transposição didática é necessário ao (re) conhecimento de conceitos e princípios orientadores à práxis pedagógica, da mesma forma à interpretação e à análise do livro didático; por exemplo, o ensino por eixo temático ou projeto ou história integrada; a integralização com história regional e educação patrimonial; com base nesses elementos que se opta e define a proposta curricular;

3. Orientações e práticas metodológicas: esse vetor, sinalizando e identificando as formas pelas quais as experiências do passado foram tratadas nas perspectivas orientadoras através da pesquisa, com base na opção teórica e na concepção de história e de patrimônio, na transposição didática, além de orientar a análise-interpretação histórica, a identificação e a opção das fontes, ele auxilia na organização da tarefa didática – do professor e do aluno, pois com base nele, pensam e estabelecem métodos de ensino-aprendizagem, identificam os recursos, as estratégias e os procedimentos didáticos;

4. Linguagens historiográficas e ensino: o vetor linguagens historiográficas e ensino, definido com base numa concepção de história, de ensino e de aprendizagem, no âmbito da transposição didática, viabilizam identificar e problematizar as formas de representar a história, como estratégia didática para a crítica das representações de “mundo” dos autores/professores e outros agentes culturais presentes nos diferentes recursos e linguagens históricas e, aqui, encontra-se as construções (signos e símbolos) materiais e imateriais do patrimônio como fonte de estudo;

5. Relevância sociocultural, política e prática do conhecimento: esse vetor, correspondendo à *função do conhecimento*, diz respeito à didática da história no que se refere à relevância e competência práticas dos conhecimentos históricos adquiridos. A transposição didática abarca os elementos constitutivos de *identidade* sócio-cultural

dos sujeitos e, tendo como pressupostos os conteúdos apreendidos/construídos e as correspondentes metodologias, as possibilidades do desenvolvimento de competências e habilidades, que, por sua vez, podem orientar a práxis social.

Orientar-se pela matriz disciplinar da história transposta é optar por princípios teóricos metodológicos para o ensino de história e para a educação patrimonial que viabilizam um ensino crítico de conteúdos históricos problematizados e que promovem a interação recíproca entre local e global. Nessa perspectiva de proposta, quanto à seleção de conteúdos e aos seus procedimentos, por exemplo, essa perspectiva de proposta possui rupturas na cronologia, incluindo duas possibilidades de tratamento temporal: uma em que se estrutura o conteúdo histórico do passado para o presente; e a outra do presente para o passado. A primeira, de certa forma, distancia-se da proposta tradicional porque, quebrando a sequência linear, introduz a análise do presente e do próximo -local- de forma processual e comparativa. A maior parte das propostas parte do passado mais recente para o passado mais remoto, do local para o global; ou das condições imediatas de vida dos alunos, buscando no passado as experiências para retornar novamente ao presente e compreendê-lo melhor (entrelaçamento tempos e espaços).

Isso possibilita a descoberta e a experiência, qualifica o conhecimento da realidade na qual o aluno está inserido, sua reflexão histórica e, ao mesmo tempo, o torna sujeito de seu próprio conhecimento. Tal proposição à experiência de ensino-aprendizagem, em geral, parte do pressuposto de que o contato direto com a realidade é necessário para a produção do conhecimento e que esta, por sua vez, é indispensável para um aprofundamento da reflexão individual do aluno. Nessa perspectiva, as experiências propõem a produção do conhecimento como algo novo para o aluno e não para o saber acadêmico, assim, defendendo a importância de iniciar os alunos nos caminhos da produção para que tomem consciência de que o conhecimento histórico é algo construído e que ele, o aluno, também pode e deve produzir um conhecimento seu no trato com os objetos de estudo.

Portanto, segundo Bittencourt (1998), o conhecimento é a compreensão adquirida através da confrontação das realidades. Para construir uma aprendizagem significativa, é necessário que conceitos relevantes estejam claros para o aluno, para que sirvam de ponto de ligação e apoio para novas interpretações e conceitos. Se isso está bem resolvido, há interação entre conceitos fazendo com que ocorra uma ressignificação, reorganização do conhecimento, trazendo assim um maior entendimento do conteúdo. Esse conhecimento deve mostrar alguma utilidade para a vida do aluno, isso o deixará mais interessado em elaborá-lo.

Assim, confluindo para a metodologia da matriz transposta, temos a metodologia da problematização, na qual, para Berbel (1999), parte-se da realidade vivida com a qual de alguma forma o tema que será trabalhado tenha ligação. Nessa etapa, os alunos são levados a observar a realidade de uma nova forma, identificando o que existe de relevante, de preocupante, problemático. Isso fará com que os alunos tenham maior interesse pelo assunto e prestem atenção no que lhes está sendo ensinado. No próximo momento, ocorre a escolha da forma de estudo e das fontes de informação, chamada de etapa da teorização. Depois do estudo feito, é a vez da criação de hipóteses para resolver o problema. Após todas as hipóteses levantadas, é hora de pôr em prática. Os alunos, assim, poderão efetuar mudanças no meio em que vivem, repassando aos seus amigos e familiares o conhecimento construído e alternativas para os problemas, ocorrendo assim um processo de mudanças no pensar daqueles também.

É necessário reconhecer o trabalho de se levar a cabo essas propostas sem um conhecimento histórico correspondente ao regional e local sistematizado numa linguagem didática, mas existem produções significativas, bem como esta obra que ora lhes entregamos como possibilidade de estudo do meio (especialmente o patrimônio histórico-cultural) e estratégia para o ensino-aprendizagem da história. Existe possibilidade de acesso a documentos e a jornais de época, objetos e edificações, enfim espaços de memórias, por exemplo, o Arquivo Histórico Regional e o Museu Histórico Regional, as praças e edificações da cidade.

Portanto, as propostas de atividades, aqui apresentadas, sugerem um estudo problematizado do patrimônio histórico e cultural e de temáticas históricas em perspectiva regional e local, com o cuidado de manter permanentemente a articulação com outras dimensões espaciais e temporais (história do Rio Grande do Sul, história do Brasil, ambas articuladas com a conjuntura latino-americana e mundial, entre outras perspectivas de abordagem) que podem ser redimensionadas por novas delimitações feitas pelo professor em seu planejamento.

Essa abordagem metodológica, que configurando o presente livro tem por objeto principal estudos possíveis de serem articulados com acontecimentos históricos do Rio Grande do Sul, Brasil e mundial, é resultado do mapeamento das propostas curriculares de história e, considerando a região de abrangência da Universidade de Passo Fundo (UPF)⁵, as atuais diretrizes educacionais. No bojo dessa questão, encontramos uma

⁵ Centro Norte do Planalto rio-grandense.

⁶ O debate em torno da conceituação e das perspectivas metodológicas sobre região e história, “cultura historiográfica regional” e historiografia regional, ver em: MACHADO, Ironita P. **Cultura Historiográfica: uma possibilidade de análise**. Passo Fundo: UPF, 2001.

Os pesquisadores da vertente crítica conceituam o espaço como um fato social, produto da ação humana e, portanto, de historicidade em inter-relação com os processos sociais. Nesse sentido, concepção de meio geográfico é vista de maneira global, envolvendo as condições materiais do desenvolvimento histórico, todavia é necessário rever as formas tradicionais de recorte regional.

No texto “História e região: reconhecendo e construindo espaços”, a historiadora Amado (1990, p. 08) coloca o conceito de região como “categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”. Dessa forma, *região* é um certo corte da espacialidade, utilizado com a perspectiva de representar o real, assim como estrutura e conjuntura são delimitações da temporalidade.

Somente nesse sentido é que se poderá derrubar a ideia de um caráter determinista até hoje presente de que a história regional e local é reflexo (repetições) fiel da história nacional e, por outro lado, “rever” o que a “cultura historiográfica regional” e a “historiografia tradicional” construíram com relação ao conhecimento histórico, pois essas mesmas lhe deram um corpo “autônomo”, eliminando os conflitos internos e externos sob a ótica dos interesses de determinadas elites políticas e culturais, que, de certa forma, *personificam* a região e “petrificam” memórias *particulares* em *espaços públicos*.

É reedificada aqui, a título de exemplo, através dos passeios de estudo, onde os monumentos, as praças, os bustos, etc., ganham *fetich* de *memória coletiva*, ou ainda, quando é solicitado aos alunos o nome das ruas da cidade ou dos bairros ou o patrono da escola sem nenhuma problematização e/ou contextualização articulada a uma totalidade histórica.

Pensar em estudo regional implica analisar uma singularidade na totalidade, estabelecendo relações entre o micro e o macro, para não cair no erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos, construindo “estereótipos” sociais. Com isso, o aspecto limitante da abordagem reside na construção fragmentada dos acontecimentos, que impedem uma visão crítica das relações sociais e qualquer tipo de síntese histórica.

Concluindo esta ordem de reflexões, afirmamos que dentro da tendência da micro história e da educação patrimonial, podemos abordar de forma significativa no ensino de história a história regional a história local, podendo situá-las como uma perspectiva

historiográfica e um princípio metodológico capaz de aproximar o aluno de seu cotidiano, da sua família, dos conhecidos, enfim, de sua comunidade, pela possibilidade de identificação das características do processo histórico particular da comunidade. Acredita-se que, com base nesse princípio metodológico, estar-se-á motivando os alunos ao estudo da história. Como diz Samuel (1990, p. 21), “as pessoas estão continuamente colocando para si mesmo questões relacionadas ao local onde moram e sobre como viveram seus antepassados.”

Da mesma maneira que a micro história, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida do homem; os historiadores franceses Marc Bloch e Fernand Braudel são apontados como precursores de uma abordagem que busca compartilhar espaço e tempo, tentando estabelecer laços entre as paisagens e os homens. Podendo assim o ensino de história contribuir para a educação ambiental das novas gerações. Ainda, o estudo do meio é a possibilidade metodológica de estudo do patrimônio. Por que realizar estudo do meio? O estudo do meio é uma prática pedagógica que se caracteriza pela interdisciplinaridade. Entre os seguidores dos métodos ativos da Escola Nova, a adesão aos estudos do meio foi uma constante.

O estudo do meio se constitui em um método de investigação cujos procedimentos devem se ater a dois aspectos iniciais. “O primeiro deles é de que este método é um *ponto de partida*, não um fim em si mesmo. O segundo é que sua aplicação resulta sempre de um *projeto de estudo* que integra o plano curricular da escola e pode ser integral ou parcial.” (BITTENCOURT, 2009, p. 280) Do ponto de vista do desenvolvimento intelectual, o estudo do meio favorece a aquisição de uma série de capacidades, destacando-se a *observação* e o domínio de *organizar e analisar registros orais e visuais*.

O estudo integral contempla a descrição e explicação de todos os aspectos da área delimitada, e o estudo parcial, somente um aspecto da área delimitada, associado a um tema específico. Seus objetivos englobam três aspectos: a socialização dos alunos; o aprofundamento de conteúdos; e a sua formação intelectual. E as etapas fundamentais que integram o estudo do meio são: preparação prévia; atividades de campo; retorno do trabalho em aula.

Sendo os procedimentos metodológicos e tarefas para cada etapa os seguintes:

- Reconhecimento do espaço social a ser estudado;
- Estudo prévio do local por intermédio de bibliografias e também outras fontes;
- Definição da problemática a ser estudada;
- Organização do roteiro a ser seguido;

- Preparação do caderno de campo;
- A execução do estudo do meio;
- Atividade complementar na sala de aula.

Esse método busca a capacitação de observação do aluno tais como:

- Observação simples: forma espontânea de observar.
- Observação participante: o observador participa do grupo.
- Observação sistemática: planejamento prévio e delimitação de objetivo.

Para a história, esse método busca introduzir o método de investigação histórica, e desenvolver o pensamento crítico dos alunos de educação infantil, séries iniciais e finais do ensino fundamental, bem como do ensino médio. Mas é necessário ter alguns cuidados tais como: um ponto fundamental é o cuidado com a utilização de fontes, principalmente as fontes materiais e a fonte oral; no posterior debate com a classe, o professor deve disponibilizar outros tipos de fonte, de acordo com as necessidades; vale lembrar que o estudo do meio é um ponto de partida, que necessita de outros referenciais e informações de uma realidade maior, inseridos em contextos mais amplos. Para tal protocolo, destacamos algumas estratégias ao desenvolvimento de qualquer proposta de ensino do meio, do patrimônio, da história local, regional e nacional, como:

- as relações entre o particular e o geral, o geral e o particular;
- os eventos pertencentes ao passado mais próximo ou distante, de caráter material ou mental, que destaquem mudanças e permanências, continuidades e discontinuidades, diferenças e semelhanças;
- os agentes de ação social, todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características;
- os dimensionamentos temporais, considerando toda sua complexidade, cuja dimensão o aluno aprende paulatinamente, através das vivências pessoais – pela intuição, tempo biológico, psicológico interno dos indivíduos -, dos objetos culturais-cronológico e astronômico -, da institucionalização – calendários – e dos ritmos de duração – diferentes períodos e ritmos de duração, simultaneidade e sucessão;
- os alunos são sujeitos do pensar e do fazer, do processo de compreensão e da interpretação histórica;
- os conhecimentos históricos, objeto de estudo, pautado na transversalidade de temas

que possibilitem o conhecimento multicultural, humanístico, ético, procedimental e atitudinal-comportamental, visando o desenvolvimento de habilidades e competências nas diversas dimensões da vida sociocultural⁷.

- na entrevista é importante trabalhar previamente questões como: quem entrevistar? Quantos elementos entrevistar? Como entrevistar? Como analisar as entrevistas?

Essa questão nos conduz à proposta de um currículo interativo, ou seja, possível de ser vivido, considerando a história experiência. Em outras palavras, significa dizer que o ensino pode ser proposto e operacionalizado em espaços e sob metodologias capazes de promover um processo de comunicação entre a realidade dos sujeitos envolvidos, o contexto sociocultural e as especificidades dos conteúdos de ensino frente à realidade.

Nessa perspectiva, uma possibilidade seria a proposta de ensino de história por eixos temáticos⁸. Optamos pela denominação *eixo temático*, simplesmente, como uma estratégia de trabalho, não significando uma escola específica da ciência pedagógica contemporânea, como, por exemplo, a tendência pedagógica humanista baseada no pensamento, entre outros, de Paulo Freire e Moacir Gadotti, mas tendo por referencial uma concepção de dialética metodológica. Entendemos que no processo didático, o ponto de partida seja a história experiência presente, nas mais diversas escalas espaciais, sendo dela que devemos retirar os temas que vão articular (eixos articuladores) a história presente e imediata e o patrimônio com o conhecimento histórico objeto de estudo, através da elaboração de problemas e de hipótese pontuadas pelos próprios alunos.

⁷ Nesta perspectiva de abordagem metodológica, ver: MACHADO, Ironita P. O currículo de história. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.) **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Edupf, 1999. P. 111-227.; DIEHL, Astor Antônio. MACHADO, Ironita P. **Apontamentos para uma didática da história**. Passo Fundo: Clio, 2001. BITTENCOURT, Circe. (org.) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998; CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias** o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: Edupf, 2001. p.171-196.; COLL, César. POZO, Juan Ignacio. SARABIA, Bernabé. VALLS, Enric. (tradução) Beatriz Affonso Neves. **Os conteúdos na reforma. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.; FICHTNER, Bernd. Ensinar e Aprender um Diálogo com o Futuro: A Abordagem de Vigotski. In: SILVA, L.H. AZEVEDO, J.C., SANTOS, E.S. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. p. 146-175.; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. At. alli. **Questões de teoria e metodologia da história**. História no final do milênio: para quê? Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2000. p. 317-349.; PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

⁸ Entre, outras obras, ver em: BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). **Metodologia da problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina: Ed. UEL, 1999; WACHOWICZ, Lilian Anna. **O método dialético na didática**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.; WORTMANN, Maria Lúcia C. Posicionamento de Gramsci frente aos diferentes tipos de saber: buscando os elos entre a educação e a produção do conhecimento. **Educação e realidade**. Porto Alegre, 18(2): 83/96, jul./dez. 1993. HABERMAS, J. 1982. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Encerramos este capítulo com sugestões metodológicas para a prática educativa patrimonial e para o ensino de história. As proposições que seguem podem ser ampliadas, recriadas e/ou ajustadas aos objetivos, problemas, conteúdos e interesses de estudo.

a) Eixo - temático

Unidade I – Homem: cultura e trabalho

Eixo temático da unidade: Trabalho e cultura (problematizar e elaborar hipóteses - realização coletiva dos alunos - com base no tema, na conjuntura atual ou no patrimônio e em suas experiências, atividade mediada pelas provocações do professor);

Tema 1 – Trabalho: uma questão de direito e de identidade

Eixo temático: cultura, diversidade e pluralidade histórica

Tema 2 – O homem construindo e apropriando o espaço

Eixo temático: trabalho, formas, relações e violência

Tema 3 – Mapeando representações étno-culturais

Eixo temático: diversidade sócio-cultural e histórica

CONCEITOS: tempo, espaço, natureza, homens, relações, modos de vida, história, etnia e hábitos, trabalho, desemprego, direito, identidade, violência, cultura, diversidade, pluralidade, etc.

Conteúdos conceituais: identificar as relações entre sociedades, as características e especificidades de trabalho de culturas diversas numa visão histórica da formação étnico-cultural e na organização do espaço regional e, por exemplo, articular com a Revolução Industrial; a Legislação Trabalhista na Era Vargas.

Conteúdos procedimentais: reconhecer versões diferentes para um mesmo acontecimento histórico; proceder à crítica e a síntese histórica, estabelecendo relação com seu cotidiano e a sociedade em que está inserido;

Conteúdos atitudinais: respeitar e valorizar a diversidade cultural; criticar as formas de exploração de natureza sócio-econômica e política; etc.

b) Proposta de atividade pedagógica: o trabalho de projetos

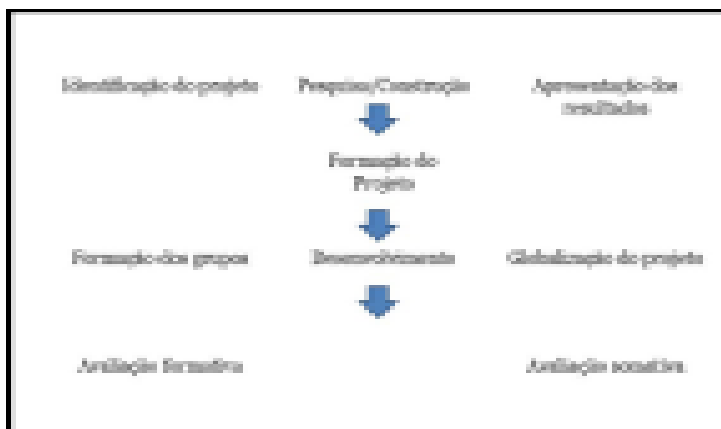
Um projeto desenvolve-se por etapas fundamentais:

1 – identificação e formulação do problema;

2 – desenvolvimento do projeto;

3 – apresentação dos resultados e avaliação final.

Representação passos:



c) Proposta de atividade numa pedagogia da memória, pensada pela estratégia do estudo de história local/regional: estabelecendo relações e variações de escala é possível perceber a relatividade da historiografia nacional, e assim, acabar com o mito de uma história-memória unitária.

Usando fontes locais, poder-se-á realizar estudos, tais como: socioeconômicos; demográficos; caráter político-institucional; sobre a igreja e os valores religiosos; âmbito cultural e das mentalidades; biográficos; visitas à arquivos e bibliotecas, praças, cemitérios, ruas, monumentos, etc.;

Esse tipo de estudo pode ser efetivado pelo trabalho de projeto ou eixo temático, deve ser planejado cada passo procedimental – temática, problematização, hipóteses, escolha da metodologia, das fontes em seu tratamento específico (heurística, crítica, interpretação), elaboração de instrumentos de registros e sistematização, roteiro de visita e/ou entrevistas, etc.

d) Imprensa local como recurso didático – passos procedimentais:

- análise de um tema histórico, do conteúdo programático, através da imprensa local, tanto atual quanto de época;
- exploração da imprensa; análise do discurso, estabelecer relação com o contexto extratextual – possibilidades de um determinado discurso num época específica, relação entre as formações discursivas e não discursivas: sociais, políticas, culturais, econômicas, etc.;

e) Proposta de atividade numa pedagogia investigativa: da observação à descoberta do patrimônio.

A escola constitui o espaço privilegiado para o desenvolvimento de projetos em torno do patrimônio cultural, cujo estudo permite atingir objetivos fundamentais de articulação escola-meio e de sensibilização dos alunos para os problemas da comunidade em que a Escola se integra. Nessa proposta, o professor de História, e demais professores da educação infantil até o ensino médio, desempenha um papel fundamental no planejamento e na efetivação dos projetos e, sempre que possível, deve assegurar-se das estratégias que estabeleçam relações entre os temas previstos na organização dos conteúdos curriculares, ao mesmo tempo em que se integram em projetos mais vastos de estudo do meio.

O estudo e a utilização didática do patrimônio pressupõe um inventário dos bens existentes ao nível local, portanto as tarefas podem ser planejadas na seguinte ordem: **1º)** o levantamento das realidades patrimoniais da zona a estudar, bem como a caracterização geral do meio; **2º)** dos elementos recolhidos, selecionar aqueles que se relacionam com os conteúdos programáticos e/ou tema-problemas de estudo e os que forem eleitos pela maioria dos alunos para constituírem objeto de estudo (monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, patrimônio arqueológico ou urbano, patrimônio industrial ou cultura ou ambiental, etc.).

f) Sugestão de ficha para inventariação, caracterização e classificação do meio¹

FICHA DE OBSERVAÇÃO DO MEIO/PATRIMÔNIO

1 – Lugares, paisagens, toponímias

- situação da vila, bairro, cidade, etc.
- plano do habitat e das atividades econômicas
- zona de construção, de crescimento, permanência de espaços rural em volta (ou no centro) do tecido urbano
- estrutura da propriedade e culturas dominantes

¹ As sugestões metodológicas para a educação patrimonial são propostas na obra de: MANIQUE, Antônio P. PRO-ENÇA, Maria Cândida. **Didática da história: patrimônio e história local**. Lisboa: Texto Editora, 1994.

- nomes, designações toponímias

2 – Edifícios e vestígios de habitações e espaços de convívio

- grutas, vestígios africanos, italianos, nativos da terra, alemães, etc.
- praças, jardins, parques, tribunal, cadeia, hospital antigo, escola, correio, bancos
- pontes, lavadouros municipais,
- caminhos de ferro, moinhos, etc
- casas particulares significativas (palacetes, solares, casas típicas, bairros operários)- renovação em curso (arranjo/transformação de ruas, demolições de imóveis antigos, construção de edifícios modernos, etc.)

3 – Edifícios religiosos

- igrejas, capelas, mosteiros ou conventos (interiores: vitrais, estatuárias, inscrições, pedras tumulares, etc.)
- cemitérios, túmulos particulares

4 – Monumentos comemorativos

- placas comemorativas, inscrições
- estátuas, obeliscos
- nomes de ruas e praças (quem ou o recordam)

5 – Museus, bibliotecas, galerias de arte

- cerâmicas, moedas, mobiliário antigo, trajes, etc

6 – Arquivos e documentos

- arquivo regional, municipal, paroquiais, particulares (famílias, instituições, empresas)

g) Considerações sobre algumas sugestões metodológicas para a abordagem didática do patrimônio

METODOLOGIA GERAL DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO
Inventariação dos bens patrimoniais de zona

- Seleção do(s) elemento(s) a estudar
- Observação/descoberta do patrimônio (elementos selecionados)
- Interrogação/formulação de hipóteses – Definição das linhas de investigação
- Construção de redes de relações explicativas:
 - o REDE A - Evolução interna do monumento (localização no tempo da construção, reconstruções, organização de espaços internos e externos, estilos, funcionalidade, elementos decorativos, etc.)
 - o REDE B – Evolução do diálogo do monumento com o meio em que se insere (evolução do próprio meio, relações do monumento como o meio: econômicas, políticas, administrativas, sociais, culturais).
 - o REDE C – Relações do monumento com figuras e acontecimentos locais significativos (incluindo festas, tradições, etc.)
 - o REDE D – Relações do monumento com outras construções ou objetos locais (tipos de construção, estilos, instrumentos de trabalho).
 - o REDE E - Relações do monumento com outros monumentos nacionais ou internacionais: estilos, artistas envolvidos na construção
- Pesquisa/busca de dados: orientações na sala de aula, investigação bibliográfica, trabalho de campo, inquérito, história oral
- Tratamento/síntese dos dados:
 - o Articulação das redes de relações estabelecidas
 - o Caracterização do monumento na sua evolução interna
 - o Caracterização do diálogo estabelecido entre o monumento e o meio envolvente
 - o Valor do monumento em comparação com outros
- Divulgação dos resultados – escola e comunidade:
 - o Avaliação/debate de resultados
 - o Equacionamento de problemas relativos ao monumento: ambiente,

h) Ficha de observação/caracterização de edifícios históricos

1 - Designação e localização

- 1.1 - Designação oficial.
- 1.2 - Designação popular.
- 1.3 - Localização (bairro, rua, praça, etc.).

2 - Datação

- 2.1 - Data da construção (ano, década, século).
- 2.2 - Datas das reconstruções mais significativas.

3 - Abordagem histórica

- 3.1 - Artista ou artistas implicados na construção.
- 3.2 - Entidade ou entidades responsáveis pela construção (Estado, ordens religiosas, etc.).
- 3.3 - Artista ou artistas relacionados com as reconstruções das reconstruções.

4 - Funcionalidade

- 4.1 - Função atual.
- 4.2 - Função primitiva.
- 4.3 - Funções desempenhadas ao longo dos tempos.

5 - Aspectos exteriores

- 5.1 - Materiais de construção.
- 5.2 - Edifício, jardins, aspectos circundantes.
- 5.3 - Componentes observáveis (portais, janelas, frontões vitrais, torres, pináculos, balcões, colunas, estatuária, etc.)

6 - Estrutura interior

- 6.1 - Organização dos espaços (capelas, túmulos, frontões, vitrais, torres, estatuária, etc.)
- 6.2 - Funcionalidade do espaço interior.
- 6.3 - Caracterização dos espaços interiores.
- 6.4 - Orçamento.

7 - Estilos

- 7.1 - Estilo único.
- 7.2 - Pluralidade de estilos.
- 7.3 - Estilo dominante

- 7.4 - Estilos menos representativos
- 7.5 - Organização espacial.
- 7.6 - Razões da pluralidade de estilos (épocas de Construção, reconstrução)
- 7.7 - Diferenças entre o estilo arquitetônico básico e as decorações.

8 - Aspectos interiores mais significativos

- 8.1 - vitrais, pinturas
- 8.2 - esculturas: estatuária, baixo-relevo,
- 8.3 - túmulos, inscrições
- 8.4 - altares, objetos de culto; mobiliário, objetos ornamentais, etc.

9 - Relações entre componentes do monumento e respectiva justificativa

10 - Relações monumento/meio local e regional

11 - Relações monumentos/outros monumentos/história local/ história nacional

i) Estatuária, a toponímia e a descoberta das figuras locais

FICHA DE OBSERVAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DE ESTATUÁRIA

1 – Personalidade representada:

- nome, profissão ou função,
- data de nascimento e morte, etc.

2 – Tipo de estátua

- busto, pedestal

3 – Caracterização da estátua

- tamanho, tipo de material
- adornos, inscrições, brasões,
- símbolos, etc.

4- Localização

- espaços envolvidos

5 - Escultor

6 - Data de produção ou inauguração

7 - Entidade (s) promotora(s)

8 - Entidade que procedeu à inauguração

9 - Razões da homenagem

ABORDAGENS DIDÁTICAS DA ESTATUÁRIA

- Inventariação da estatuária local
- Classificação dos estatuados:
 - o Figuras de projeção local
 - o Figuras de projeção regional
 - o Figuras de projeção nacional e internacional
- Seleção da(s) figura(s) a estudar (com articulação com os conteúdos programáticos)
- Estudo biográfico da(s) figura(s) selecionada(s)
 - o Aspectos pessoais
 - o Relações com o contexto local: sociedade, economia, política, instituições, cultura
 - o Relações com o contexto histórico nacional: sociedade, economia, acontecimentos relevantes, política, cultura
 - o Relações com contextos internacionais
- Comparação das personalidades estudadas e estabelecimento de relações entre elas. Síntese: caracterização de um contexto histórico local e sua integração na história nacional

j) Estudo da toponímia

ABORDAGENS DIDÁTICAS DA TOPONÍMIA

Inventariação da toponímia local (ou de parte dela)

- Classificação dos topónimos
 - o Relação com a evolução da povoação
 - o Relação com acontecimentos
 - o Relação com figuras locais ou nacionais
- Seleção e agrupamentos dos topónimos a estudar (em relação com os conteúdos programáticos)
- Pesquisa sobre o significado da toponímia:
 - o Atividades quotidianas da povoação antiga
 - o Crescimento e transformações da povoação
 - o Acontecimentos nacionais e sua repercussão local
 - o Figuras locais ou nacionais e sua relação com acontecimentos relevantes
- Estabelecimento de relações entre vários tipos de topónimos
- Síntese: caracterização de uma conjuntura, de uma Época, ou de um contexto local e sua integração na história nacional

k) Inventariação

A ESTATUÁRIA, A TOPONÍMIA E A DESCOBERTA DAS FIGURAS LOCAIS

Inventariação da estatutária e da toponímia locais

- Estabelecimento de relações entre estatutária e toponímia
 - o Agrupamento por épocas
 - o Relações entre estatutária, toponímia e fatos locais
 - o Relações entre estatutária, toponímia e acontecimentos nacionais
- Selecção dos conjuntos a estudar
- Definição e inventariação de fontes
- Pesquisa (bibliográfica, documental, arquivística, trabalho de campo, história oral)
- Síntese de dados e caracterização das figuras locais
- Estabelecimento de relações entre as figuras locais e o passado nacional
 - o Localização do espaço e do tempo
 - o Papéis desempenhados ao nível local
 - o Relações com acontecimentos Locais e nacionais
 - o Figuras locais ou nacionais e sua relação com acontecimentos relevantes
- As figuras locais como ponto de partida para a compreensão do passado local e nacional

I) Exemplo de estudo de objetos

INSTRUMENTOS DE TRABALHO E ACTIVIDADES AGRÍCOLAS

- Pesquisa e identificação de instrumentos agrícolas
 - o Localização
 - o Designação do instrumento
 - o Caracterização (formas e materiais componentes)
 - o Função
 - o Recolha ou representação (fotografia, vídeo)
- Agrupamento e classificação dos instrumentos relativamente às atividades e produções agrícolas (sementeira, ceifa, rega, produção de cereais, de vinho, de azeite, etc.)
- Problematização e formulação de hipóteses: os instrumentos, a produção agrícola e a organização social do trabalho (delimitação temporal):
 - Localização no tempo (instrumento ainda utilizado , em desuso, típico de uma determinada época)
 - Formas de utilização dos instrumentos
 - Tipo de propriedade a que mais se associam (latifúndio, minifúndio, exploração doméstica)
 - Técnicas agrícolas em que se enquadram (trabalho manual, utilização de animais, mecanização agrícola)
 - Lugar do instrumento na sequência das atividades produtivas (início de uma produção, fim, ou em qualquer momento)
 - O instrumento e a divisão sexual do trabalho (utilização predominantemente masculina ou feminina)
 - Importância local das produções relacionadas com os instrumentos em estudo
 - Relações de trabalho mais comuns em cada actividade/produção. (trab. Assalariado, cooperativo, exploração familiar, associação.
 - Atividades produtivas e formas de subsistência da comunidade (trabalho exclusivo, parcial, associação com outras actividades) Destino(s) dos produtos e formas de circulação e comercialização

Costumes e tradições relacionados com as actividades produtivas (formas típicas de organização do trabalho, formas de sociabilidade rural, festas, cantigas, trajos, etc.)

Pesquisa: trabalho de campo, investigação bibliográfica e documental, inquérito, história oral.

Síntese: a) Instrumentos de trabalho e caracterização da agricultura local em determinada época; b) Agricultura local e economia nacional – que relações?

UNIDADES PRODUTIVAS, INSTRUMENTOS DE TRABALHO E ATIVIDADES INDUSTRIAIS

- Pesquisa e inventariação de unidades produtivas e instrumentos de trabalho
 - Designação
 - Localização (distrito, concelho, lugar, freguesia, rua, bairro)
 - Caracterização (tipo de construção, tamanho, estado de conservação, desativado ou em funcionamento)
 - Função (tipo de produção, ramo fabril)
 - Representação (fotografia, vídeo)
- Problematização e formulação de hipóteses
 - Tipo de actividade/ produção: processos de trabalho (técnicas, mão-de-obra);
 - Localização no tempo: produtos e seu destino (mercados);
 - Matérias-primas utilizadas: importância local da actividade produtiva (volumes de produção, de emprego, impacto social);
 - Equipamentos (máquinas, ferramentas): relação da actividade produtiva local com a economia nacional;
 - Energia(s) utilizada(s): impacto ecológico/ambiental da indústria.
- Pesquisa: trabalho de campo, investigação bibliográfica e documental, inquérito, história oral.
- Síntese:
 - a) produção industrial local em determinada época;

POLÍTICAS PÚBLICAS

Alessandro Batistella¹

Apesar de não existir uma única definição sobre o que seja *política pública*, todas as vezes que nos referirmos a esse conceito certamente não deixaremos de abordar o papel do Estado ou, mais especificamente, sobre as ações e/ou decisões governamentais.

Nesse sentido, Celina Souza (2006, p. 24) elencou alguns conceitos de políticas públicas:

- L. M. Mead define política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
- L. E. Lynn a define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
- Para B. G. Peters, política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
- Thomas Dye, por sua vez, sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Ademais, políticas públicas referem-se às ações orientadas pelo poder público, geralmente formuladas em documentos (leis, programas, etc.) e que envolvem aplicações de recursos públicos.

Enfim, após essas primeiras observações no que tange aos conceitos de políticas públicas, pretendemos focalizar o nosso texto para a seguinte indagação: *afinal, no âmbito das políticas públicas, o que tem sido feito para proteger e preservar o patrimônio histórico na cidade de Passo Fundo?*

O Programa *Momento Patrimônio*² procurou discutir essa questão, de fundamental importância à sociedade passo-fundense. Nesse sentido, procuraremos, ao longo do

¹ Graduado e Mestre em História pela UPF. Doutorando em História pela UFRGS. Professor de História do Centro de Ensino Médio Integrado da UPF. Email: batistella@upf.br

² Para ver os programas e chamadas acesse o blog do Curso de História da UPF pelo seguinte endereço <http://www.historiaupf.blogspot.com>

presente texto, salientar alguns pontos que foram debatidos ao longo dos episódios “Políticas Públicas” (partes 1 e 2).

Inicialmente, convém destacarmos os principais procedimentos legais existentes de preservação¹ ao patrimônio histórico-cultural. Um dos principais procedimentos é o *tombamento* (citado várias vezes ao longo dos episódios).

A palavra *tombar* é uma herança do direito português, cujo sinônimo é demarcar. Em outras palavras, o termo *tombo* foi designado como o registro e a catalogação de bens materiais e culturais, reconhecendo-os como integrantes do patrimônio histórico-cultural nacional, estadual ou municipal. Portanto, o processo de tombamento é um instituto jurídico que identifica os bens materiais e/ou culturais que serão obrigatoriamente protegidos (MACHADO, 2004, p. 20).

Segundo Maria Beatriz Pinheiro Machado, há três formas específicas de tombamento:

- **Tombamento de ofício:** é o tombamento realizado em bens pertencentes à União, aos estados ou aos municípios;
- **Tombamento voluntário:** é aplicado a propriedades particulares e solicitado e/ou aceito pelo proprietário;
- **Tombamento compulsório:** também é aplicado a propriedades particulares, mas sua efetivação contraria os interesses do proprietário.

Ademais, é importante destacarmos que: “o processo de tombamento de um bem material ou cultural pode ser solicitado por qualquer cidadão, observando-se as exigências constantes na legislação. Porém, a sua efetivação é um ato administrativo, que poderá ser realizado somente pela União, pelos estados ou pelos municípios” (MACHADO, 2004, p. 20).

Outros procedimentos importantes, talvez menos conhecidos, de salvaguarda ao patrimônio histórico-cultural são (MACHADO, 2004, p. 21):

- **Inventário:** consiste no levantamento de dados (seleção, identificação e caracterização) relativos aos patrimônios existentes que devem ser objetos de preservação.
- **Restauração:** é um procedimento técnico extremamente especializado que visa a renovar algum patrimônio que esteja desgastado ou em estado de degradação. Porém,

³ Preservar é toda ação empreendida no sentido de proteger e, portanto, impedir a degradação do bem, ou seja, pressupõe manter a *substância* do bem material ou cultural (MACHADO, 2004, p. 19).

para realizar a restauração é necessário possuir elementos que testemunhem o estado original do patrimônio.

· **Reconstrução:** reconstruir consiste em colocar elementos que completem aquilo que já foi deteriorado, respeitando as características originais. Esse procedimento é utilizado quando a sobrevivência do patrimônio estiver em risco.

Embora as primeiras leis de proteção ao patrimônio histórico no Brasil datem de 1937, em Passo Fundo os primeiros tombamentos – com apenas uma exceção – só ocorreram efetivamente a partir da década de 1990. Isso evidencia que, durante décadas, o patrimônio histórico-cultural da cidade esteve completamente abandonado, vitimado pelo desinteresse e descaso das autoridades municipais.

Portanto, somente a partir da década de 1990 – muito timidamente, diga-se de passagem – o poder público municipal começou a adotar medidas legais de salvaguarda de algumas edificações de significativo valor histórico-cultural para a cidade. Vejamos abaixo alguns dos bens tombados:

Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis – lei nº 7481, de 1957. (Tombamento definitivo)



Considerado o “patriarca” da cidade, o tombamento do seu jazigo ocorreu durante as comemorações do centenário da emancipação do município.

Foto: Rafael Czamanski

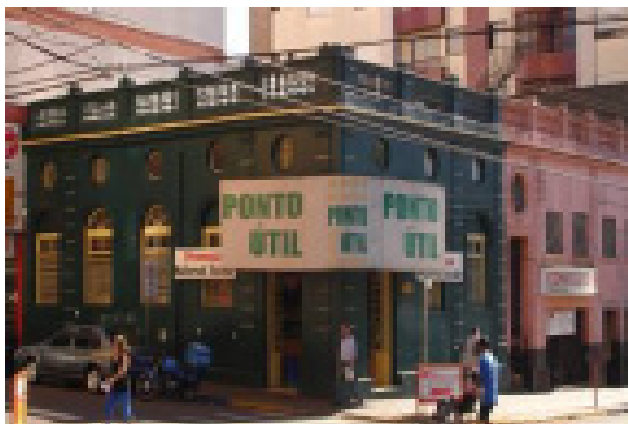
Escola Municipal Padre Vieira – lei nº 2535, de 1989. (Público – Tombamento definitivo).



Escola conhecida como “brizoleta”, construída durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963).

Fonte: <http://www.mp.rs.gov.br>

Banco Popular ou Casa Gabriel Bastos – decreto nº 3911, de 2002 (Privado – Tombamento provisório)



Apesar do tombamento provisório, o Banco Popular foi derrubado para a construção de um edifício residencial e comercial na primeira década do século XXI.

Foto: Ana Paula Wickert

Aliás, o caso da Casa Gabriel Bastos (antigo Banco Popular) é bem emblemático: foi derrubada sorrateiramente, “na calada da noite” de um domingo, vitimada pela especulação imobiliária.

Sobretudo a partir da década de 2000, os cursos de Arquitetura e História da Universidade de Passo Fundo intensificaram os debates acerca da importância da preservação do patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo. No entanto, ainda faltavam dois pontos fundamentais: a) debater essa questão com as autoridades municipais, a fim de se concretizarem políticas públicas efetivas para se preservar os patrimônios histórico-culturais da cidade; b) conscientizar a população passo-fundense sobre a importância da preservação desses bens materiais e imateriais.

Com relação às políticas públicas, estas tiveram alguns avanços, sobretudo a partir do Plano Diretor do Município de 2006, que contemplou as sugestões de tombamentos contidas no *Inventário dos bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo*, realizado pelo curso de Arquitetura da UPF por meio de um convênio com a Prefeitura Municipal (WICKERT, 2006).

Baseado nesse inventário, a Prefeitura Municipal tombou, de maneira provisória, alguns bens, como por exemplo:

Escola Protásio Alves – decreto nº 228, de 2006. (Público – Tombamento provisório)



Histórico e Descrição:

O conjunto arquitetônico da escola Protásio Alves juntamente com o espaço da Praça Ernesto Tochetto (antiga Praça da República) materializam a valorização ao ensino e à educação que permeavam o governo Borges de Medeiros.

Endereço: Avenida Brasil.

Foto e Fonte: Inventário provisório dos Bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo.

Antigo Quartel do Exército – decreto nº 229, de 2006. (Público – Tombamento provisório)



Histórico e Descrição:

A construção do quartel do Exército teve início em 1922. O conjunto histórico é composto por três edificações de dois pavimentos e o muro de divisa com a rua Teixeira Soares. Além das edificações o conjunto é valorizado pela guarita e pórtico de acesso principal e linha de palmeiras. Os edifícios possuem uma austeridade arquitetônica que caracteriza edificações militares, e é importante ponto de referência da cidade de Passo Fundo. Além disso,

constitui testemunho de um período histórico de apogeu e desenvolvimento da cidade.

Endereço: Rua Teixeira Soares s/n

Foto e Fonte: Inventário provisório dos Bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo

Casa Morsch – decreto nº 230, de 2006. (Privado – Tombamento provisório)



Histórico e Descrição: Residência de época com valor histórico, por ter sido uma das primeiras residências em alvenaria da cidade de Passo Fundo. Representa a tipologia arquitetônica da cidade de finais do século XIX. O proprietário Guilherme Morsch foi um imigrante alemão que chegou ao Brasil em 1864, no porto de Rio Grande, e se casou em Passo Fundo. A residência foi construída em 1872.

Endereço: Avenida Brasil Oeste, nº 182, esquina com a Rua 10 de Abril.

Foto e Fonte: Inventário provisório dos Bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo.

Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – decreto nº 231, de 2006. (Privado – Tombamento provisório)



Histórico e Descrição:

Construída em 1873, é a mais antiga paróquia da cidade. A edificação marca o local onde surgiu a aglomeração urbana de Passo Fundo e é referência fundamental para a compreensão da dinâmica da cidade.

Endereço: Rua Uruguai, centro (em frente à Praça Tamandaré).

Foto e Fonte: Inventário provisório dos Bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo.

Moinho – decreto nº 233, de 2006. (Privado – Tombamento definitivo)



Histórico e Descrição: Construído nas primeiras décadas do século XX, durante a fase da expansão da cultura do trigo em Passo Fundo. Ademais, o moinho compõe o conjunto de edificações ferroviárias de Passo Fundo, junto com o silo, cooperativas, casas dos ferroviários, estação férrea e a caixa d'água.

Endereço: Av. Sete de Setembro.

Foto e Fonte: Inventário provisório dos Bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo.

Não obstante esse avanço no âmbito das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio histórico-cultural passo-fundense, sem dúvida ainda há muitos pontos a serem avançados nesse sentido.

Em primeiro lugar, ainda há algumas importantes edificações na cidade que não foram tombadas pelo poder público, como, por exemplo, o Cassino da Maroca⁴.



Cassino da Maroca

Foto: Ana Paula Wickert

Em segundo lugar, os bens tombados, cuja responsabilidade está sob a égide do poder público, não raras vezes vêm sofrendo com a falta de investimentos, inclusive muitos se encontram em estado de abandono e deterioração. Apenas para citar dois exemplos: o Museu Histórico Regional e a Biblioteca Pública Municipal.

Em terceiro lugar, as políticas públicas precisam avançar no que tange aos incentivos aos proprietários de bens tombados. Como evidenciou o episódio 2 do *Programa Momento Patrimônio*, esses incentivos são fundamentais para que os proprietários não se sintam como “herdeiros de um elefante branco” e “pensem em colocar a edificação no chão” tão logo são notificados do interesse do poder público em tomar a sua propriedade.

Dessa forma, é necessário que o município, além dos incentivos fiscais – como a isenção do IPTU, o que já é feito na cidade –, procure estabelecer diálogos com os proprietários com o objetivo de fomentar outros incentivos e melhor direcionar as suas ações nesse sentido.

⁴ Veja reportagem sobre o Cassino da Maroca no episódio *O que é Patrimônio* do *Programa Momento Patrimônio* acessando <http://www.historiaupf.blogspot.com>

Em quarto lugar, também seria vital maiores investimento em ações educativas que visassem a conscientização da população sobre a importância da preservação dos patrimônios histórico-culturais da cidade. Afinal, “a ação mais eficaz para garantir a preservação do patrimônio histórico-cultural passa, necessariamente, pelo conhecimento e pela difusão da sua existência” (MACHADO, 2004, p. 18).

Nesse sentido, não basta apenas existir leis de proteção ao patrimônio histórico-cultural, pois, como salientou Françoise Choay (2006, p. 149), “a preservação do patrimônio histórico-cultural é, antes de tudo, uma questão de mentalidade”, portanto de educação patrimonial.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

a) Debater o conceito de “políticas públicas”: as atividades podem começar com algumas perguntas para debate: quem é responsável pela cidade? O que o prefeito, o governador, o deputado estadual e o federal fazem pelo patrimônio? Quem dá nome e cuida das praças da cidade? Na cidade tem escola e postos de saúde para todos? O que podemos fazer para exigir dos governantes ações de melhorias para todos? Após o feedback, elaborar coletivamente uma definição para políticas públicas.

b) Refletir sobre o que tem sido feito e o que poderia ser feito pelo poder público municipal no que tange à preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade. Para o desenvolvimento desta atividade, seria pertinente acessar o site da Câmara de Vereadores e realizar uma pesquisa dos decretos leis de tombamento patrimonial em Passo Fundo, realizar entrevista com um vereador, selecionar alguns dos locais tombados e não tombados, proceder ao registro fotográfico e fazer apontamentos sobre as características, e outros aspectos (ver proposta técnica no capítulo Metodologia, patrimônio e ensino) e, por fim, após as discussões e reflexões, registrar as considerações e fotografias em: painel na escola, elaboração de livro ilustrado contando a história local a partir do patrimônio visitado e fotografado, um artigo para jornal da escola ou da cidade, etc.

c) Discutir sobre quais incentivos poderiam ser dados aos proprietários de edificações tombadas – essa atividade poderia ser feita após a realização das duas atividades anteriores por meio de um seminário na escola, com elaboração de um documento final a ser encaminhado ao poder público municipal ou a participação em uma seção na Câmara de Vereadores;

- Incentivar os alunos e os professores da escola para realizarem um inventário dos bens patrimoniais da escola, instaurando uma campanha de valorização e preservação do patrimônio da comunidade escolar (escola

PATRIMÔNIO MATERIAL

Adelar Heinsfeld¹

Álison Cardozo Farias²

*“Os objetos sobrevivem ao morto:
os sapatos, o relógio, os óculos
sobrevivem ao corpo
e solitários restam sem conforto [...]
Não deveriam deixar pelo mundo espalhados
os objetos órfãos do morto,
pois eles são, na verdade, fragmentos
de um corpo.”*
(Affonso Romano de Sant’Anna)

A história de um povo construída ao longo do tempo exprime a herança patrimonial como uma forma de se manter o passado vivo. A ideia de patrimônio material geralmente está associada à noção de propriedade. Isso pode ser percebido pelo significado de patrimônio em algumas línguas. As chamadas línguas românicas usam termos derivados do latim – *patrimonium* - para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. O inglês adotou *heritage*, na origem o termo que significava “aquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas no uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a significar os monumentos herdados das gerações anteriores.

O incomensurável valor simbólico e as significações representadas pelo patrimônio revelam não apenas a identidade de uma sociedade, mas também insistem na necessidade de reforçar e rememorar os laços com o passado.

¹ Doutor em História pela PUCRS, Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo. Email: adelar@upf.br.

² Acadêmico do V Nível do Curso de História – Licenciatura Plena da Universidade de Passo Fundo – UPF. Bolsista de Iniciação Científica e Bolsista Extensionista; Estagiário do Projeto Momento Patrimônio, sob a orientação da Profa. Dra. Ironita P. Machado e Prof. Me. Eduardo Roberto Jordão Knack. Email: 113037@upf.br

Esse elo se faz visível nos resultados da ação humana na construção de sua história onde alguns exemplos são eleitos para serem lembrados (MILDER, 2005, p. 64), bens estes que, dado a sua tangibilidade, determinou-se chamar de patrimônio material, como por exemplo, os monumentos, igrejas, palácios etc.

Objetos elencados com um passado comum, que possuem “vidas latentes”, os bens representativos de uma cultura, ou sociedade que despertam no imaginário coletivo um imenso valor simbólico, o patrimônio físico construído e palpável, visível a olho nu, onde a materialidade do tempo se preserva e as experiências vividas pela sociedade fornecem elementos de identidade criados nos símbolos, preservando a memória através dos monumentos erguidos em praças, talhada no concreto da arquitetura, nas obras de arte, ou mesmo, no mais simples objeto que, fazendo-se presente representa simbolicamente a ausência de algo, atestando o caráter de verdade, duração e continuidade do passado.

A definição de patrimônio é historicamente e socialmente construída, como bem lembra Pedro Funari. De fato, “as discussões sobre o patrimônio não podem ser dissociadas de sua historicidade, dos contextos históricos em que se tratou das questões teóricas como práticas referentes aos usos do passado, à sua construção social.” (FUNARI, 2005, p. 33)

Conforme definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN), responsável por tutelar e fiscalizar a proteção do patrimônio histórico-cultural no Brasil, o patrimônio material:

É composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN).

Em seu trabalho de educação patrimonial que visa orientar professores do ensino fundamental e médio, Maria Beatriz Pinheiro Machado define patrimônio material de uma forma mais ampla e sintética, como: “as maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas etc.” (MACHADO, 2004, p. 16). Múltiplas abordagens que revelam a mesma essência: “a perpetuação do passado através da memória exteriorizada pelos objetos”.

A memória materializada serve como testemunho do passado e sua dimensão coletiva revela a necessidade de se construir através da história a sensação de pertencimento, como João Carlos Tedesco (2004) destaca, necessidade essa “de construir uma biografia, uma história da própria vida que esteja com possibilidade de fornecer ainda que limitadamente, um senso de continuidade do tempo num contexto de fragmentação”, pois na medida em que o passado vai ficando cada vez mais distante observamos a aceleração da história, movida pela “superabundância” de eventos combinada ao aumento significativo de indivíduos de diferentes gerações situados no espaço e no tempo convivendo juntos, o que faz com que as memórias tornem-se passíveis de esquecimento frente à rapidez e simultaneidade dos acontecimentos que avançam no sentido de rompimento com o passado.

Daí a motivação para deixar vestígios, de deixar lugares de memória, de congelar o tempo em algo e recuperar as identidades ameaçadas, as memórias enfraquecidas, tempos lineares e imagens de perda (TEDESCO, 2004, p. 80). Tedesco ainda revela os objetos de memória como sendo:

objetivações das recordações, de um passado que não se quer esquecer, que deve conviver com a lógica de uma sociedade de consumo a qual se funda sobre a rápida deterioração dos valores comunicativos dos bens e sobre sua rápida substituição. (TEDESCO, 2004, p. 80).

Mas é preciso compreender o significado da memória materializada como algo que vai além da inércia do concreto. É tudo o que esta passará a representar, como a identidade de um grupo, identidade esta que, segundo Ângelo Inácio Pohl: “transita pelo passado e pelo presente, que nos possibilita reconhecer-nos como coletivamente iguais, e que [...] inversamente, funciona como elemento que nos diferencia dos demais grupos sociais”. (POHL, 2005, p. 67). Assim os objetos, as estruturas arquitetônicas ou urbanísticas transformados em patrimônio cultural, passam a possuir a função de representação, responsável por perpetuar a memória e a identidade de um povo. No entanto, nesta perpetuação da memória perpassa uma questão de classe social. Assim, o patrimônio cultural como um todo deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria. Tomando por base o Brasil, é possível afirmar que houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários” (FERNANDES, 1993, p. 275).

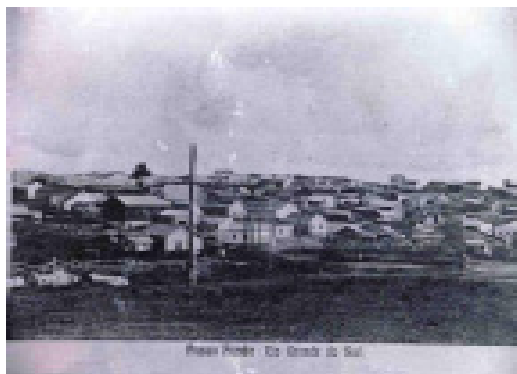
PASSO FUNDO, SEUS LUGARES E SUAS MEMÓRIAS

Antes mesmo de Passo Fundo conseguir emancipar-se como município, quando ainda fazia parte do 4º Distrito de Cruz Alta, através de sua geografia privilegiada, já se podia constatar um ligeiro crescimento econômico, devido às constantes travessias dos tropeiros pela região.

O progresso do povoado em torno das primeiras fazendas que ali haviam se instalado no início do séc. XIX resultou em sua emancipação em 1857, elevando a localidade à condição de “Vila de Passo Fundo”, tendo por consequência um considerável aumento populacional neste período. Fato que fica evidenciado um ano mais tarde, mais precisamente em agosto de 1858, ocasião em que a Câmara Municipal passa a conceder licença para edificações em terrenos devolutos da vila, impulsionando assim, o aumento de moradias onde hoje é a Avenida Brasil, dando início ao processo de urbanização do município, com “o arruamento e as casas, ‘de pedra’ ou simples ranchos, com cercas que confinavam uma espécie de pátio comum aos habitantes de cada quadra”, de acordo com Fernando Miranda e Ironita Machado (2005, p.25). Os mesmos autores registram que em Passo Fundo,

Existiam, na época, trinta e seis construções “de pedra”, a maioria delas situadas na ala norte da hoje Av. Brasil, e vinte “ranchos”, sendo a metade deles agrupados e situados em ângulo com a avenida, seguindo a direção do arroio do Chafariz e da Estrada das Tropas. Com cinquenta e seis “fogões”, a população do pequeno núcleo de veria ser de aproximadamente 370 habitantes, tomando-se por base a mesma proporção da população de 1843, de 9 casas e 60 “almas”.(MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 25).

Figura 8 - A “Vila de Passo Fundo” na década de 1850 já apresentava um considerável desenvolvimento urbano



Fonte: <http://www.projetopassofundo.com.br>

A partir da interpretação da “Planta da Freguesia do Passo Fundo”³ feita por Fernando Miranda e Ironita Machado, podemos observar o pleno aumento populacional e desenvolvimento urbano que ocorriam na metade do séc. XIX, dando o caráter de progresso no que já se podia vislumbrar como o início de um “projeto de cidade”, cujos olhos jamais seriam desviados do futuro.

No decorrer dos anos a busca pela afirmação de uma identidade coletiva, dita, segundo Eduardo Knack, como “progressista”, centrou-se na legitimação de Passo Fundo como a “Capital do Planalto Médio”, com isso a industrialização deveria acompanhar a estrada de ferro e a modernização dos espaços da cidade tornava-se a condição para o progresso (KNACK, 2010, p. 202). Essa mentalidade progressista promoveu um verdadeiro descaso com o passado, e muito da história de Passo Fundo ficou em ruínas com a derrubada de prédios históricos da cidade. Junto com a mentalidade progressiva, a especulação imobiliária sempre acaba provocando uma devastação no patrimônio material mais visível de uma cidade. Mariza Veloso, ao elaborar estudo sobre o tema, afirma que “perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o patrimônio material em expressão de uma história rasa” ou ainda de “privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual.” (VELOSO, 2006, p. 439).

A arquitetura veio adquirindo novos contornos já a partir da década de 1970, onde os grandes edifícios se tornaram a representação do crescimento econômico da “Capital do Planalto Médio”, segundo Gosch: “vidro e alumínio proporcionaram uma nova imagem para Passo Fundo” (GOSCH apud KNACK, 2010, p. 208). A presença dos grandes edifícios é analisada por Fernando Miranda e Ironita Machado:

A verticalização da cidade é um fenômeno urbano moderno. No entanto, alguns fragmentos do passado podem ainda ser apreciados na arquitetura e nos monumentos históricos que foram preservados como aqueles que resistem à passagem do tempo (MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 16).

Este passado fragmentado, que ainda pode ser apreciado e que conseguiu sobreviver à verticalização e à valorização imobiliária, são as edificações localizadas na área central da cidade que foram tombadas pelo patrimônio histórico municipal e que representam a identidade de grupos que se empenharam para tornar Passo Fundo um

³ Desenhada por Antonio Trola no ano de 1853, tida como uma das representações mais antigas da forma urbana de Passo Fundo. A planta pode ser visualizada no capítulo *Na Trilha do Patrimônio* desta coletânea.

MOMENTO PATRIMÔNIO

centro regional, mas que devido ao fato de estarem separados uns dos outros e, em muitos casos, isolados, dificultam na compreensão do que esses bens representam no seu conjunto (KNACK, 2011, p. 14).

Jazigo de Maria Elisabeth de Oliveira – decreto nº 183, de 2007. (Privado – Tombamento provisório)



Todos os anos, milhares de pessoas visitam o jazigo de Maria Elisabeth de Oliveira, considerada uma “santa popular” na cidade.

Fonte: <http://clicrbs.com.br>

Pórtico Nossa Senhora Aparecida – decreto nº 47, de 2008. (Privado – Tombamento Provisório)



Esse local é o ponto de chegada de uma das maiores romarias da cidade – a romaria de Nossa Senhora Aparecida, que ocorre anualmente em todo mês de outubro.

Fonte: <http://projetopassofundo.com.br>

O que é digno de ser preservado e o que é relegado ao esquecimento parte da dinâmica de grupos sociais, que atuam sob a gestão de instituições oficiais. Estes são os fatores que conferem os valores e a importância que julgam ser devida a um bem. Mas a memória patrimonial de uma cidade não se constitui apenas nos bens que são tombados, mas também nos espaços que são importantes por terem um significado para a sociedade, com os quais as pessoas se identificam em uma relação de afetividade, que marca suas práticas sociais, ou ainda como Zita Possamai reforça:

o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar. Como a identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu (POSSAMAI, 2000, p. 17).

Em Passo Fundo, há diversas edificações que não fazem parte da relação de bens patrimoniais tombados pelo município. São construções com arquitetura característica de época, monumentos, lugares de memória que se encontram espalhados por diferentes pontos da cidade, em lugares que se não lhes conferem a valorização devida, ao menos servem de refúgio na fuga da modernização e verticalização do espaço urbano. São patrimônios “esquecidos”, muitos em ruína, mas que possuem grande importância na reconstituição do identitário social de grupos que vivem à margem das narrativas de “glórias do passado” que legitimam a história do município, constituindo, também, importantes fontes de pesquisa para os historiadores.



Antigo Muro da Estação Férrea

Foto: Ana Paula Wickert

Preservar estes patrimônios, sejam estes tombados ou não, significa preservar não apenas a memória edificada, mas as identidades dos diferentes atores sociais atuantes no espaço temporal. Significa garantir a continuidade e a legitimidade, o enraizamento e o sentimento de pertencimento à história da cidade.

Para tanto é necessário que os sujeitos tenham contato com os bens para manter vivo seu significado, valorizando sua existência a fim de transmitir às gerações posteriores as novas experiências construídas no presente, dando continuidade ao processo de construção, desconstrução e reconstrução identitária da sociedade.

Apenas uma educação patrimonial, baseada no questionamento e percepção da dinâmica do espaço no qual se está inserido - indo além do simples culto ao objeto e à memória histórica -, aliada a políticas públicas que visam ações de melhoria e manutenção do Patrimônio Histórico Cultural permitirão que o patrimônio continue sempre sendo o mediador da memória.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

1. O Museu ou Gare antiga Estação Férrea ou Túmulo da Maria Elizabete ou Seminário Nossa Senhora Aparecida ou qualquer outro patrimônio material histórico-cultural como local e fonte de pesquisa.

A visita pode ser apenas ao prédio e/ou às exposições, sugere-se: Fotos Passo Fundo ontem e hoje, a reserva arqueológica, etc.

1 - Planejamento da visita (deve ser adaptada de acordo com o local de visita)

Nesse espaço, o Museu Histórico Regional oferece aos professores algumas sugestões de atividades pedagógicas que envolvem a visita ao museu, que podem ser adaptadas à realidade das turmas, da série e da faixa etária dos seus alunos, bem como, aos objetivos de seus planos de trabalho.

A preparação da visita inicia-se pelo contato prévio do professor (escola) com o responsável pelo museu (agendamento com setor administrativo na secretaria do MHR ou pelo fone [54] 3316 8587), a quem exporá seus objetivos, para que, em face dos mesmos, se possa combinar o dia e a hora da atividade, bem como os locais de visita, o acervo, as exposições e atividades a observar e desenvolver. A seleção das atividades e exposições implica o conhecimento prévio, por parte do professor, do conteúdo histórico, antropológico ou artístico-cultural enfocado.

Toda esta preparação prévia é muito importante, porque só conhecendo bem o tema histórico, focado na exposição ou na atividade, assim como o prédio do museu, o professor poderá dar informações aos seus alunos sobre a exposição, o tema, o acervo, etc., como se organizam, qual o conteúdo das diferentes peças de acervos, das exposições, entre outros. Neste caso concreto, a preparação é tanto mais necessária quanto é a visita e as atividades desenvolvidas na escola ao retornar.

O conhecimento do conteúdo da exposição é ainda imprescindível para o planejamento e execução da visita, porque esta deve incluir algum trabalho prático no próprio local. Assim, por exemplo, o professor selecionará alguns objetos de acervo e recortes temáticos – um para todos os grupos de mais ou menos cinco alunos – que serão analisados pelos alunos para que possam questionar o monitor durante a visita.

2 – Execução da visita

Durante a execução da visita, os alunos deverão ser acompanhados pelo professor e por um responsável pela monitoria da exposição. Ao chegar ao museu, os alunos tomarão contato com os diferentes espaços físicos: recepção, salas de exposições; pátio; sala de audiovisual, etc.; mas, principalmente, com a sala da exposição escolhida para a visita. Em seguida, após as orientações do responsável pela monitoria, e antes que a exposição seja monitorada, o professor entregará ao coordenador – porta-voz – de cada grupo a indicação do objeto de acervo e os recortes temáticos a que devem procurar dar maior atenção – observação – e questionamento. Esta fase deverá ser precedida pela explicação – feita pelo monitor/estagiário do museu – que se fizer necessária. Mais uma vez chama-se atenção para a necessidade de os objetos de acervo, as temáticas, entre outros elementos, serem previamente conhecidos pelo professor e, sem dúvida alguma, pelo monitor.

SUGESTÃO: a observação do acervo, a “leitura” da exposição, a fala do monitor, os questionamentos dos alunos, entre outros aspectos, podem ser contemplados pelo preenchimento de uma ficha, onde poderá conter:

Nome dos alunos ou dos componentes do grupo:

Local:

Título da exposição:

Temática (histórica) contemplada:

Assuntos referenciados pela temática:

Questões:

Respostas:

Sugestão de novos temas e/ou questões suscitadas durante a visita:
Resumo (entendido como síntese/interpretação do aluno ou equipe):

Ou, consulte as fichas proposta no capítulo Metodologia, Patrimônio e Ensino, como: Metodologia geral de investigação didática do patrimônio construído; ficha de observação e caracterização de edifícios históricos; ou, Estatuária, a toponímia e a descoberta das figuras locais.

3 – Retorno à escola

A terceira etapa da atividade consiste no estudo da ficha de anotações. Essa, a terceira etapa poderá consistir em:

Tratamento de resultados:

1. Avaliação e debate dos registros;
2. Equacionamento das questões e problemas relativos à exposição, ao tema histórico, ao acervo; caracterização dos edifícios, da preservação ou das políticas públicas ou sugestões de novos temas e/ou questões suscitadas durante a visita;
3. Formulação de síntese e novos problemas à articulação de redes de relação com o contexto histórico pessoal, escolar, comunitário, local, regional, nacional (sociedade, economia, política, instituições, cultura, etc.) e internacional;
4. Síntese: caracterização de um contexto histórico local e sua integração na história nacional e internacional, isso, sem dúvida, sem perder a articulação com os conteúdos previstos no planejamento do componente curricular de história e/ou estudos sociais, e, também, de outras áreas de conhecimento.
5. Adote um Patrimônio Material – professores e alunos escolhem um patrimônio material para adotar, com isso passam a elaborar sua história, reivindicar seu tombamento ou preservação, campanha de valorização e conservação, etc.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Camila Guidolin¹

Gizele Zanutto²

“Não basta agir, pensar e criar para produzir patrimônio. É também necessário transmiti-lo”.

Jean-Michel Leniaud

O denominado patrimônio imaterial vem sendo objeto de intensa discussão de entidades internacionais desde, pelo menos, os anos 1970. A partir de então tivemos importantes encontros em Estocolmo (1972), Amsterdã (1975), Machu Picchu (1977), Tlaxcala (1985) e, como sistematizador da compreensão sobre o tema, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada em Paris (2003) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O documento resultante desse encontro denomina como patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados) que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No Brasil está a cargo do atual IPHAN, uma autarquia do Ministério da Cultura (MinC), a normatização, aplicação e o inventário do que se referir ao tema do patrimônio histórico e artístico nacional. Originária do modelo francês de proteção ao patrimônio, a legislação brasileira inaugural, de 1937, consolidada a partir da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi o primeiro projeto dedicado

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisadora do projeto *Religiões e Religiosidades em Passo Fundo*. Email: cami.mia@hotmail.com

² Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), onde coordena o Projeto de Pesquisa *Religiões e Religiosidades: Possibilidades de pesquisa*. Líder do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e atual coordenadora do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS). Email: gizele@upf.br

à proteção e à conservação do patrimônio. Embora inédito, ainda conservava a marca do ideário nacionalista que pretendia salvaguardar edifícios, monumentos e obras de arte, que exaltassem - por escolha de determinados grupos de intelectuais e políticos -, a marca de um Estado forte. Por isso, o patrimônio construído a ‘pedra e cal’ identificava, nesse primeiro instante, a grande preocupação da entidade. Mais do que em qualquer outro contexto, a seleção daquilo que deveria ser preservado foi uma escolha de poder, onde o patrimônio imaterial, não correspondendo à função primordial desse projeto, não constava nos planos iniciais de registro ou preservação.

Ao representar setores e cultura dominantes da sociedade, a política brasileira para preservação do patrimônio histórico-nacional, característica do período conhecido como Estado Novo, revela algo primordial para compreendermos esses jogos de poder ainda hoje: a disputa pelo poder simbólico, onde as memórias e representações são mobilizadas para corroborar estruturas de legitimação e lembrança, destacando umas em detrimento de outras. Através de bustos, nomes de ruas e avenidas, monumentos e homenagens, esses grupos buscavam exercer a dominação sobre a memória coletiva, selecionando por critérios pessoais ou institucionais o que é digno de ser conservado e constituído como memória para a comunidade em geral.

Apesar disso, no Brasil a percepção da importância histórica, social e cultural das manifestações denominadas de patrimônio cultural imaterial tem uma trajetória longa, marcada pela atuação de Mário de Andrade que, desde os anos 1920, dedicou-se a registrar as manifestações culturais pelo Brasil afora. Sua atuação foi expressiva também na criação do então SPHAN. A preservação dos chamados bens intangíveis – transitórios, fugazes, não materializados em produtos duráveis - já estava na proposta inicial, elaborada por Andrade (BRASIL, 2006, p. 11ss). Embora não contemplada na legislação, o tema continuou em voga, mesmo que subordinado à questão patrimonial material. Desde os anos 1930, portanto, os órgãos de registro, proteção e salvaguarda do país têm seguido de perto as discussões sobre o tema do patrimônio imaterial e mesmo realizado ações pontuais para sua catalogação, divulgação e valorização – reforçamos, mesmo que sua contemplação legal tenha sido efetivada progressivamente somente em fins do século XX. Como decorrência dessa preocupação, foram implementadas políticas públicas específicas de registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial pelo Decreto 3.551 de 2000. Esse documento originou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) que viabilizou os projetos destinados à identificação, ao reconhecimento, à valorização, à salvaguarda e à promoção da dimensão intangível do patrimônio cultural brasileiro.

O PNPI atua a partir da consideração de que o patrimônio cultural imaterial a ser

reconhecido e valorizado deriva de saberes, ofícios, festas, rituais, expressões artísticas e lúdicas, lugares, crenças, músicas, culinária, danças, técnicas, etc., que se configuram como referências identitárias para os grupos que as praticam. Nesse sentido, a ampliação da noção de patrimônio cultural tem como consequência a diluição de dicotomias que tanto marcaram as compreensões anteriores (sobretudo a diferenciação do dito popular e erudito), a consideração de que produções antes denominadas folclore e cultura popular devem ser categorizadas também como patrimônio (bem comum de valor histórico, artístico, material, cultural, natural, etc.) e, sobretudo, a valorização cultural de grupos e nações não europeias – no Brasil com a consideração de que a história, a cultura e a memória de negros, indígenas, caboclos é parte significativa da formação sociocultural de todo cidadão (FONSECA, 2003, p. 69-70).

Com a nova proposta patrimonial então implementada, destacou-se a força dos vínculos simbólicos que os bens culturais legam à formação da identidade, hierarquias e memórias em cada grupo particular. Perceber-se como membro incide no entendimento de que elementos comuns de memória, história, práticas e representações – mesmo com suas singularidades derivadas da subjetividade – agregam e constituem tal cultura específica. Nesse sentido, a consideração da noção de cultura como uma teia de significados que o próprio homem teceu e tece (GEERTZ, 2008, p. 04) reforça ainda mais este constante fazer/refazer, criar/recriar salientando a dinamicidade dos processos culturais, ainda mais evidentes quando se trata de patrimônios culturais intangíveis. A imaterialidade manifesta-se de forma particular através das tradições e expressões orais - incluindo o idioma -, expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais e transmite-se quase que essencialmente por via oral, ou seja, depende da interlocução de agentes para se reproduzir, para se difundir.

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. Justamente por derivarem das interações dinâmicas de uma comunidade cultural ou grupo específico levam a marca da tradição (nunca estanque) e das expectativas, anseios e compreensões de vida e de mundo daquela comunidade, caracterizando-se como expressão de sua identidade cultural e social. Essas transmissões culturais dinâmicas e flexíveis encontram formas de expressão e manutenção mesmo diante das mudanças históricas e dos processos sociais que poderiam extingui-las. Tais pressupostos se articulam à premissa de que “cada cultura gera seu próprio sistema de valores, denominado de patrimônio cultural, através do qual

o povo reconhece-se a si mesmo em sua identidade cultural, em sua memória coletiva formada pela sua história e nos traços sociais manifestados na vida cotidiana” (LEITE; CAPONERO; PEREZ, 2010, p. 72).

Passo Fundo demonstra suas múltiplas identidades, reconhecendo os elementos do imaginário da comunidade e da comunidade imaginada. A cidade também é uma comunidade originada pela diversidade e pluralidade, pela continuidade e pela mudança sociocultural, pela tradição e pela história, por elementos materiais e mentais. Com tal consideração referendada pelo poder público, a partir de 1995, o município empreende uma política de tombamento e preservação do patrimônio de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural. As medidas já implementadas não abarcaram os patrimônios intangíveis até esse momento³, embora muitos dos bens já tombados se articulem com práticas patrimoniais imateriais expressivas da constituição cultural e histórica do município e região (como a Capela de São Miguel, que recebe anualmente fiéis de vários locais que participam da Romaria em honra ao Arcanjo). Essa situação nos leva a refletir se a noção de patrimônio e as definições para a seleção do que deva ou não ser preservado em cada localidade não é, ainda, um resquício daquele primeiro modelo preservacionista que privilegia interesses políticos e econômicos como critérios decisivos para o rol de bens a preservar. O que tal legislação “deixa a descoberto” com a priorização pelos bens materiais é a importância histórica de todos os grupos sociais que constituíram essa cidade, a pluralidade de crenças, expectativas e manifestações que os indivíduos desempenham particular ou coletivamente. Principalmente, esta ausência legal de proteção e valorização dos bens imateriais priva a sociedade de desenvolver um olhar mais consciente e tolerante diante das diversidades culturais que constituem as sociedades contemporâneas. De todo modo, a valorização legal de uma perspectiva que contempla bens patrimoniais é louvável e tende a estender-se para outros bens representativos da diversidade da formação sócio-histórica do município – sejam eles materiais, imateriais ou naturais.

O cotidiano de Passo Fundo experiencia manifestações que exprimem a diversi-

³ Constam na lista de tombamentos do patrimônio histórico e cultural de Passo Fundo (muitos ainda sem tombamento definitivo): Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis, Moinho, Ruína, Casa João Café, Silo, Casa Dipp, Estádio Wolmar Salton, Sede Social do Clube Caixeiral Campestre Tênis Clube, Conjunto Arquitetônico dos prédios da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Academia Passo Fundense de Letras, Capela São Miguel, Igreja Metodista, Prédio Texas, Prédio do Banco Itaú, Cia. Cervejaria Brahma, Banco Popular, Casa Della Méa, Caixa d’água, Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves, Quartel do Exército, Casa Morsch, Igreja Nossa Senhora da Conceição.

dade e pluralidade cultural, vetorizado por centros educacionais, pelo tradicionalismo, dança, folclore, literatura e artes, pela memória e também pela religiosidade materializada em práticas de devoção. Consolidando tais ações, a cidade sedia importantes eventos locais, regionais e nacionais que são vetores do patrimônio intangível que constitui a memória social e histórica dos passo-fundenses.

A história de Passo Fundo, nesse sentido, é rica em referenciais que auxiliaram na constituição do município, de sua organização social e econômica e de sua rica e compósita cultura. Um símbolo municipal que ainda é pouco relacionado ao seu passado constituinte e constituidor é a própria *Avenida Brasil*, já denominada *Caminho dos Paulistas* ou *Estrada das Tropas*, ou seja, caminho por onde os tropeiros encaminhavam o gado rumo ao centro do país – a passagem das tropas pelo centro de Passo Fundo só foi proibida por decreto em 1928 como uma das medidas para o processo de “aformoseamento urbano”⁴.



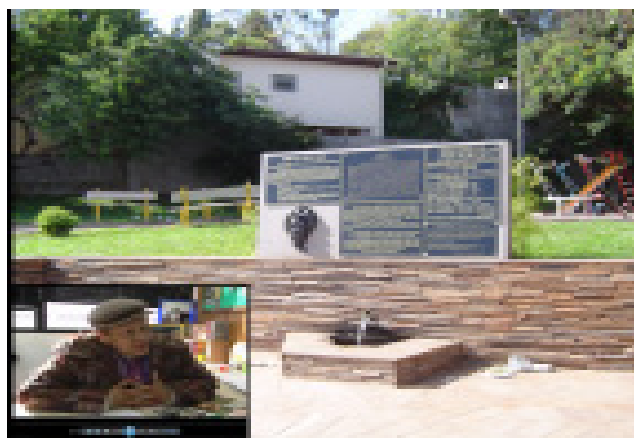
Fonte: LECH, Osvandré. CZAMANSKI, Deoclides. CZAMANSKI, Ronaldo. **Passo Fundo: memória e fotografia**. 2ª. Ed. Passo Fundo: Pe. Berthier Ed., 1999. p. 26.

⁴ A história da Avenida Brasil foi explorada em dois programas que podem ser visualizados pela internet. O primeiro é o próprio *Momento Patrimônio – Patrimônio Imaterial* que se inicia com a fala de Welci Nascimento sobre a importância do caminho das tropas. O segundo é o programa *Fragmentos – Avenida Brasil*, produzido pela UPFTV em parceria com o curso de História da UPF, Museu Histórico Regional e Arquivo Histórico Regional. Ambos estão disponíveis no Blog do Curso de História, pelo endereço <<http://historiaupf.blogspot.com>>

Em 1858 o “caminho” foi denominado oficialmente como *Rua do Comércio* e, a partir de 1913, recebeu a denominação atual (MIRANDA; MENDES, 2011, p. 68). Tais alterações de nomenclatura acabam por obscurecer a trajetória histórico-social e econômica da rota mais significativa que corta a cidade de leste a oeste. As decisões políticas que alteraram sua denominação também não deixam de ser significativas da constituição de outra “cara” para a cidade: mais moderna (*Rua do Comercio*) ou mesmo ufanista do pertencimento à jovem nação republicana instaurada há poucos anos numa clara perspectiva política (*Avenida Brasil*). Embora ainda tenhamos alguns marcos instaurados ao longo da Avenida que destacam ser este o caminho das tropas, a memória social e cultural sobre sua importância acaba sendo diluída aos poucos, de geração em geração.

Assim como as mudanças de nomenclaturas de ruas acabam ressignificando e mesmo modificando memórias e práticas, as lendas que envolvem a cidade podem ser materializadas e revalorizadas pela sua catalogação e divulgação como patrimônio imaterial. A lenda do Chafariz da Mãe Preta⁵ articula memória e história e ainda é contada como elemento constitutivo da história da escravidão, constituição histórica e política de Passo Fundo, além de abarcar questões do cotidiano social da localidade.

Figura 10 - O Chafariz da Mãe Preta e no detalhe Maria de Lourdes Isaías em cena do Programa Momento Patrimônio



Fonte: Acervo de Gizele Zanotto

⁵ A lenda do Chafariz da Mãe Preta foi narrada por Maria de Lourdes Isaías – então Coordenadora da Coordenação Municipal da Igualdade Racial de Passo Fundo - no *Programa Momento Patrimônio – Patrimônio Imaterial*. Os programas estão disponíveis no Blog do Curso de História, pelo endereço <http://historiaupf.blogspot.com>

O tema da escravidão articulado ao das crenças e objetos de devoção marcam as práticas religiosas de Passo Fundo e região por meio de algumas manifestações extremamente significativas. Sobretudo a Romaria em honra a São Miguel Arcanjo pode ser apontada como exemplo ímpar. Entre as histórias que relatam o início da devoção, há recorrência sobre a chegada da imagem a Passo Fundo pelas mãos de dois escravos que retornavam feridos da Guerra do Paraguai: Generoso e Isaías. Em seu trajeto teriam encontrado na região das Missões uma estátua do Arcanjo São Miguel. A mesma foi carregada até o Pinheiro Torto (atual distrito de Pulador), onde foi construída uma primeira ermida e iniciada a devoção e, mais tarde, a romaria (GUIDOLIN; WINTER; ZANOTTO. In: BATISTELLA, 2011, p. 194ss).

Figura 11- Cenas da 140ª. Romaria e Festa de São Miguel (2011)

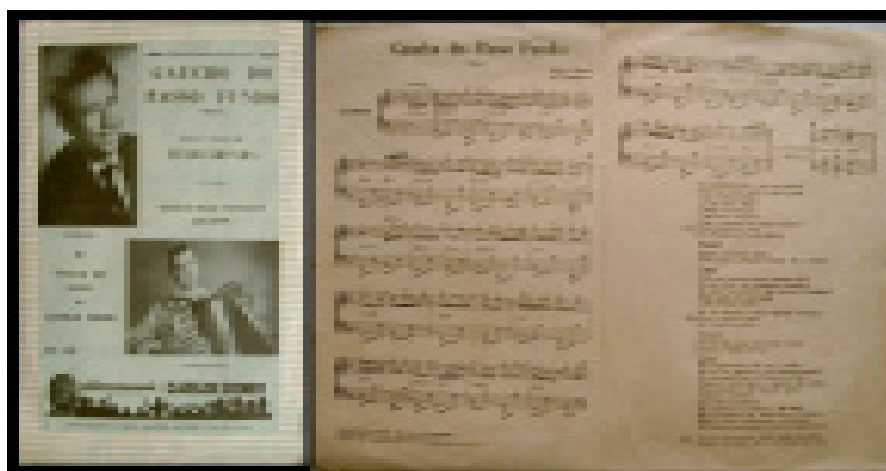


Fonte: Acervo de Gizele Zanotto

A romaria de São Miguel de 2011, além de marcar os 140 anos de sua realização, agregou novos elementos, sujeitos e práticas. Para além do convencional em uma procissão e festa (caminhada, rezas, cânticos, contrição, aproximação com a imagem, missa campal, almoço, etc.) teve como um dos destaques a representação teatral da chegada da imagem a Passo Fundo e um show do Grupo Alforria. Assim, pela musicalidade, se retomou a história da imagem e devoção a São Miguel Arcanjo em Passo Fundo.

Para finalizar – sem esgotar – a ilustração do patrimônio intangível nos remetemos ao ator, compositor e intérprete Vítor Mateus Teixeira - popularmente conhecido como Teixeirainha (1927-1985). Símbolo da música dita popular, Teixeirainha fez da cidade tema de inúmeras canções e filmes, agregando às melodias várias letras significativas para Passo Fundo e região (COUGO JUNIOR, 2010). Tal conhecimento difunde-se há décadas entre os intérpretes que ressignificam a obra original, estudos acadêmicos, homenagens à carreira e obra e, claro, entre seus inúmeros fãs.

Figura 12 - Partitura da música *Gaúcho do Passo Fundo* de Teixeirainha



Fonte: Acervo de Francisco A. Cougo Junior

A Jornada Nacional de Literatura e Jornadinha Nacional de Literatura; o Festival Internacional de Folclore; a Feira do Livro; o Chamamento do Pampa; o Passodança; o Carnaval de rua; a Mostra da Cultura Gaúcha e o Rodeio Internacional de Passo Fundo; bem como as Romarias de Nossa Senhora Aparecida e a Procissão de São Cristóvão são expressões significativas dos bens imateriais que devemos conhecer, respeitar, vivenciar e valorizar.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Uma baliza essencial para o início de qualquer proposta pedagógica está na discussão conceitual dos termos aos quais lançamos nossas questões. Debater o surgimento dessas definições num contexto político-social específico é essencial e diz respeito ao momento histórico em que foi elaborado, colaborando assim no entendimento das motivações e intenções que impulsionaram seu desenvolvimento. No contexto nacional, podem ser discutidos os mecanismos de poder que envolveram as primeiras intenções de salvaguarda do patrimônio artístico cultural do país, identificando-se grupos políticos e intelectuais que colaboraram na criação desses órgãos de proteção ao patrimônio. Os critérios de seleção denotam uma teia de relações mais abrangente do que uma primeira vista apresenta, destacando outros conceitos como o de poder e memória.

1. A proposta em questão, após a discussão conceitual dos termos e de sua construção em dimensão social, consiste em desenvolver junto aos alunos um Inventário Municipal de Referência Cultural – conforme proposto como metodologia pelo próprio IPHAN, que empreende um inventário nacional visando produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais atribuímos sentidos e valores. A identificação base para a elaboração dessa proposta pode estar exatamente nas qualificações estabelecidas pelos procedimentos de seleção desses bens culturais, encontrada nos Livros de Registro e instituídos pelo IPHAN para o plano nacional, quais sejam:

- 1) **Saberes:** conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2) **Formas de expressão:** manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
- 3) **Celebrações:** rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- 4) **Lugares:** mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.
 - a. O primeiro passo consistiria exatamente em relacionar esses bens culturais no município dentro de suas seções específicas. Através do conhecimento gerado com a investigação e o registro desses bens.
 - b. Um próximo passo seria desenvolver estratégias de divulgação e reconhecimentos dessas manifestações para sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância em conhecer e valorizar essas práticas e saberes como prova da diversidade cultural do município. Essa divulgação poderia

ser apresentada na forma de uma feira, exposição ou outra maneira de socialização que permitisse aos alunos envolvidos, mostrar os resultados colhidos, para a escola e quem sabe expandir esse alcance, envolvendo as famílias e a comunidade.

2. Oficina “Patrimônio e memória religiosa”

Metodologia e procedimentos (devem ser escolhidas algumas das etapas abaixo, combinadas entre si)

1º - alunos orientados pelos professores fazem o levantamento das memórias religiosas da turma e da cidade (devem escolher a temática: religiões e igrejas, precisões ou crenças);

2º - estudar a origem histórica do patrimônio e temática correspondente escolhido;

3º - caracterização da situação atual das igrejas envolvidas e suas atividades na cidade, bem como iniciar com esses alunos um debate sobre as relações entre a religião e a formação do mundo capitalista, também pode ser desenvolvida a proposta de investigação sobre o que é religiosidade e a relação das igrejas com o capitalismo hoje, através de análise do vídeo “Pax” e artigos do jornal.

4º - comparar o Cemitério da Vera Cruz e o Cemitério Memorial da Paz, refletindo sobre a relação entre as mudanças arquitetônicas, a religiosidade e a ideia de morte nos dois espaços;

5º - exibição do vídeo “Pax”, aproximadamente 20 minutos de duração. Uma animação brasileira que conta a história do encontro de quatro líderes de diferentes religiões (judaísmo, islamismo, cristianismo e budismo) que procuram unir esforços para construir a paz no mundo. O anime aborda problemas de conflitos, sincretismo e a relação entre capitalismo e religião.

6º - de acordo com a ETA escolhida, é possível e importante relacionar com a história local e nacional, por exemplo: história da Igreja Matriz e São Miguel, ambas ligada com os estancieiros e escravos que povoaram Passo Fundo e a Nossa Senhora a padroeira do Brasil; ao renascimento e Contra-Reforma; Colonização do Brasil e a religiosidade portuguesa africana, etc., bem como realizar atividade de sistematização que pode ser através de uma elaboração em slides, painéis, exposição, publicações, etc.

PATRIMÔNIO NATURAL

Camila Guidolin¹

Flávia Biondo da Silva²

Luiza Santos³

A relação entre sociedade e natureza, juntamente com uma nova consciência ambiental, apresenta uma mudança de perspectiva sobre esse envolvimento e na capacidade das sociedades alterarem e contribuírem para agravar a vulnerabilidade, certas vezes de forma irreversível, do meio ambiente. Assim, aos bens naturais, recai uma importância histórica e também preservacionista cuja importância vem sendo consolidada por historiadores desde os anos 1970. Porém os trabalhos relacionados à organização e proteção do patrimônio natural ocorrem há mais tempo.

No Brasil, ainda na década de 1930, surgiram leis de proteção à natureza brasileira. Expressa em forma de códigos e decretos inéditos, essa legislação era mais rica que a atual, pois valorizava as especificidades de cada região como critério de preservação. Dessa mesma época, data a criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros: o Parque Nacional de Itatiaia, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Inspirados nos moldes do Parque Nacional de Yellowstone (uma unidade de preservação norte-americana) os critérios de criação além de envolverem a preservação da beleza paisagística dessas regiões, não excluía a preservação dos processos ecológicos e dos ecossistemas vegetais e animais (DELPHIM, 2004).

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisadora do projeto *Religiões e Religiosidades em Passo Fundo* e integrante do Projeto Momento Patrimônio. Email: cami.mia@hotmail.com

² Bióloga, Mestre em Educação, Coordenadora do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo – RS, coordenadora e executora do projeto. Integrante do Projeto Momento Patrimônio. Email: biondo@upf.br

³ Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo. Assessora de imprensa do Projeto Associação Científica de Psicanálise e integrante na redação do site Os Armênios e no Projeto Momento Patrimônio. Email: luizacdsantos@gmail.com

O patrimônio histórico e artístico nacional, constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis, considera juntamente com a conservação desses bens os monumentos naturais, os sítios e as paisagens. Essa proteção acontece através do tombamento, que no caso do patrimônio paisagístico, ocorre com a sua inscrição na categoria Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Essa preocupação com a preservação cultural e ambiental foi definida de forma mais ampla a partir da Constituição Federal de 1988 através de dois capítulos: o do Meio Ambiente e o da Cultura. Legando à federação de uma responsabilidade legal sobre a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético.

Ainda nos anos 1980, é sancionada uma nova lei, que cria a Política Nacional do Meio Ambiente, com o intuito de orientar os dispositivos legais que tratam da questão ambiental, tendo por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, nº 6938 de 31 de agosto de 1981, Art. 2º). Essa legislação considera ainda uma avaliação prévia sobre possíveis efeitos de impactos ambientais e está ancorada em outra legislação, a dos Crimes Ambientais, que estabelece valores de punição e reparação de danos causados.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Silva (2005), foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo/1972) que emergiram políticas governamentais ambientais no Brasil e no mundo, e isso influenciou para que a educação fosse reconhecida como componente essencial para combater a crise ambiental internacional, sendo recomendada pelo Plano de Ação da Conferência a capacitação de professores o desenvolvimento de novos métodos e a aplicação de recursos instrucionais para a educação ambiental. A Conferência envolveu também a preocupação com a melhoria do direito internacional, com o fomento à investigação científica, enfim a visão indispensável de “educação em questões ambientais” (Organização das Nações Unidas - ONU, 1972). Neste princípio, conforme Reigota (2001, p. 19), surge o que se convencionou chamar de Educação Ambiental, uma proposta de educação, de conduta e responsabilidade envolvendo toda a dimensão humana. Para Carvalho (2005, p. 02), “a educação ambiental é uma prática que, ao menos na América Latina e no Brasil em particular, se construiu em sintonia com a prática social dos movimentos ecológicos, num contexto de difusão da temática ambiental na sociedade.” Reafirmado por Reigota (2001, p. 42), a educação ambiental

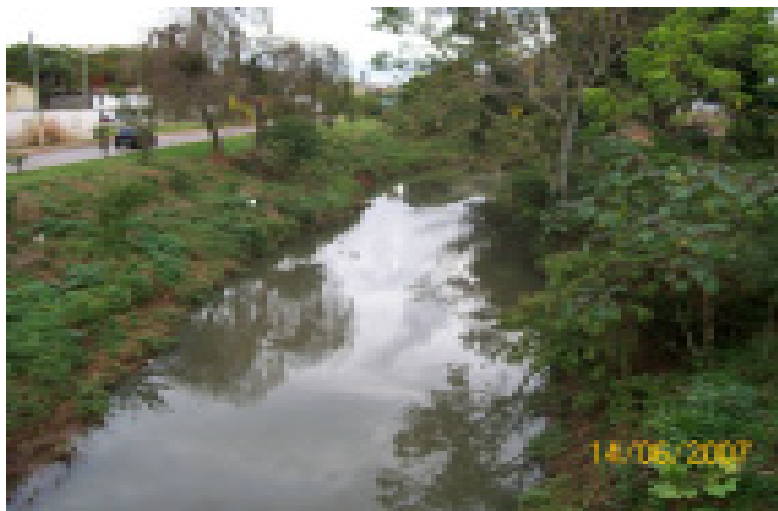
está relacionada inclusive aos movimentos sociais da década de 1960, onde o movimento ecológico está conjuntamente inserido, nesse momento, “surgem fundamentados na crítica à modernidade, aos modelos de desenvolvimento capitalista e socialista, propondo a autogestão, o desarmamento, o pacifismo, etc.”

Através da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), instituída pela Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, com a colaboração dos educadores ambientais. e das Orientações da Conferência de Tbilisi (UNESCO/ IBAMA -Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998), organizada pela UNESCO e o Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNÜMA), em 1977, em Tbilisi, de abrangência intergovernamental, entende-se por educação ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. A Política Nacional compreende a educação ambiental de maneira complexa: a educação ambiental sozinha não é a salvação do mundo, ela está dentro de um contexto onde é necessário abranger todos os que fazem parte dos processos; não é somente informativa, mas necessita de todas as possibilidades educativas que possam contribuir para a melhoria do meio ambiente; que o meio ambiente é de direito de todos; e que a sua essência é a sustentabilidade da vida. (SILVA; Passo Fundo, 2005).

ÁREAS PROTEGIDAS

Uma característica essencial que determinou a localização de diversas localidades na geografia dos mapas e disposição populacional do globo terrestre é exatamente a aglomeração das famílias, dos clãs, das comunidades, enfim, ao redor de rios, fontes ou lagos. Pensando exatamente na água como elemento essencial para qualquer indivíduo, a lógica motriz de desenvolvimento urbano, em épocas onde as tecnologias de abastecimento e irrigação ainda eram poucas, fez das vias fluviais astros de um dia. O que não esperavam esses astros, era o abandono que procede a qualquer fama, de tempos em tempos. Em termos de recursos hídricos, Passo Fundo encontra-se geograficamente privilegiada, pois as nascentes dos rios Passo Fundo, que compõem a bacia do rio Uruguai, e o Jacuí, que compõem a bacia hidrográfica do Guaíba, se localizam no município.

Figura 13-Entorno do Rio Passo Fundo no centro da cidade



Fonte: <http://biologiasemfronteiras.blogspot.com>

O plano diretor de desenvolvimento integrado do município, na seção ambiental, prevê em seu art. 16 a seguinte disposição: “O desenvolvimento municipal deve estar embasado na valorização do patrimônio ambiental, visando a sustentabilidade e a promoção dos valores históricos e culturais de Passo Fundo, compreendendo a necessidade de uma relação equilibrada entre ambiente construído e natural” (Lei complementar nº 170 de 09 de outubro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo; Cap. II: da qualificação ambiental). Não é preciso ultrapassar a dimensão ocular para constatarmos que a lei, mais uma vez, não se cumpre. O maior e mais derradeiro exemplo é o do Rio Passo Fundo, o mesmo que dá nome à cidade. Aqui desde que os grupos indígenas habitavam a região do planalto, convivendo ao lado de imensas matas nativas, presente durante a passagem dos tropeiros que cruzavam o passo carregados em suas mulas até o caminho de Sorocaba (SP) e muito antes de Teixeira de Freitas compor a letra de Gaúcho de Passo Fundo, esse rio atravessa o município até desembocar no rio Uruguai.

Figura 14- Nascente do rio Passo Fundo localizada na divisa com Mato Castelhana em

Povinho Velho

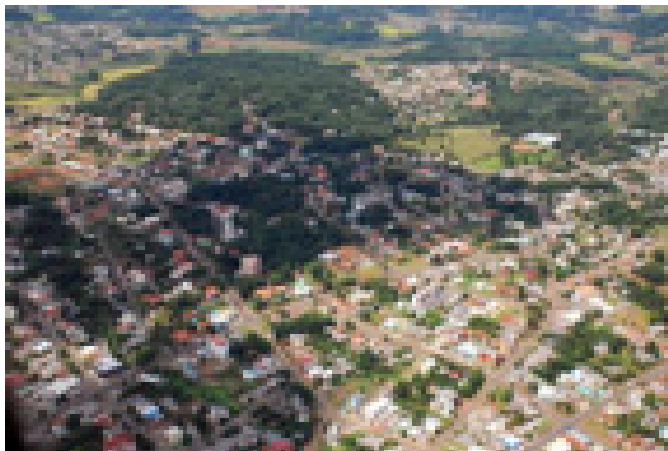


Fonte: <http://sosriopassofundo.blogspot.com>

No final de 2007, um decreto público transformou o rio em patrimônio ambiental, histórico, cultural e paisagístico da cidade e é considerado área de proteção permanente pelo Sistema Nacional De Unidades De Conservação, enquanto a proteção de mata nativa ciliar encontra amparo no Código Florestal, lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. O rio que no passado era chamado de Goio-En (água funda) pelos índios caingangues que habitavam suas margens no início do século XIX e de Uruguai - Mirim (pequeno) pelos índios tupi-guaranis que por aqui também pisaram, hoje preocupa ambientalistas e órgãos de proteção, dada a sua importância fluvial e devido à situação atual em que se encontra.

A paisagem natural passo-fundense está inserida na unidade geográfica compreendida como Planalto Sul - brasileiro - como a região de Passo Fundo localiza-se no centro do planalto, é chamada de Planalto Médio - e é composta por diferentes características naturais que lhe garantem uma composição formada por campos, banhados, afloramentos basálticos, corpos d'água que formam uma exclusiva rede de drenagem e vegetação arbórea (no passado a mata de araucárias era extensa e exuberante). Um exemplo dessa vegetação é o Bosque Lucas Araújo, onde remanesce uma vegetação pertencente ao Bioma Mata Atlântica. Dentro dos limites da área urbana do município de Passo Fundo, é a única reserva de mata nativa, constituindo-se, portanto, num elemento indispensável ao equilíbrio ecológico, onde há uma alta diversidade de

Figura 15 - Vista aérea da cidade de Passo Fundo onde se destaca a vegetação florestal localizada no bairro Lucas Araújo



Fonte: <http://www.bosquelucas-ar.com>

Ainda nos limites urbanos, encontramos outro local de grande importância para o município e que deveria ser preservado: o Banhado da Vergueiro. Local que abriga uma nascente do rio Passo Fundo e que ajuda no abastecimento do rio e até no controle do clima. Após denúncias de que máquinas estariam sendo utilizadas nas proximidades do banhado, comprometendo a segurança da área, um projeto para criação de uma praça no local foi criado, com o objetivo de preservá-lo e torná-lo um ambiente de visitação e conscientização ambiental, porém, esse projeto continua no papel.

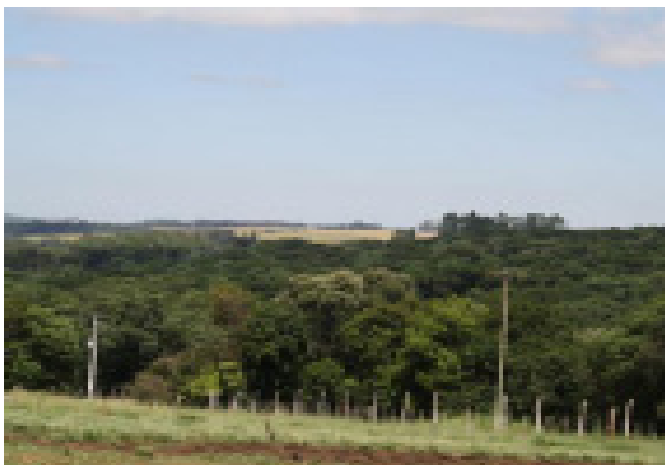
Figura 16- Área pública considerada de preservação ambiental da cidade



Fonte: <http://www.rduirapuru.com.br>

Através de um decreto municipal, outra área natural do município torna-se uma área de preservação. O primeiro Parque Natural Municipal de Passo Fundo tem uma área aproximada de 29 hectares e está localizada junto a RS-324. Os motivos que levaram à criação dessa área são o potencial hídrico e a variedade de espécies da flora e da fauna, encontradas no local. Após a criação do parque, será elaborado um estudo para definir o uso adequado da área mantendo a comunidade próxima, através de espaços para visitação e trilhas ecológicas e para pesquisa (O Nacional, 5 de abril de 2011). O Parque Natural Municipal Pinheiro Torto é assim denominado pelo fato de que suas nascentes abastecem o Rio Pinheiro Torto.

Figura 17- Parque Municipal Natural de Passo Fundo localizado as margens da RS-324, ao lado da Reserva Maragato



Fonte: <http://www.correiodopovo.com.br>; Créditos: Crédito: Carla Kurle / Divulgação / Cp

A biodiversidade dessa região é riquíssima, sendo a Reserva Maragato, também localizada na RS-324 (Km122), outro exemplo de espaço natural preservado. A área de 41 hectares foi oficializada pelo Ministério do Meio Ambiente como Patrimônio Natural, tornando-se área protegida. Com araucárias, campos, riachos, banhados e nascentes, a reserva recebe anualmente centenas de visitantes, principalmente escolas, interessados em conhecer essas paisagens naturais preservadas que, além de suas belezas, possui localização próxima ao centro da cidade (Via Eco nº 16, Agosto de 2006). A Reserva Maragato foi a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de iniciativa particular, oficialmente criada em Passo Fundo.

Figura 18 - Reserva Maragato (localizada na RS 324 em Passo Fundo)



Fonte: <http://emeftenadordpasqualini.blogspot.com>

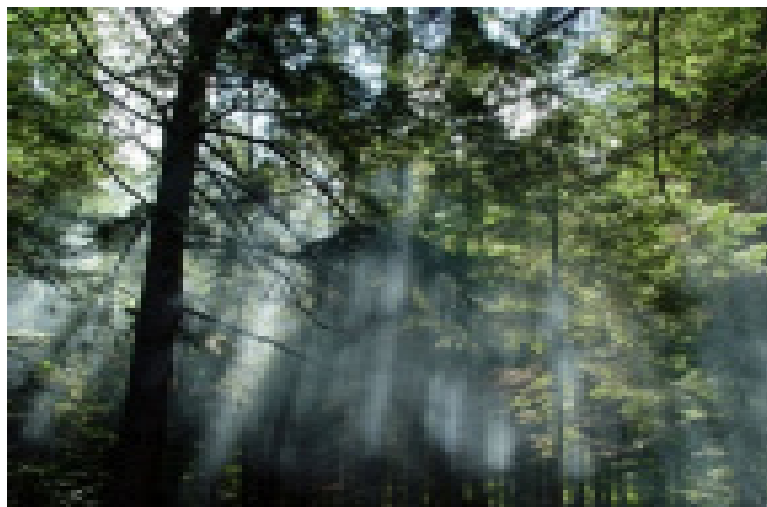
Uma das maiores lutas de preservação do movimento ecológico de Passo Fundo é a da área conhecida por Reserva Biológica Arlindo Haas. A instalação da Área Industrial na Vila Petrópolis no município, estabelecida pela Lei Nº 554 de 23 de dezembro de 1954, instigou a preocupação de um grupo de cidadãos, que constituíam a Sociedade Botânica de Passo Fundo, em relação a uma área da Mata de Araucária, situada na Área. Vinte anos depois, entre muitas reuniões e discussões, foi instituída a Lei Nº 1.610 de 16 de dezembro de 1974, segundo a qual ficava autorizada a cedência de 30 mil m² da área para a Sociedade Botânica de Passo Fundo, firmada a comodato em 1976 uma área de 244.168,00m² no local citado, por tempo indeterminado. Em 1980, a área passou a ser chamada Reserva Biológica Arlindo Haas em homenagem a este cidadão membro da Sociedade Botânica de Passo Fundo que muito atuou pela preservação dessa área e do meio ambiente no município e faleceu tragicamente em acidente de trânsito. O Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas (GESp), desde sua formação (1983), uniu-se à Sociedade Botânica de Passo Fundo, atuando como um guardião da Reserva. (SILVA; VARGAS; CORNELIO, 2000).

Em 2011, o poder público municipal, através do Decreto Nº 166/2011, cria o Parque Municipal Arlindo Haas, situado no Distrito Industrial Invernadinha. Hoje, a área ainda persiste apesar da grande pressão antrópica.

Outro bioma que se destaca na região é a Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul na sede do município de Mato

Castelhano. Foi Criada em 25 de outubro de 1968, pela portaria 561, quando Mato Castelhano ainda pertencia ao município de Passo Fundo e, hoje, é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Figura 19- Floresta Nacional de Passo Fundo (Fonte: <http://br.viarural.com>)



Fonte: <http://br.viarural.com>

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

a) Uma primeira proposta é que em sala de aula seja debatido o andamento do novo Código Florestal e as implicações dessa votação que determinará a legislação pertinente à questão ambiental. Essa discussão pode ser organizada em forma de seminário ou mesmo representando os dois lados principais desse embate: ambientalistas e ruralistas. As partes podem levantar dados e informações e buscar as principais linhas de opiniões que dividem os posicionamentos;

b) Como vimos, o município de Passo Fundo conta com espaços de suma importância para o funcionamento saudável e equilibrado das relações nesse meio. No entanto, a maior parte deles está severamente ameaçada. Outra sugestão é que as escolas desenvolvam “Passeios Ecológicos” com as turmas. Essa proposta pode ser interdisciplinar, os professores podem elaborar, cada um em sua área, atividades de educação ambiental aliadas aos conteúdos da disciplina.

c) Pesquisa de campo – procedimentos: é uma investigação baseada em entrevistas com pessoas cujas opiniões podem contribuir para esclarecer, informar e enriquecer o conteúdo trabalhado em sala de aula ou as observações feitas na excursão; um procedimento importante é delimitar o tema específico – dentro do patrimônio natural as possibilidades temáticas são vastas – que será objeto de pesquisa, juntamente com os sujeitos ou lugares a serem pesquisados.

- Com as devidas adequações, esses tipos de atividades podem ser desenvolvidos em todos os anos do ensino fundamental e médio.

- Verifique outras sugestões de atividades no Capítulo Metodologia, Patrimônio e Ensino.

NA TRILHA DO PATRIMÔNIO

*Eduardo Roberto Jordão Knack¹
Tânia Aimi²*

O último programa da série Momento Patrimônio foi uma trilha histórica e cultural por Passo Fundo. Essa atividade vem sendo desenvolvida pelo Museu Histórico Regional desde o início de 2000 e consiste em um trajeto marcado por edificações que representam a história e o desenvolvimento urbano da cidade. A realização da trilha cumpre um importante papel que, além de valorizar o patrimônio, também chama atenção para os problemas envolvendo a conservação da memória patrimonial, como a verticalização desenfreada que a cidade enfrentou na última década, especialmente quando se trata da área central e a necessidade de elaborar uma política de preservação dos bens patrimoniais. Constitui-se, portanto, em uma atividade de educação patrimonial com o objetivo de chamar a atenção de diferentes setores da sociedade para a questão da preservação patrimonial.

Antes de escolher os prédios que iriam ser os pontos a serem visitados durante a trilha, foi necessário pensar a evolução urbana de Passo Fundo a partir de dois momentos históricos. O primeiro momento compreende a fundação da cidade a partir do estabelecimento dos caminhos percorridos pelas tropas. “A partir de 1809, as novas rotas abertas influenciaram na formação da vila do Passo Fundo, bem como de muitas outras que se formaram ao longo dos caminhos dos tropeiros.” (GOSCH, 2005, p. 69). O segundo momento, que proporcionou intensas transformações na cidade, foi a instalação da estrada de ferro. “A passagem da estrada de ferro e a instalação da estação ferroviária no centro de Passo Fundo mostram que o trem modificou o eixo de expansão urbana, atraindo colonizadores e comerciantes.” (RIBAS; FIOREZE, 2004, p. 101).

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Professor do curso de graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Email: eduardorjk@upf.br

² Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo, Especialista em Museus e Memória Social pela Universidade Franciscana de Santa Maria; Encarregada Administrativa do MHR e do MAVRS. Email: tmaimi@upf.br

Depois de definida a estrutura da trilha histórica a partir desses dois momentos (essa estrutura procura acompanhar o desenvolvimento urbano da cidade), torna-se necessário definir os espaços e as edificações que serão os pontos a serem visitados durante o trajeto percorrido. Existem vários prédios que podem ser incluídos no roteiro a partir da estrutura apresentada aqui, portanto vamos realizar algumas considerações sobre os principais pontos percorridos durante a trilha realizada no programa. A praça Tamandaré, o Chafariz da Mãe Preta, a Casa Barão, e os prédios do Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, são edificações que representam aspectos da história de Passo Fundo até o início do século XX.

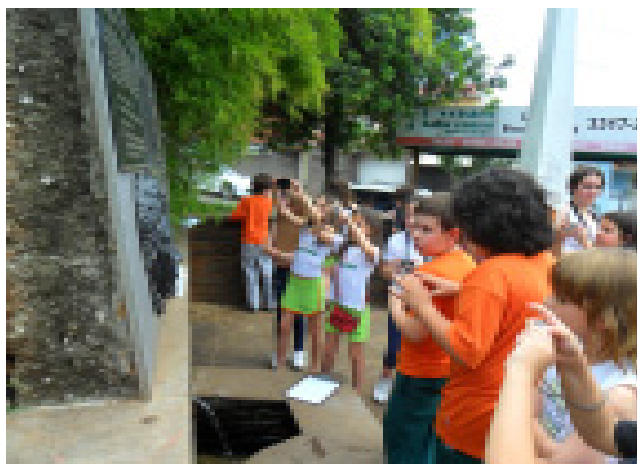
A região da praça Tamandaré e do Chafariz da Mãe Preta remetem a formação do núcleo urbano, a Casa Barão está relacionada com o desenvolvimento de atividades comerciais próprias da região norte do Estado, e os prédios do Espaço Cultural constituem a afirmação política da cidade como um centro regional. A Estação Férrea da Gare proporciona as primeiras grandes transformações urbanas de Passo Fundo, estimulando o desenvolvimento da indústria, do comércio e crescimento da população (por isso a importância de passar pelo moinho e pelos hotéis Glória e Nacional), a Escola Protásio Alves assinala a necessidade de uma educação que atendesse a o aumento demográfico e a construção do atual Centro Administrativo em 1976 marca a modernização do espaço urbano e o desenvolvimento econômico da cidade.

A partir da definição desses dois momentos, é possível descrever algumas características históricas que fazem parte da narrativa durante a trilha, que articulam a história local, regional e nacional. O primeiro momento compreende as características do século XIX, relacionado com as atividades mineradoras e cafeicultoras. “No século 18, os muars foram utilizados intensamente nas regiões auríferas do Brasil. No século seguinte, o transporte do café do interior para os portos do litoral serviu-se abundantemente das resistentes mulas.” (MAESTRI, 2010. p. 78). Dentro dessa lógica, nasce o povoado que viria a se tornar a “capital do planalto”.

A concessão da terra tinha alguma ligação direta com o governo imperial, que poderia recomendar os beneficiados. Em geral, porém, tudo era articulado em nível local. As autoridades ‘vendiam’ as terras a militares e tropeiros e certamente a corrupção era constante. Mas sobretudo o fato das terras serem de fronteira e de população escassa foi o que estimulou e deixou à vontade as autoridades locais para distribuir terras a quem quisesse. (ZARTH, 1997. p. 47)

O Cabo Manoel José das Neves³ se instalou na região com a família, escravos, animais, próxima a atual fonte da Mãe Preta. Em 1834, a povoação ergueu sua primeira capela, liderada pelo seu Juiz de Paz Joaquim Fagundes dos Reis. Nesse período, o núcleo seria “formado por cinco ou seis ranchos, uns de tábuas apenas lascadas e outros de estuque e barro, cobertos de capim.” (GOSCH, 2005. p. 71).

Figura 20 - Passeio Histórico Cultural com o 4º ano da Escola St. Patrick (Chafariz da Mãe Preta)



Fonte: Acervo de Eduardo R. J. Knack.

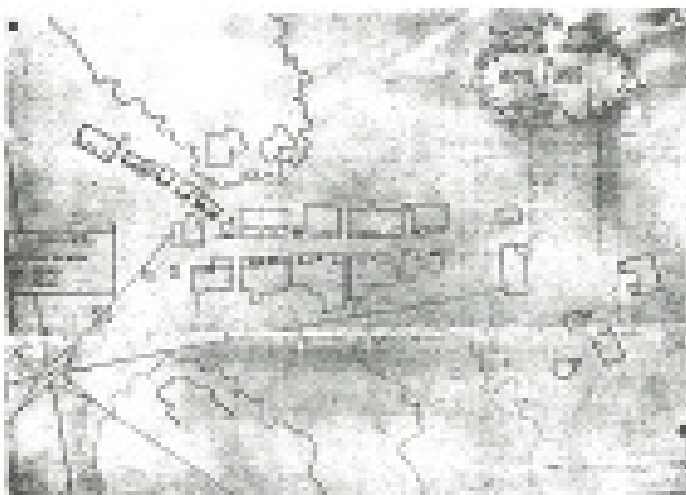
Comentar sobre o aspecto dos ranchos permite refletir, já no início da trilha, sobre a modernização do espaço urbano, especialmente fazendo referência aos modernos arranha-céus em volta da praça Tamandaré e próximos ao chafariz. É claro que os problemas existentes hoje em relação a uma fonte que já abasteceu com água potável todo o povoado devem ser abordados nesse primeiro momento. Hoje, a fonte está poluída, e a água é imprópria para o consumo, o que cria uma situação curiosa, uma vez que a lenda sobre a Mãe Preta (ou mãe índia, em algumas versões) diz que quem bebesse da água jamais deixaria Passo Fundo.

Seguindo o traçado do desenvolvimento urbano da cidade, o ponto de partida da trilha torna-se a praça Tamandaré, seguindo para o chafariz da Mãe Preta. Além de indicar

³ “Em fins de 1827 ou início de 1828, um militar da campanha da Cisplatina, o Cabo Neves, solicitou e recebeu uma área de terras de quatro léguas quadradas correspondente a 17.724 hectares, onde hoje se situa a cidade de Passo Fundo.” (MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 22)

o ponto como o local de origem do povoado que viria a ser Passo Fundo, é importante estabelecer algumas relações históricas, pois é impossível explicar o nascimento de qualquer cidade apenas pela história local.

Figura 21 - Desenho da Freguesia do Passo Fundo em 1853 – retirado do Plano Diretor de 1953



Fonte: PAIVA, Evaldo. (et. al.). **Passo Fundo plano diretor**. Passo Fundo: 1953. p. 07

Cabe lembrar que a situação política do Brasil Imperial foi permeada por conflitos internos e externos onde o Rio Grande do Sul exerceu importante papel em diferentes confrontos. Fazia parte dos objetivos do Império povoar partes do sul (entre elas o planalto médio rio-grandense) até então praticamente desabitadas pelo colonizador branco. Esse povoamento tinha como objetivos proteger as fronteiras de uma possível invasão, o que também possibilitaria um incremento na economia regional, braços para o exército e a formação de uma população que defenderia suas terras e posses de inimigos estrangeiros, nativos e escravos fujões. Obviamente, essas regiões eram habitadas por nativos, caboclos e possivelmente comunidades quilombolas que foram sendo paulatinamente exterminadas ou empurradas para a fronteira e para a serra.

As florestas da encosta do Planalto Rio-grandense eram habitadas por populações nativas de língua jê, que resistiram sistematicamente à intrusão dos invasores. Nos anos seguintes, as comunidades nativas da região foram aniquiladas pela expansão da colonização alemã, no sopé da Serra, dos rebanhos, no Planalto e, mais tarde, pela ocupação italiana da Encosta Superior. (MAESTRI, 2010. p. 128)

A história de Passo Fundo está inserida nesse contexto, fundada em uma região explorada pelas tropas de mulas, acompanhando os interesses políticos do Império e adentrando territórios habitados por comunidades nativas com a chegada dos imigrantes alemães e italianos no século XIX. O crescimento da cidade recebeu impulso com essas correntes de imigração, contribuindo para o seu desenvolvimento comercial. Uma edificação que representa a presença dos imigrantes e a crescente importância do comércio para a Passo Fundo, bem como o próximo ponto da trilha histórica, é a Casa Barão.

Construída na década de 1860, um dos poucos edifícios feitos de alvenaria, chamava atenção pelo tamanho e pela qualidade do seu mobiliário. Antônio José da Silva Loureiro, o Barão, nasceu em Portugal e antes de 1850 veio para o Brasil, se dedicou a diferentes atividades em diferentes regiões do país. Chegando em Passo Fundo, se dedicou ao “comércio de balcão” e conheceu Filipana Hein Schell, filha do principal comerciante da época, Johann Adam Schell. Filipina e o “Barão” ficaram noivos, o que o trouxe definitivamente para a cidade, onde prosperou nos negócios, construindo a Casa do Barão em 1865, uma venda de produtos secos e molhados. (WICKERT; COSTAMILAN, 2007.).

A preservação da Casa do Barão é fundamental, pois remete a dois aspectos marcantes da História do Rio Grande do Sul e especialmente do planalto médio. Primeiro, à importância que o comércio de madeira teve para o significativo desenvolvimento da região norte do Estado, impulsionando e diversificando a economia regional (isso está presente na história de vida do “Barão”). O segundo aspecto que marca a economia regional é a função exercida pelo “dono da venda”.

As vendas, que realizavam a intermediação entre a produção colonial e o consumo dos núcleos urbanos que estavam se desenvolvendo nas regiões do planalto, da serra e da depressão central, constitui-se em atividade que simboliza uma mudança na produção e importância econômica/política no Estado – o norte (economia agrícola diversificada, produção de madeira, comércio, mão-de-obra familiar e escrava) ganhou importância, enquanto o sul do Estado, região da Campanha (economia pecuarista-charqueadora, assentada no trabalho escravo e nos grandes latifúndios, sem uma grande diversificação econômica), começou a perder espaço e poder político/econômico.

Devido à riqueza dessa atividade, o local rendeu férteis frutos para a imaginação durante o século XX, como Ferronato nos conta, próximo à Casa Barão, “segundo os mais crentes, naquele local, onde antigamente se situava o Mato do Barão, fora enterrado no século passado um pote com moedas de ouro, por alguns temerosos de perder sua

fortuna. Segundo a lenda, um escravo foi morto e sepultado no local, pela crença de que guardaria o tesouro.” (FERRONATO, 1994. p. 71). Seguindo a Av. Brasil, a trilha vai ao encontro das edificações que encerram o seu primeiro momento.

Um dos pontos mais importantes da trilha é o Conjunto Arquitetônico localizado na Av Brasil Oeste, como ficou denominada a Antiga Rua do Comercio para os lados do Boqueirão, o mais antigo bairro da cidade, por onde se iniciou a urbanização da vila, atualmente denominado Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto (Lei 4097 de 24/12/2003).

O primeiro prédio a ser construído foi o prédio do Clube Dramático passo-fundense, construído entre 1883 e 1889. Abrigou o Poder Judiciário, o Clube Pinheiro Machado, o Jornal O Gaúcho, o Colégio Complementar e de 1940 a 1977 o Poder Legislativo Municipal, entre outros. Em 1990 após reforma, foi transformado no **Teatro Municipal Múcio de Castro**.

O segundo prédio a ser construído foi o prédio da Intendência Municipal símbolo da modernidade e do poder político. Entre 1909 e 1911, a planta foi encomendada na Capital do Estado, pelo então Intendente Municipal Gervasio Lucas Annes, mas a construção ficou a cargo do recém-chegado italiano, de profissão “sentador de tijolos”, Luiz Ricci. A localização do prédio segundo Kramer & Wairich “é incomum no urbanismo brasileiro e mesmo latino-americano, que a sede do Poder Executivo não se localize frente à praça principal da localidade, tradicional centro de poder das cidades ibéricas apoiadas no modelo do urbanismo grego-renascentista.” (KRAMER; WAIRICH, 2010. p. 25).

E a última construção do conjunto ocorreu entre 1912 – 1915. Foi o Clube Pinheiro Machado, instituição de orientação político partidária republicana, que tinha como lema “um por todos, todos por um”. Esse prédio representa aspectos da história política e de práticas culturais das elites locais. Um de seus principais articuladores foi Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Com a implantação do Estado Novo, o clube passou a tutela da prefeitura municipal e, em 1938, foi transformado no Grêmio passo-fundense de letras, por um grupo de intelectuais da época. Agregou o Instituto Histórico e Geográfico, a Biblioteca Pública Municipal e, em 1960, o Grêmio passou a se chamar Academia passo-fundense de letras. O prédio foi reformado em 1987 e, na década de 1990, foi restaurado, permanecendo apenas a fachada.

O MHR foi criado em 1977 por decreto da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, com o nome de Museu Histórico-Cultural (MHC). Vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O MHC funcionou durante o período de 1977 a 1990. Permanecendo aproximadamente cinco anos desativado. Em 1994 a então Secretaria de Turismo

(SETUR – atual SEDEC, Secretaria de Desporto e Cultura) lançou o projeto “Passo Fundo conta sua história, com o objetivo de resgatar a história de nossa gente e de preservar a memória regional”. Para tanto teve a adesão de instituições como o Grupo Pró Memória, a Academia Passo-Fundense de Letras, a 7ª Delegacia de Educação, A Associação Comercial, Industrial de Serviços e Agronegócios (ACISA), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e a UPF, que já trabalhava como Pólo de Resgate da Memória Regional (PREMER). Desse projeto resultou um trabalho conjunto entre a Prefeitura Municipal e a UPF para reorganização do Museu Histórico Cultural.

Reiniciou suas atividades em 1996, ocasião em que foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Passo Fundo e a Fundação Universidade de Passo Fundo. Desde então, o Museu assumiu a sua designação atual MHR, permanecendo instalado no mesmo prédio da antiga Intendência Municipal. O Museu Histórico tem por objetivo a guarda e difusão da memória e do acervo histórico-cultural do município e da região. O acervo é exposto à comunidade através de exposições temáticas que compõem mostras temporárias e itinerantes, centradas na história local e regional.

Juntamente com o MHR, funciona o **Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS)**, originado da necessidade de ter um espaço de pesquisa da produção contemporânea do nosso estado e a possibilidade de convivência direta com as linguagens que permeiam a produção artística do Estado, bem como com o conhecimento de técnicas e materiais utilizados. Essa foi a justificativa para a criação do MAVRS em 25 de abril de 1996, que foi inaugurado em 18 de maio do mesmo ano.

Caracterizou-se, desde a sua fundação, pelo compromisso com a cultura, definindo-se, institucionalmente, como órgão educativo que objetiva preservar a cultura e divulgá-la em nível regional. Sua ação, com referência às ações pedagógicas, está aberta à rede de ensino particular, estadual e municipal da cidade de Passo Fundo e região.

O Museu de artes pertence à Universidade de Passo Fundo. A formação do acervo original partiu de um lote inicial de, aproximadamente, duzentas doações feitas pela artista plástica passo-fundense Ruth Schneider, razão pela qual o museu tem o seu nome. Esse acervo também recebeu doações de galeristas de Porto Alegre, como Milton Couto (Galeria Arte & Fato) e Renato Rosa (Galeria Agência de Arte), além de instituições como Museu do Trabalho, Oficina 11, Associação Chico Lisboa e artistas como Roberto Schmitt-Prym, Maria Tomaselli, Edgar do Valle entre outros. Depois de a trilha percorrer o prédio dos Museus, do Teatro e da Academia, tem início o seu segundo momento com a Estação Férrea da Gare.

A partir da passagem do trem por Passo Fundo são desencadeadas as primeiras

grandes transformações urbanas da cidade. Em virtude da modernização da cidade, o cemitério público, que era localizado próximo à atual Catedral em 1902, é transferido para o local onde hoje está instalado. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, referindo-se à localização da estação férrea, comenta que: “isolada em largo espaço, tinha ela à frente amplo logradouro em cujo alto, à esquerda, ficava o velho Cemitério Público, e, mais adiante, a primitiva Matriz tendo a respectiva face para nordeste, direção em que, ao longe, a defrontava a linha de casas que anos depois, por discordar da planta do prolongamento oriental da cidade, veio a ser demolida.” (OLIVEIRA, 1949. p. 48).

Figura 22 - Passeio Histórico Cultural com o 4º ano da Escola St. Patrick (Viação Férrea da Gare)



Fonte: Acervo de Eduardo R. J. Knack.

Os relatórios apresentados pelos intendentes municipais mostram a necessidade de construir uma estrutura para fornecer suporte ao desenvolvimento desencadeado pela estação férrea. Na mensagem apresentada pelo Vice-intendente Affonso Caetano de Souza, em 1904, aparece a necessidade de “um carro funebre. [...] A distância do novo cemitério torna penosissimo o transporte de cadaveres actualmente, que é feito a mão.” (SOUZA, 1904. p.08). Outras necessidades aparecem, como iluminação e calçamento, e, de acordo com as mensagens dos Intendentes, fica claro que o crescimento do comércio e da indústria no município altera o traçado urbano.

Podemos indicar a instalação dos hotéis Glória, fundado em 1927, e o Roma (posteriormente chamado de Nacional, em função da política do Estado Novo), fundado em 1930, como atividades que estão intimamente ligadas ao transporte ferroviário, entre outros hotéis que existiam na época, como o Hotel dos Viajantes, localizado em frente

da Gare, onde hoje se situa a Caixa Econômica Federal, o Hotel Internacional, que se localizava entre a Av. Brasil e a Rua Sete de Setembro, entre outros. Ao longo dos trilhos, surgiram moinhos, indústrias e madeireiras localizadas nas proximidades.

Ney d'Ávila, comentando sobre a instalação da estrada de ferro em 1898, aponta que “no recenseamento realizado em 1900, o município possuía uma população de apenas 21.254 habitantes, sendo a população da cidade estimada em menos de duas mil pessoas. Em 1910, tendo sido contados apenas os domicílios (em números de 6.961), a população do Município de Passo Fundo havia duplicado, de acordo com as estimativas.” (D'ÁVILA, 1996. p. 126). Além do crescimento demográfico, a estação férrea também marca o início do declínio da atividade tropeira na cidade.

Essa edificação é marcante não apenas pela modernização do espaço urbano que desencadeou, mas também por estar inserida em uma política estadual que visava desenvolver economicamente regiões que até praticamente o início do século XX haviam estado à margem da economia gaúcha (Planalto, Serra, Depressão Central). Esse projeto foi realizado em parte com capital estrangeiro, a própria estrada de ferro foi construída por capital belga. Isso aponta uma nova fase para a economia municipal, mas também representa uma alteração econômica de ordem estadual. (HEINSFELD, 2007).

Depois de visitar a Estação Férrea da Gare, passando pelos hotéis Glória e Nacional, é importante passar pela Escola Protásio Alves, que completou cem anos em 2011. Além do prédio da escola ser patrimônio histórico municipal, também representa a necessidade crescente por um ensino público de qualidade para uma cidade que encontrava o desenvolvimento econômico. O Colégio Elementar foi fundado em 1911 e transformado em Grupo Escolar Protásio Alves em 1939. (DAL PAZ, 2007). Também é importante passar pela Prefeitura Municipal, pois a construção do prédio na década de 1970, inaugurando o prédio principal em 1976, está atrelada ao desenvolvimento urbano, econômico e ao crescimento demográfico. Devido a esses fatores, a cidade precisava de um prédio maior para melhor capacitar o poder público na execução de suas funções. O novo prédio do poder público também foi usado como uma representação do progresso e da modernização na cidade, como consta na Agenda do município de 1976, chamada de “a nova história”, com uma foto na capa do novo centro do poder público municipal. Com o novo centro administrativo, cogitou-se inclusive demolir a “antiga prefeitura” (prédio onde hoje estão localizados o MHR e MAVRS) e vender o terreno para a iniciativa privada.

Essa foi a base do roteiro da trilha histórica e cultural do último programa da série Momento Patrimônio. A última parada foi feita na ponte sobre o rio Passo Fundo, pois

quando falamos em preservar o patrimônio da cidade, estamos nos referindo a todas as categorias de patrimônio, o patrimônio natural não poderia ficar de fora dessa discussão, pois a poluição no rio que dá nome à cidade é marcante e também é uma consequência da modernização e da busca desenfreada por progresso na capital do planalto. É claro que existem inúmeras outras edificações importantes e que devem ser incluídas em um roteiro para uma trilha pela cidade. Prédios que fazem parte do patrimônio municipal, como o Instituto Educacional, a Igreja Metodista, a Capela São Miguel, o Banco Itaú, o Moinho, entre outros, e edificações que apesar de não serem patrimônio, não são menos importantes, como o Cassino da Maroca, a própria praça Marechal Floriano, o Cemitério da Vera Cruz, enfim, poderíamos citar inúmeros espaços, mas nossa intenção foi formar uma base para possíveis variações de roteiros.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

1. Passeio – Na trilha do Patrimônio

2. Para pensar em uma trilha histórica a partir do patrimônio de uma cidade, é preciso ter claro o conceito de memória patrimonial. Deve-se evitar que os participantes percebam a atividade apenas como um “passeio” meramente contemplativo, portanto, é necessário planejar um roteiro de atividades a serem realizadas. Seguem alguns passos que podem servir como orientação para pensar em uma “trilha histórica”:

3. O “problema de pesquisa” relacionado à memória patrimonial da cidade deve ficar claro para todos os envolvidos. Os próprios alunos podem participar da escolha do problema. Para isso podemos usar algumas estratégias, como o “estudo do meio”, discutido no capítulo *Metodologia, Patrimônio e Ensino* desta coletânea. Podemos compreender o estudo do meio como uma sequência de ações que: problematizam a realidade em que os sujeitos estão inseridos, estabelecem estratégias para coleta e análise dos dados e conduzem os alunos a desenvolverem ações de intervenção no seu meio social.

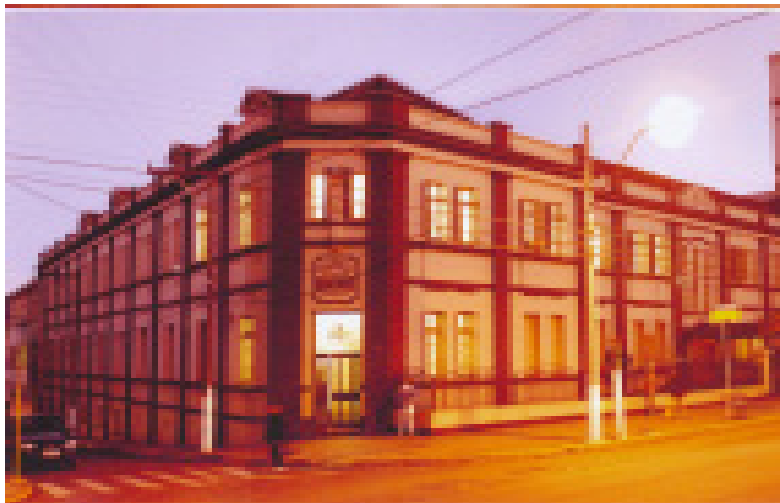
4. As condições físicas do patrimônio podem ser um problema norteador, mas são inúmeros os problemas relacionados a esse tema, como a poluição ambiental, poluição visual, a urbanização da cidade (modernização e verticalização), o desenvolvimento do comércio (pensando sobre o consumo na história da cidade), enfim, é importante um estudo prévio do professor sobre diferentes temas para apresentar aos alunos para que juntos possam estabelecer o problema principal a ser pesquisado durante a trilha. O professor deve apresentar as informações sobre os pontos a serem visitados durante a

realização do passeio, que pode ser feito de ônibus, com algumas paradas, ou mesmo a pé.

5. A trilha é o momento em que os alunos coletam os dados (podem ser fotos, anotações no caderno, desenhos dos locais, etc.) para a análise posterior em sala de aula, com a orientação/intervenção do professor, estabelecendo relações entre os dados coletados, a história local/regional e o problema norteador, com as técnicas indicadas no capítulo *Metodologia, Patrimônio e Ensino* desta coletânea.

6. É possível pensar em inúmeras formas de intervenção – produção de uma exposição fotográfica, produção de um jornal, ou mesmo cartazes/ para serem distribuídos, bem como manifestos a serem entregues ao poder público.

7. Jogo da Memória Visual - Montagem de um jogo de memória visual – fotos da cidade – dos lugares considerados patrimônio - tiradas durante a trilha histórica. O jogo pode ser montado com fichas de cartolina ou por meio eletrônico, no laboratório de informática da escola; o jogo poderá contemplar imagens da cidade atuais e do passado, como por exemplo: olhar bem as imagens e identificar quais as imagens que correspondem ao mesmo lugar. Virar a imagem e reiniciar o jogo.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo

CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVAS PERSPECTIVAS: VISÕES SOBRE O PATRIMÔNIO

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

Estudar o patrimônio de uma cidade é, na realidade, um caminho para pensar e pesquisar a história, a cultura e também os problemas, os conflitos, que existem em uma determinada sociedade. Citando Henry Lefebvre, “a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela vida – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam.” (LEFEBVRE, 2001. p. 62). É claro que não podemos pensar uma cidade de uma forma a-histórica, pois são os homens que constroem os significados que nela existem, portanto, exploramos, a partir do patrimônio, inúmeros significados, relações e representações existentes na sociedade passo-fundense.

Estudar os significados atribuídos ao patrimônio permite reconhecer as relações sociais e de poder político e econômico. O programa Momento Patrimônio e o presente livro que resulta não apenas da exibição dos programas, mas do trabalho de todos os envolvidos na sua realização, ao mesmo tempo em que proporcionou uma reflexão profunda sobre a memória patrimonial da cidade, também levantou novos dados, novas fontes e informações que abrem novas perspectivas para futuras pesquisas sobre esse tema.

Perceber a cidade como um emaranhado de relações históricas é uma vertente de estudos, que, como Machado e Ferreira apontam, possibilita entender e revelar “[...] um conjunto de articulações entre aquela coletividade e espaços diversificados de diferentes níveis, revelando as questões de poder e, dessa forma, abrindo um leque de possibilidades temáticas.” (MACHADO; SILVA, 2007. p. 20). As autoras também apontam uma segunda vertente possível de estudos que permite articular o “local” (entendido como um “ponto mínimo de redução” de escala), a cidade, como um espaço

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Professor do curso de graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Email: eduardorjk@upf.br

que, articulado com outros níveis espaciais, forma o “todo”, uma configuração regional específica.

Poderíamos apontar o patrimônio (em suas diferentes categorias), como uma espécie de escala ainda menor, que configura o local – uma cidade é formada por diferentes grupos sociais que representam sua existência, objetivos e interesses no mundo urbano de diferentes maneiras. O patrimônio é uma dessas representações e as práticas que envolvem sua preservação e conservação constituem uma ação desses grupos que contribui para construir a cidade. Monteiro aponta a complexidade que é estudar as cidades

As possibilidades de interpretação sobre a cidade são múltiplas. Diferentes caminhos se abrem ao investigador que pretende responder às questões que as experiências e as formas de organização social no e do espaço urbano lhe sugerem. O intérprete das práticas sociais no e do espaço urbano precisa construir meios para compreender e explicar esse fenômeno multifacetado. Como um cristal, a cidade refrata/decompõe em um amplo espectro a luz que projetamos sobre ela. (MONTEIRO, 2006. p. 17).

Nesse sentido, os programas da série Momento Patrimônio apontam possibilidades de estudos da cidade, das práticas sociais e das próprias leituras realizadas pelos seus interpretes. Em seu conjunto, os programas e o presente livro podem ser um meio de compreender e explicar diferentes relações históricas de Passo Fundo. Cada programa e capítulo do livro proporciona ao leitor pensar em um meio para explicar diferentes aspectos da história, das relações sociais, políticas e culturais da cidade.

As discussões do primeiro programa, “O que é patrimônio”, indicaram os caminhos a serem seguidos para a pesquisa e elaboração dos programas posteriores. A partir de uma discussão conceitual, percebeu-se a necessidade de pensar sobre políticas públicas referentes ao patrimônio, bem como sobre práticas e propostas de educação patrimonial, bem como revelou a prática de tombamento como uma ação política que atribui significado a determinado patrimônio, formando seu “valor histórico”. O próprio descaso existente por parte do poder político sobre essa questão, que foi um dos temas discutidos, tornou-se um dado que levou a pensar em outros temas para serem debatidos.

Os programas, nos quais o tema “Políticas públicas” foram debatidos, abordaram o abandono referente à memória patrimonial, refletido, especialmente, sobre as péssimas condições físicas do patrimônio material (bens tombados ou não). Essas

discussões envolveram diferentes segmentos da sociedade que, além de pensar nos problemas envolvendo o patrimônio no município, apontaram possíveis caminhos para a preservação dos bens que fazem parte do patrimônio municipal e as possibilidades em torno da inclusão de bens que, por diferentes razões, deveriam estar entre o patrimônio tombado.

Educação patrimonial foi um dos temas mais importantes da série Momento Patrimônio. Pensar nas ações, nos projetos e nas atividades que estão sendo realizadas (ou deixando de ser realizadas) para valorizar a importância da preservação da memória patrimonial do município certamente é uma das principais respostas às diferentes questões, problemas e conflitos em torno do patrimônio em Passo Fundo. Percebendo as diferentes categorias de patrimônio existentes, torna-se um grande desafio pensarmos em educação patrimonial e em como a cidade pode se tornar um espaço de educação a ser explorado a partir de seus bens patrimoniais.

O patrimônio imaterial, uma das categorias que recentemente tornou-se amplamente debatida, exerce uma grande influência na formação das identidades dos diferentes grupos sociais que formam o espaço “local”. Da mesma forma que o patrimônio material, o imaterial também está inserido em um campo de relações de poder, o que mostra a complexidade que envolve o registro das práticas culturais e a emergência do “imaterial” como categoria de pensamento dentro do tema patrimônio.

O programa sobre patrimônio natural mostrou uma das facetas de uma desenfreada modernização urbana – a destruição do meio ambiente. O progresso buscado incessantemente pelas cidades muitas vezes não mede as consequências. A própria depredação inconsequente da natureza mostra a importância da emergência de discussão sobre esta categoria do patrimônio.

Com esta breve descrição dos temas trabalhados em cada programa e em cada capítulo do livro, é possível concluir que não devemos pensar em “considerações finais”, pois um dos objetivos do “Momento Patrimônio” é proporcionar novas discussões, refletir com diferentes perspectivas, com diferentes interpretações sobre os inúmeros problemas e questões que estão relacionados com o patrimônio. Portanto, não convém apontar uma conclusão, e sim novos caminhos para futuras discussões.

Todos os programas referem-se a questões relacionadas a diferentes categorias do patrimônio em Passo Fundo (patrimônio material, imaterial, natural) e questões como políticas e ações para preservar, valorizar e difundir esse patrimônio. Os programas, bem como o presente livro, apresentam um estudo da cidade a partir de um determinado

prisma (o patrimônio). Cada capítulo, cada tema, não está limitado apenas a uma análise do seu objeto de estudo, mas sim das diferentes relações/articulações que existem em torno desse patrimônio. Essas relações e articulações políticas, econômicas e sociais estão ocorrendo em Passo Fundo, estão se desenrolando, se transformando, assim como o próprio significado atribuído por diferentes grupos aos diferentes patrimônios estudados.

Cada capítulo apresentou uma visão, uma interpretação sobre o patrimônio e as discussões relacionadas nos programas da série. Nesse livro, diferentes “intérpretes” do patrimônio apresentaram suas visões sobre as fontes estudadas (o patrimônio e os

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AMADO, Janaina. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marco A. (Coord.). **República em migalhas história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BATISTELLA, Alessandro. KNACK, Eduardo R. J. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, Memória e Poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- BESSEGATTO, Mauri Luiz. **O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas**. 2ª. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- SILVA, Flávia Biondo da. **A dinâmica de um museu de ciências naturais: a transformação paradigmática do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi**. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Passo Fundo, 2005.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936-2006**. Ministério da Cultura. IPHAN, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 27 abr. 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **O “Ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA.** Disponível em: <<http://rebea.org.br/rebea/arquivos/isabelcarvalho.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2005.

CENTELEGHE, P.G.; CENZI, A.M.; COGHETTO, F.; MARINHO, J.R. Contribuições **A Fauna De Vertebrados Da Floresta Nacional De Passo Fundo/Rs.** Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu - MG.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

COLL, César. POZO, Juan Ignacio. SARABIA, Bernabé. VALLS, Enric. **Os conteúdos na reforma. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **Canta meu povo: uma interpretação histórica sobre a produção musical de Teixerinha (1959-1985).** 2010. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

D’ÁVILA, Ney. **Passo Fundo terra de passagem.** Passo Fundo: Sul Editora, 1996.

DAL PAZ, Santina Rodrigues. Colégio Elementar. In: LECH, Osvandré. (org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo.** Passo Fundo: Méritos, 2007.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. **Páginas da Belle Époque Passo-fundense.** Passo Fundo: Ed. Passografic, 2008.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil.** Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). **Passo Fundo: uma história, várias questões.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

ESTATUTO DA CIDADE: Lei nº 10.257. Porto Alegre: CREA-RS.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 13, nº 25/26, set. 1992/ago. 1993.

- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: as várias dimensões de um conceito. **História em Revista**. Pelotas, vol. 10, dezembro de 2004.
- FERRONATO, Egídio. **O tesouro do Barão: memórias da extinta sociedade dos caçadores de tesouros**. Passo Fundo: Armando Araújo Annes, 1994.
- FICHTNER, Bernd. Ensinar e Aprender um Diálogo com o Futuro: A Abordagem de Vigotski. In: SILVA, L.H. AZEVEDO, J.C., SANTOS, E.S. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. p. 146-175.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- FUNARI, Pedro Paulo A. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos palmares. **Diálogos**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. V.9, n.1, 2005
- GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo**. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.
- GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula. (org.). **Arquitetura e urbanismo em debate**. UPF, 2005.
- GRINBERG, Kelia. **Oficinas de história**. Projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte. Dimensão, 2000.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. At. alli. **Questões de teoria e metodologia da história**. História no final do milênio: para quê? Porto Alegre: Ed. Da UFRGS. 2000. p. 317-349.
- GUIDOLIN, Camila. WINTER, Murillo Dias. ZANOTTO, Gizele. Plasticidade Ritual: um estudo de caso das Romarias de Passo Fundo. In: Alessandro Batistella. (Org.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011, p. 189-210.

- HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEINSFELD, Adelar. Transporte Ferroviário em Passo Fundo. In: LECH, Osvandré. (org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- HORTA, M. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial: a experiência da quarta colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Relações entre patrimônio histórico e modernização em Passo Fundo. In: HEINSFELD, Adelar... [et al.]. **Fazendo História Regional: economia, espaço e sociedade**. Volume II. Passo Fundo: Méritos, 2010. p. 201-216.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio Histórico e transformações sociais em Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro. (Org.). **Patrimônio Memória e Poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011. p. 13-37.
- KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. **Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965**. Passo Fundo: Berthier, 2007.
- LECH, Osvandré. CZAMANSKI, Deoclides. CZAMANSKI, Ronaldo. **Passo Fundo: memória e fotografia**. 2ª. Ed. Passo Fundo: Pe. Berthier Ed., 1999.
- LECH, Osvandré (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEI MUNICIPAL** nº 2997 de 06 de janeiro de 1995. Passo Fundo/RS.
- LEITE, Edson. CAPONERO, Maria Cristina. PEREZ, S. Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina: as festas populares. In: **3o. Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina**, 2010, São Paulo: Celacc, 2010. v. 1. p. 31-32.
- LENIAUD, Jean-Michel. O património recuperado – o exemplo de Saint-Denis. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P. 335-348.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACHADO, Ironita P. Perspectivas Passo Fundo rumo ao século XXI. In: DIHEL, Astor Antônio. **Passo Fundo uma história várias questões**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. P. 136-152.

- MACHADO, Ironita P. **Cultura historiográfica e identidade uma possibilidade de análise**. Passo Fundo: Ediupf, 2001.
- MACHADO, Ironita P. **Apontamentos para uma didática da história**. 2ª Reimpressão. Passo Fundo: Editora Clio, 2002.
- MACHADO, Ironita P.; SILVA, Adriana F. A cidade na história e a história na cidade. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MACHADO, Ironita P. O poder Identitário na História e na Historiografia Regional. In: HEINSFELD, Adelar. Et. alli. (Orgs.). **Fazendo História Regional: economia, espaço e sociedade**. Vol. II. Passo Fundo: Editora Méritos, 2010.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial: orientações para professores de ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.
- MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: UPF, 2010.
- MANIQUE, Antônio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da História. Patrimônio e História Local**. Lisboa: Texto Editora, 1994.
- MENDONÇA, Domingues Mendonça. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1994.
- MILDER, Saul Eduardo Seiguer; SOARES, Fernanda Codevilla (Coord.) **Educação patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.
- MIRANDA, Fernando B. Severo de. MACHADO, Ironita Policarpo. **Passo Fundo: presentes da memória**. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.
- MIRANDA, Fernando B. Severo de. MENDES, Jeferson dos Santos. **Passo Fundo: o passo das ruas**. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MORENNO, Paulo. Chafariz da Mãe Preta. In: LECH, Osvandré. (org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MOREIRA, Marcos Antônio; MASINI, Elcie F. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Morae4s, 1982.
- NASCIMENTO, Welci. **Conheça Passo Fundo, tchê!** Passo Fundo: [s.n.], 1992.
- NASCIMENTO, Welci. **As ruas de Passo Fundo do Século XIX**. Passo Fundo, 2005.

- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Passo Fundo na viação nacional**. Passo Fundo: 1949.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Ambiente Humano**. Estocolmo, Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, 1972.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). **Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2001.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, 2010. N. 31.
- PAIVA, Evaldo. (et. al.). **Passo Fundo plano diretor**. Passo Fundo: 1953.
- PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo: sua história e evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1983.
- PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Artístico e as Representações Discursivas e Estéticas do Sagrado e do Fantástico em Obras Sacras. **Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I**, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. p. 11-17, maio/2008. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>>. Acesso em 20 de abril de 2011.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM/SEPA, 2005. p. 63-73.
- POSSAMAI, Zita Rosane. **O patrimônio em construção e o conhecimento histórico**. In: Ciências & Letras. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense, n. 27, jan./jun. 2000.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- RIBAS, Desire; FIOREZE, Zélia Guareschi. A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passo-fundense. In: SILVA, Ana Maria Radaellida. (et. al). (orgs.). **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o urbano na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: UPF, 2004.
- RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.) **A nova historiografia alemã - Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ufrgs/Instituto Goethe, 1987.p. 37.

- SAMUEL, Raphael. Documentação histórica local e história oral. In: **História em quadro-negro – escola, ensino e aprendizagem**. V. 9. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero. set. 89/fev.90. p. 21.
- SARI, Marisa Timm. (Org.). **O Município e a Educação. Unidade de Educação e Cultura do RS**. Porto Alegre: Janeiro de 1997
- SILVA, F. B. da; VARGAS, M. L. de; CORNELIO, P. F. O. Histórico da Reserva Biológica Arlindo Haas. **Diário da Manhã**, Passo Fundo, 23 de maio de 2000.
- SOUZA, Affonso Caetano de. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal**. Passo Fundo: 1904.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez. 2006, p. 20-45.
- TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução à uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: UPF; Xanxerê: Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.
- TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- UNESCO/IBAMA..**Educação Ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi / Brasília: IBAMA, 1998.
- VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**. Goiânia, v. 4, nº 1, jan./jun. 2006.
- WACHOWICZ, Lilian Anna. **O método dialético na didática**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- WICKERT, Ana Paula (Coord.). **Inventário provisório dos bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo**. [mimeo], 2006.
- WICKERT, Ana Paula; COSTAMILAN, Selma. A Casa Barão: Solar Loureiro. In: LECH, Osvandré. (org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- WORTMANN, Maria Lúcia C. Posicionamento de Gramsci frente aos diferentes tipos de saber: buscando os elos entre a educação e a produção do conhecimento. **Educação e realidade**. Porto Alegre, 18(2): 83/96, jul./dez. 1993.
- ZANOTTO, Gizele. A Igreja Catedral de Passo Fundo: de semióforo a patrimônio. In: Alessandro Batistella. (Org.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011, p. 211-232.
- ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

SITES:

<http://biologiasemfronteiras.blogspot.com/> (Biologias Sem Fronteiras)

<http://br.viarural.com/> (Via Rural)

<http://emefsenadordpasqualini.blogspot.com/> (Escola Senador Pasqualini)

<http://portal.iphan.gov.br/> (Patrimônio Material)

<http://sosriopassofundo.blogspot.com/> (SOS Rio Passo Fundo)

<http://www.bosquelucas-ar.com/> (Bosque Lucas Araujo)

<http://www.correiodopovo.com.br/> (Correio do Povo)

<http://www.onacional.com.br/> (Jornal O Nacional)

<http://www.pmpf.rs.gov.br/> (Prefeitura Municipal de Passo Fundo)

<http://www.projetopassofundo.com.br> (Projeto Passo Fundo)

<http://www.rduirapuru.com.br/> (Rádio Uirapuru)

ASBLOOM UPF

ADELAR HEINSFELD

ALESSANDRO BATISTELLA

ALEX NECKER

ÁLISSON CARDOZO FARIAS

CAMILA GUIDOLIN

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK

FLÁVIA BIONDO DA SILVA

GIZELE ZANOTTO

IRONITA POLICARPO MACHADO

LUIZA SANTOS

TÂNIA AIMI

PROMOTORES:



HISTÓRIA - IEPH
JORNALISMO - FAC



APOIADORES:



Prefeitura Municipal
de Passo Fundo

